

Violência nas relações de intimidade: refletir a problemática com adolescentes

Maria Clotilde Ferreira da Costa

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Orientada por:

Mestre Teresa de Jesus Preto Fernandes

Bragança

Novembro, 2021

Violência nas relações de intimidade: refletir a problemática com adolescentes

Maria Clotilde Ferreira da Costa

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Orientada por:

Mestre Teresa de Jesus Preto Fernandes

Bragança

Novembro, 2021

Dedicatória

Dedico esta Dissertação aos meus avós/pais, por serem quem são, e por serem os melhores avós/pais do mundo, bem como por me permitirem concretizar mais uma etapa da minha vida! Vocês são uns super avós/pais, e sobretudo pelo amor incondicional desde que eu nasci.

Agradecimentos

Uma dissertação desta natureza para além do seu carácter singular, implicou a presença, participação e colaboração de um conjunto de pessoas, sem as quais seria de todo impossível levar por diante a operacionalização e alcance das metas propostas. Quero apresentar a minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para o culminar desta etapa.

Quero agradecer em primeiro lugar à minha orientadora, Professora Mestre Teresa Fernandes, pela excelente e exigente profissional que é, por todo o apoio, bibliografia dispensada, pelas reuniões, pelas correções, pelas críticas construtivas, pelas conversas, e sobretudo por nunca me ter deixado desistir e me ajudar a remar sempre na direção correta. Obrigada, pelo valioso contributo na elaboração desta dissertação, sem si, não teria sido possível!

Ao Agrupamento de Escolas, em geral, e aos jovens participantes, em particular, pela disponibilidade, abertura e apoio proporcionados, na recolha dos dados empíricos para a prossecução desta investigação.

Aos meus avós/pais que sempre me deram asas para eu voar cada vez mais alto. Eles são o suporte, a ternura e a confiança. São os que cuidam com prazer. São a voz amiga. São o bom conselho. São a âncora que me puxa para cima quando estou em baixo. São os que estão sempre lá, para o que der e vier. São os que fazem os sacrifícios para me verem sempre bem e os que ficam com o coração pequenino quando não estou. São o amor mais puro que poderá haver. Sim, amor, porque as pessoas também são amor. Sem vocês este objetivo de formação e de vida também seria completamente impensável e impossível. O meu sincero e humilde, OBRIGADA!

Ao meu namorado, Fábio, por todo o incentivo e força transmitida, pela paciência, pelo carinho, pelo respeito, pelo amor e companheirismo demonstrado em todo o caminho que já percorremos juntos e sobretudo durante todo este longo percurso de altos e baixos. Obrigada por sempre acreditares nas minhas capacidades e por todo o amor e dedicação. Que sorte a minha, ter-te na minha vida!

E por último, mas não menos importante, à minha amiga Tânia, obrigada por caminhares comigo desde 2015 e por estares sempre presente ao longo destes anos e especialmente na concretização desta etapa.

A todos o meu sincero e profundo Muito Obrigado!

Resumo

Segundo a literatura de referência, a violência no namoro entre os adolescentes é um grave problema na sociedade e um forte preditor de violência doméstica nas relações futuras, pelo que é decisivo atuar preventivamente junto dos jovens de ensino básico, uma vez que é nesta faixa etária que se desenvolvem as primeiras relações amorosas e jogam crenças e atitudes que podem conduzir à exteriorização do comportamento violento. Assim, importa conhecer as dinâmicas do fenómeno para conceber e implementar programas de prevenção eficazes e adequados ao público-alvo em função das suas perceções e discursos, motivo pelo qual se desenhou o presente estudo empírico, de natureza qualitativa, usando como técnica de recolha de dados a entrevista semiestruturada aplicada a 40 adolescentes de uma escola básica do Distrito de Bragança, através do *focus group*, com o intuito de responder a quatro objetivos: (1) identificar as perceções que os adolescentes têm sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade; (2) explorar as crenças que os adolescentes possuem acerca da perpetuação da violência; (3) analisar os discursos dos adolescentes sobre as causas da violência nas relações de intimidade; (4) sistematizar as perceções dos adolescentes sobre as consequências decorrentes da experiência de vitimação.

Através dos resultados obtidos, constatamos que a violência está presente nas relações de namoro dos adolescentes sob variadas tipologias e é legitimada através de várias crenças que a normalizam e toleram com base na conceptualização de alguns fatores desencadeadores. Concluiu-se assim que as crenças são sustentadoras de violência nas relações e servem para os adolescentes justificarem a sua perpetuação. Por outro lado, a violência no namoro enquanto comportamento assente em crenças e atitudes é influenciado pelo meio e ambiente, nomeadamente os pares, a família e as normas sociais.

Desta forma, esta investigação permitiu-nos alcançar resultados relevantes para uma melhor compreensão da violência no namoro nesta faixa etária e sobretudo, percebermos as perceções e compreendemos o que leva os adolescentes a adotarem comportamentos agressivos nas suas relações de namorado.

Palavras-chave: violência no namoro; adolescência; grupo de pares; prevenção; ensino básico; contexto escolar; Educador Social.

Abstract

According to the reference literature, violence among teenage dating is a serious problem in our society, which predicts a strong domestic violence in future relationships, therefore, it is crucial to act preventively with young people in elementary school, because it is in this age group that the first love relationships, beliefs and attitudes are developed, and this can lead to a violent behavior. So, the dynamics of the phenomenon should be known to design and implement an effective and adequate prevention program for the target public, according to their perceptions and discourses. This is the reason why this empirical, qualitative study was designed using as data collection technique, the semi-structured interview applied to 40 teenagers from a basic school in the District of Bragança, through the *focus group*, to get answers to four objectives: (1) identify the perceptions that teenagers have about the prevalence of violence in intimate relationships; (2) explore the beliefs that teenagers have about the perpetuation of violence; (3) analyze the discourses of adolescents on the causes of violence in intimate relationships; (4) systematize the adolescents' perceptions about the consequences resulting from the victimization experience.

Through the obtained results, we found that violence is present in the adolescents' dating relationships under several typologies and is legitimized by several beliefs that normalize and tolerate it through the conceptualization of some triggering factors. It was concluded that beliefs are supporters of violence in relationships and that they are used by adolescents to justify its perpetuation. On the other hand, dating violence as a behavior based on beliefs and attitudes is influenced by the environment where one lives and the surrounding environment, namely peers, family, and social rules.

This research allowed us to achieve relevant results for a better understanding of dating violence in this age group and, above all, to understand what leads adolescents to adopt aggressive behaviors in their dating relationships.

Keywords: dating violence; adolescence; peer group; prevention; basic education; school context; Social Educator.

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Índice Geral.....	v
Índice de Tabela	vii
Acrónimos e Siglas	viii
Introdução	1
<i>Capítulo I – Enquadramento Teórico: da compreensão do fenómeno à sua prevenção</i>	4
1. Adolescência e as relações de intimidade	4
1.1. A natureza do amor romântico	5
1.2. O n(amor)o e a violência	7
2. Violência nas relações de intimidade: do conceito à investigação do fenómeno	8
2.1. Tipos de abuso e prevalência.....	10
2.2. Ciclo de violência e dinâmicas abusivas	15
2.3. Fatores de risco associados à vitimação e à perpetuação	17
2.3.1. Fatores de manutenção da relação abusiva	23
2.4. Fatores protetores	24
2.5. Crenças e atitudes face à violência: da tolerância à legitimação.....	25
2.6. Impacto e consequências da violência em contexto de intimidade	29
3. A violência no namoro e a influência dos pares, pais e normas sociais	32
4. Prevenir antes de remediar: a importância de uma prevenção precoce	35
4.1. A vulnerabilidade das/os adolescentes para a violência no namoro	37
4.2. A escola como contexto privilegiado de prevenção	38
4.3. Programas de prevenção primária: características e boas práticas.....	39

4.4. O lugar da Educação Social e o papel do Educador Social.....	43
<i>Capítulo II – Investigação Empírica</i>	47
1. Formulação da questão-problema e objetivos.....	47
2. Uma metodologia, um método.....	48
2.1. A Importância da escolha do <i>focus group</i> como técnica de recolha de dados.....	51
3. Participantes.....	52
4. A entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de dados.....	52
5. A análise de conteúdo no processo de tratamento de dados.....	56
6. Apresentação de Resultados.....	58
7. Análise e discussão dos resultados.....	62
<i>Considerações Finais</i>	87
<i>Referências bibliográficas</i>	94
Anexos.....	104
Anexo I – Termo de consentimento livre e esclarecido dirigido ao Diretor do Agrupamento de Escolas.....	105
Anexo II – Termo de consentimento livre e esclarecido dirigido aos Encarregados de Educação.....	106
Anexo III – Guião das entrevistas.....	107
Anexo IV – Tabela com as categorias das entrevistas.....	110

Índice de Tabela

Tabela 1. Categorias, Subcategorias e Indicadores	60
Tabela 2. Categorias, Subcategorias, Indicadores e Excertos das entrevistas	110

Acrónimos e Siglas

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CARDI - Inventário de Conflitos nas Relações de Namoro entre Adolescentes

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

DGS - Direção Geral de Saúde

EAVN - Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro

PHSCS - Piers-Harris Children's Self-Concept Scale

UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta

Introdução

A presente dissertação, inserida no âmbito do Mestrado em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, intitula-se “*Violência nas relações de intimidade: refletir a problemática com adolescentes*”, e pretende dar um contributo útil na investigação sobre o fenómeno da violência no namoro numa fase mais precoce do desenvolvimento, onde aparecem as primeiras relações de intimidade e onde confluem vários fatores individuais dos adolescentes e contextuais que podem influenciar as dinâmicas desta relação, tornando-a saudável e positiva ou abusiva. Para isso propõe-se trazer uma maior clarificação às dinâmicas das relações amorosas nesta faixa etária através das percepções verbalizadas nos discursos dos adolescentes sobre este fenómeno e principalmente sobre os fatores que o iniciam, mantêm e escalam com vista à sua prevenção eficaz e adaptada às suas especificidades. Para o efeito, foram elaborados quatro objetivos de investigação: (1) *Identificar as percepções que os adolescentes têm sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade*; (2) *Explorar as crenças que os adolescentes possuem acerca da perpetuação da violência*; (3) *Analisar os discursos dos adolescentes sobre as causas da violência nas relações de intimidade*; (4) *Sistematizar as percepções dos adolescentes sobre as consequências decorrentes da experiência de vitimação*, e uma questão-problema: “*O que influencia os adolescentes do Ensino Básico a adotarem comportamentos violentos nas suas relações de intimidade?*”, cujas respostas tornarão mais compreensível este fenómeno para a comunidade científica, para a sociedade em geral, e para o Educador Social, em particular, por se tratar de um profissional que pode assumir um papel primordial na prevenção com os adolescentes do ensino básico, através da construção de relações de intimidade saudáveis e desconstrução de crenças, percepções e mitos que possam desencadear comportamentos abusivos. Isto porque segundo Malheiro e Canastra (2009), o Educador Social, poderá ser um bom interlocutor ou um mediador, relativamente ao quadro das novas mediações socioeducativas, na relação entre a escola, a família e comunidade no geral.

A escolha deste tema recai no facto da investigação realizada na área da violência nas relações de intimidade não se centrar tanto numa faixa etária mais juvenil sendo esta etapa do desenvolvimento humano a que foi alvo de menos estudos. Como referem Bittar e Nakano, (2017), esta falta de estudos sobre este tema pode ser justificada pela ideia de que o namoro, e sobretudo numa fase tão precoce, não é um lugar de violência. A representação social dominante é a de que a violência só acontece em relacionamentos mais estáveis ou estruturados, excluindo, portanto, relacionamentos de namoro entre os adolescentes. Ventura

(2014) acrescenta que as investigações sobre o fenómeno da violência no namoro, no nosso país, centram-se principalmente na população universitária. Sendo consensual que a violência no namoro constitui um problema social relevante e merecedor de atenção, pretendeu-se abordar este tema desafiante que permitisse contribuir para a investigação da violência no namoro durante a fase da adolescência, mas também contribuir para a sua aplicabilidade na área da intervenção da Educação Social.

A seleção desta faixa etária recai no facto de ser na adolescência que se desenvolvem as primeiras relações amorosas nas quais existem um conjunto de características individuais, familiares e sociais, algumas legitimadoras da violência. Não obstante a primeira relação de namoro ocorrer muitas vezes durante a adolescência, as características psicoafectivas desta relação de intimidade tornam necessário um certo amadurecimento físico e psicológico (Almeida, 2008). Por outro lado, a violência nas relações de intimidade na adolescência é efetivamente um problema de enorme relevância, devido não apenas à sua alarmante prevalência e consequências, mas também porque ocorre numa fase onde os relacionamentos amorosos se estão a iniciar e os padrões interrelacionais estão a ser aprendidos, podendo passar para a fase adulta (Ferreira, 2011; Caridade & Machado, 2013). Alguns dos casos de violência no namoro podem-se prolongar na vida conjugal, convertendo-se facilmente em violência doméstica, e é este facto que faz surgir a necessidade iminente de prevenção primária da violência, nomeadamente ao nível da violência nas relações de intimidade juvenis (Guerreiro, Pontedeira, Sousa, Magalhães, Oliveira & Ribeiro, 2015).

O contexto escolhido para a investigação foi escolar, porque acreditamos que a Escola é importante na socialização dos jovens e é simultaneamente um contexto privilegiado para o aparecimento e sinalização de comportamentos violentos. Por outras palavras, a escola desempenha um papel fundamental para o processo de educação e cidadania dos adolescentes, com capacidade para a consciencialização e alteração de comportamentos, tornando-se imprescindível integrar a escola como recurso e veículo de informação e capacitação nesta intervenção (Guerreiro et al., 2015).

A opção pela área geográfica onde a investigação se desenvolveu deve-se ao facto de muitos estudos sobre o fenómeno da violência no namoro se concentrarem em territórios urbanos, no litoral cujas características se podem afastar significativamente do interior rural, o que confere um carácter inovador e comparativo à presente investigação, com possíveis implicações na adequação dos programas de prevenção também às especificidades territoriais e culturais, para além da idade e nível de escolaridade. Importa investigar em territórios rurais do interior norte de Portugal, uma vez que a aplicabilidade de programas/projetos de

prevenção sobre o fenómeno, podem distanciar-se dos que se referem ao litoral pelas características específicas e dinâmicas sociais destes contextos, existindo também um maior número de estudos no litoral do que no interior. A zona geográfica escolhida apresenta-se como tendo uma população maioritariamente idosa, com níveis baixos de alfabetização onde a religião, crenças e atitudes estão enraizadas sobre o fenómeno em foco. Por outro lado, importa refletir esta problemática com os adolescentes, pois estes são os adultos de amanhã, que poderão deste modo, desconstruir crenças, atitudes, pensamentos e comportamentos, numa ótica de serem agentes de mudança no presente, mas também no futuro.

No que concerne à estrutura, a presente dissertação subdivide-se em dois capítulos. O capítulo I faz referência ao enquadramento teórico, onde se apresenta uma abordagem teórica da violência no namoro no ensino básico quanto objeto de estudo. Primeiramente, define-se o conceito de adolescência e as relações de intimidade, a natureza do amor romântico, o n(amor)o e a violência, a violência nas relações de intimidade e os tipos de abuso, a prevalência e o ciclo de violência, as dinâmicas abusivas, os fatores de risco associados à vitimação, a perpetuação e os fatores de manutenção da relação abusiva, fatores protetores, as crenças e atitudes da violência, o impacto e as consequências, a influência dos pares, pais e normas sociais. Depois de dissecado o objeto de estudo com vista à compreensão do fenómeno, reflete-se sobre a importância de uma prevenção precoce e a escola como contexto privilegiado de implementação dos programas de prevenção primária. Por último, reflete-se sobre o lugar da Educação Social e o papel do Educador Social na prevenção na violência no namoro, em geral, e com esta faixa etária, em particular. O capítulo II descreve as opções metodológicas por detrás da investigação realizada, no que concerne aos participantes, instrumentos de recolha de dados e de análise, tendo em conta a questão-problema e os objetivos da investigação assim como a apresentação dos resultados, terminando este capítulo com a análise e discussão dos resultados com o objetivo de os enquadrar, comparar e explicar com o fim último de responder aos objetivos da investigação. Por último, as considerações finais pretendem dar resposta à questão-problema, bem como refletir sobre as implicações práticas dessa resposta em programas de prevenção da violência no namoro implementadas também por Educadores Sociais e ainda sobre as limitações da investigação.

Capítulo I – Enquadramento Teórico: da compreensão do fenómeno à sua prevenção

1. Adolescência e as relações de intimidade

A adolescência é uma importante etapa no desenvolvimento humano, que marca a transição entre a infância e a idade adulta, sendo fundamental no acesso à identidade e na definição da personalidade, já que as diversas transformações que nela acontecem modificam a forma como o adolescente se percebe e percebe os outros (Papalia, Olds & Feldman 2006). Numa definição cronológica, compreende-se a adolescência na faixa etária de 12 a 19 anos, havendo divergências nesta cronologia dependendo da fonte consultada (Santos, Custódio & Dias, 2017). No entanto, para a Psicologia do Desenvolvimento, a adolescência não é um estado, mas sim, um processo orientado para a maturidade dentro do desenvolvimento humano, caracterizado por mudanças cumulativas e irreversíveis e sendo o indivíduo, um sistema aberto que influencia o ambiente e é influenciado por ele (Papalia et al., 2006). Segundo a autora, o desenvolvimento tem três vértices principais presentes também no período da adolescência: o físico, o cognitivo e o psicossocial. Devido a estas mudanças físicas, psicológicas, cognitivas e sociais, a adolescência assume-se, para a maior parte dos indivíduos como um período complexo como consequência dos desafios, dúvidas, dilemas e conflitos, cuja resolução vai marcar a vida futura do jovem (Papalia et al., 2006). Por outro lado, a adolescência é o primeiro momento em que as relações com os pares parecem ser consistentemente tão íntimas como as relações pais-criança. Para Saavedra (2010), é por isso uma fase de desenvolvimento com maior probabilidade para o envolvimento em comportamentos de risco, mas também de exploração e experimentação, também em contexto de relações de intimidade, o que a torna ideal para a educação e aprendizagem de competências positivas e adaptativas. Assim, para a autora, a adolescência é um tempo de excelência para a prevenção primária da violência nos relacionamentos juvenis de forma a evitar experiências abusivas, uma vez que a maioria dos adolescentes irão estabelecer relações de intimidade e experienciar o namoro.

As primeiras relações amorosas surgem geralmente no período da adolescência, momento em que também ocorrem as primeiras experiências de vitimação na intimidade (Caridade & Machado, 2013). Por outras palavras, a adolescência é um período do ciclo vital caracterizado pelo rápido crescimento físico, expectativas psicossociais acrescidas e o momento em que as identidades sexuais e de género se valorizam e se inicia a procura das

relações fora do seio familiar, as relações com os pares, o desenvolvimento da autonomia e o início das relações amorosas, constitui-se também uma fase propícia para a formação de atitudes sobre a intimidade, bem como para as primeiras manifestações de poder e controle nas relações de namoro (Ventura, 2014). Assim, as relações de intimidade revestem-se de especial importância para o adolescente, uma vez que podem ser altamente gratificantes, sendo relatado que os seus parceiros românticos lhes transmitem segurança, companheirismo e apoio, mas também podem gerar impacto(s) negativo(s) (Morais, 2015). Por outras palavras, os relacionamentos românticos podem ser fonte de afeto e interações positivas, associadas a “facetas de competência social” (Furman, Ho, & Low, 2009 citado em Mirrado, 2014), contribuindo para o desenvolvimento e ajustamento do jovem ou por outro lado, o envolvimento romântico, especialmente no início da adolescência, pode estar ligado a relações mais negativas, pois segundo os adolescentes têm mais interações negativas com parceiros românticos do que com os seus amigos mais íntimos (Kuttler & LaGreca, 2004 citado em Mirrado, 2014).

Na tentativa de compreender mais aprofundadamente o desenvolvimento das relações amorosas em adolescentes, Collins (2003 citado em Moraes, 2015) sugere cinco características que devem ser estudadas no contexto dos relacionamentos amorosos adolescentes: a) o envolvimento pode refletir-se num encontro entre dois adolescentes, sendo que a duração da relação depende da frequência e da consistência do encontro; b) a qualidade de uma relação amorosa refere-se ao grau de experiências benéficas que esta oferece, sendo que as relações de alta qualidade são aquelas em que os parceiros manifestam intimidade e afeto e as relações de baixa-qualidade geram irritação e níveis consideráveis de conflito; c) o conteúdo está relacionado com a partilha de atividades, através da comunicação, objetivos comuns ou a realização de tarefas juntos, durante uma relação de intimidade; d) a escolha do parceiro ocorre com base em determinadas características físicas e/ou psicológicas; e) os processos cognitivos e emocionais envolvidos na relação de intimidade, ou seja as respostas emocionais, percepções, expectativas e atributos ao parceiro ou à sua relação ou ainda ser e estar numa relação.

1.1. A natureza do amor romântico

As relações de intimidade têm uma função importante no desenvolvimento dos indivíduos e das suas relações sociais, originando sentimentos intensos e estando documentado na literatura, de forma consensual, que a criação e a manutenção de relacionamentos íntimos são fundamentais na promoção do bem-estar (Morais, 2015). As

relações amorosas têm um grande impacto na vida quotidiana, de quase todos os indivíduos, tendo em consideração o tempo que se dedica às relações, as atividades que compartilham e os papéis que os companheiros desempenham nas mesmas, sendo assim, as relações amorosas baseiam-se em interações mútuas e voluntárias de ambas as partes, da mesma forma que as relações de amizade (Morais, 2015). Neste sentido, os indivíduos envolvem-se romanticamente porque acreditam ter encontrado o amor ou terminam a relação porque pensam que já não existe este sentimento.

Para se compreender melhor o amor, Sternberg (1986 citado em Moraes, 2015) desenvolveu a teoria triangular do amor, que implica a presença de três componentes no amor que poderiam corresponder aos vértices de um triângulo – intimidade, paixão e decisão/compromisso. O grau em que cada um desses três elementos está presente determina o tipo de amor que as pessoas têm: a intimidade, está situada no topo do triângulo, e define-se como sendo a proximidade e a união e conexão dos indivíduos que conduzem ao entusiasmo; a paixão é o impulso que levam à vontade de estarem perto do outro, à atração física e sexual originando o romance; a decisão/compromisso corresponde à convicção de amor e de ser amado bem como o desejo de ter uma relação de longa duração (Cassepp-Borges & Teodoro, 2007; Hendrick & Hendrick, 1992; Neto, 1992 citado em Moraes, 2015). Na presença destes três componentes de amor, fala-se em amor perfeito e pleno, já na ausência dos três componentes, fala-se na ausência de amor (Sternberg, 1986 citado em Moraes, 2015).

Assim sendo, Sternberg salienta a existência de oito espécies de amor, baseando-se na presença ou não das componentes de amor: não gostar (ausência das três componentes); gostar (presença do elemento intimidade); amor louco (elemento paixão presente); amor vazio (presença da componente decisão/compromisso); amor romântico (intimidade e paixão presentes); amor companheiro (presença da intimidade e da decisão/compromisso); amor insensato (paixão e decisão/compromisso presentes) e amor-perfeito (três componentes presentes) (Neto, 2000).

Segundo Fisher (2004 citado em Moraes, 2015) o amor romântico pode ser dividido em três fases, com características emocionais e componentes químicos específicos. A fase inicial, denominada “fase de desejo”, é uma consequência das hormonas sexuais, sendo essas a testosterona para o sexo masculino e estrogénio para o feminino. Esta fase inicia-se na adolescência com a circulação destas hormonas no sangue, sendo que a partir desse momento, o indivíduo manifesta interesses por parceiros sexuais. A segunda é a “fase de atração”, na qual o indivíduo está apaixonado, podendo evidenciar vários comportamentos típicos desta fase tais como falta de apetite, falta de concentração, alteração na respiração, suor nas mãos,

entre outros. A terceira é a “fase de ligação”, onde se criam vínculos para que os parceiros continuem juntos. Esta é a fase mais avançada, sendo que a atração e a paixão já foram ultrapassadas.

1.2. O n(amor)o e a violência

O namoro é uma relação interpessoal que sempre esteve presente na nossa sociedade, porém o seu conceito foi evoluindo ao longo do tempo (Oliveira, 2011). As definições de namoro existentes são similares, mas não se deve negligenciar o facto de este tipo de relação nem sempre ser percebido e vivenciado da mesma forma, sofrendo a influência das diferenças individuais, grupais e do contexto histórico e cultural. Para Rodríguez-Santero, García-Carpintero e Porcel-Gálvez (2017), o namoro é definido como uma estrutura constituída entre dois sujeitos que partilham emoções, satisfação sexual e apoio psicoafectivo e que pode diferir relativamente à duração e à intensidade. De acordo com Justo (2005), o namoro como forma de relação humana, caracteriza-se por um contacto preliminar para ter um melhor conhecimento do outro, dos próprios sentimentos ou simplesmente, para “passar o tempo”, o “ficar” é marcado pelo contacto e a ausência de exclusividade e de compromisso.

O namoro começa com “interações frequentes entre duas pessoas que procuram a companhia uma da outra e que ao longo do tempo vão aumentando o seu grau de intimidade física e psicológica, iniciam um processo de compreensão a partir do ponto de vista do outro, estabelecem objetivos comuns, partilham semelhanças entre eles, investem no relacionamento e por fim começam a comportar-se como um casal” (Oliveira, 2011, p.4). Por este motivo, o namoro assume um papel relevante já que possibilita aos jovens a exploração de si próprios, a experimentação sexual, a vivência de companheirismo e de funções outorgadas normalmente aos adultos bem como a resolução de conflitos (Félix, 2012). Não obstante o consenso das definições conceptuais, o namoro nem sempre é percebido e vivenciado da mesma forma, sofrendo influências individuais, grupais e contextos históricos e culturais. Pelo que, paralelamente à ideia de que o namoro é a melhor etapa da relação de um casal, é nela que poderão ocorrer as primeiras manifestações de violência, contrariando, algumas crenças de que a violência surge de forma espontânea no casamento (Dixe, Rodrigues, Freire, Rodrigues, Fernandes & Dias, 2010).

O conceito de violência, ao longo da história da Humanidade, tem acompanhado o pensamento e o comportamento humanos, apresentando-se sob diversas formas nas diferentes civilizações. Segundo a Direção Geral de Saúde (DGS, 2016) atualmente, a violência engloba um conjunto de comportamentos considerados reprováveis e condenáveis pelo impacto

negativo que exerce na qualidade de vida e na saúde dos indivíduos e das populações, pelo que não é considerada como parte inevitável da condição humana. Para Machado (2010), a violência é um fenómeno dinâmico que não se limita a grupos sociais, económicos ou geográficos, sendo a sua definição complexa e paradoxal, pois é um fenómeno dinâmico e está em constante modificação. Segundo Matos, Negreiros, Simões e Gaspar (2009) a violência resulta do uso de agressão, do poder, da influência física e psicológica e de ameaças contra um indivíduo, grupo ou comunidade, com a intenção de ferir, mostrando o seu domínio e poder face ao outro. Devido à generalização do fenómeno da violência, nenhum indivíduo ou grupo social está imune às suas consequências já que a violência resulta da junção de inúmeros fatores intrínsecos e extrínsecos. Para Ventura, Ferreira e Magalhães (2013), a violência é definida como a ameaça ou o uso intencional da força ou do poder e engloba atos de agressão física, psicológica e sexual, fundamentados muitas vezes em concepções sociais e culturais estereotipadas. Em última análise, o conceito de violência “pode ser entendido em diversas perspetivas, tendo em conta a forma como este é percebido, vivido e representado tanto por parte da vítima, como do agressor ou da sociedade”, podendo “assumir características de agressão física, psicológica, sexual, de discriminação e/ou constrangimento social, ocorrendo em diferentes contextos, na vida privada ou doméstica, escolar, laboral ou pública” (DGS, 2016, p. 24).

2. Violência nas relações de intimidade: do conceito à investigação do fenómeno

Para Gonçalves (2013) o fenómeno da violência no namoro é complexo, a começar pela operacionalização do conceito. São várias as definições propostas pelos investigadores para além de que a violência no namoro pode manifestar-se em diversos tipos de abusos e comportamentos violentos, o que constitui um enorme campo de investigação nesta área. A violência no namoro pode ser definida como um ato de agressão, pontual ou contínua, perpetuada por um dos parceiros ou ambos numa relação de intimidade, heterossexual ou homossexual, independentemente da idade, classe social, cultura ou religião, na tentativa de controlar, dominar e ter mais poder face ao outro, podendo-se incluir agressões físicas, verbais, psicológicas, ameaças, perseguições e controlo (Leitão, 2013). Apesar de não diferir muito da violência que pode acontecer nas relações conjugais, ocorre em contextos fora da coabitação e apresenta algumas particularidades (Reforço, 2018). De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2011), a violência no namoro está

associada à ocorrência de atos abusivos entre duas pessoas numa relação de proximidade e intimidade com o objetivo de uma delas se colocar numa posição de poder e domínio sobre a outra, de a magoar e/ou controlar, incluindo formas de violência psicológica, verbal ou relacional, bem como atos físicos e sexualmente violentos. Para Leitão (2013), a violência nas relações de intimidade ocorre a partir da adolescência e durante a vida adulta, frequentemente no âmbito do casamento ou da coabitação, a começar no namoro e inclui a violência física, psicológica e sexual.

Sendo a violência nas relações de intimidade um problema complexo, com fortes raízes socioculturais, a violência nas relações íntimas juvenis foi, durante algum tempo, colocada para segundo plano na investigação e sua intervenção. O difícil acesso dos investigadores à população juvenil, a definição do conceito e a sua operacionalização foram algumas das dificuldades sentidas, tornando-se obstáculos à visibilidade social desta problemática. A dimensão e gravidade deste fenómeno eram desconhecidas, até ao ano 1981, ano em que surge um estudo pioneiro na área da violência na intimidade juvenil, desenvolvido por Makepeace sendo referenciado na literatura internacional como “dating violence” ou “courtship violence” (Caridade & Machado, 2006). Assim para Caridade e Machado (2006), a violência nas relações de intimidade não é um fenómeno recente, mas o aumento do foco de atenção para a violência nas relações de intimidade juvenil sim, tendo sido iniciado em Portugal na década de 90. De acordo com Matos, Machado, Caridade e Silva (2006) foi também na década de 1990 que surgiram as primeiras investigações relativas a programas de prevenção da violência nas relações de intimidade juvenis. No entanto, para Saavedra (2010) a prevenção da violência nos relacionamentos de intimidade foi, durante muito tempo, mantida em segundo plano, valorizando-se a intervenção, pese embora atualmente já existam programas de prevenção dirigidos à população juvenil, numa perspetiva de prevenção primária, e com resultados promissores.

Importa destacar que a violência no namoro começou a ter mais visibilidade política, jurídica e social quando foi incluída no Artigo n.º 152 do Código Penal Português, pela Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, sendo igualmente um crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou o conhecimento do crime por parte de outra pessoa.

2.1. Tipos de abuso e prevalência

Importa abordar as tipologias de abuso perpetuados no âmbito da violência no namoro, conhecendo as suas várias dinâmicas e diferentes graus de severidade, bem como a incidência do fenómeno para compreender a dimensão do fenómeno.

São várias as formas de violência dentro das relações de namoro, classificando-se em psicológica física, sexual, social e perseguição (APAV, 2011). A violência psicológica acontece quando um dos namorados utiliza a comunicação verbal e não verbal com o intuito de causar sofrimento psicológico e/ou medo ao outro e vão desde partir ou danificar objetos pessoais e/ou simbólicos, ameaçar face à possibilidade de terminar a relação, insultar, humilhar, difamar, menosprezar. No que concerne à violência física, esta é caracterizada pelo uso da força ou de objetos para causar dor e sofrimento físico e assenta em comportamento como atirar com objetos, puxar cabelos, prender ou agarrar, empurrar, esbofetear, pontapear, esmurrar, apertar o pescoço, bater com a cabeça do outro contra a parede, etc. Relativamente à violência sexual, esta acontece quando um dos elementos recorre à intimidação, ameaça e/ou força física com a finalidade de forçar o outro a uma interação sexual sem o seu consentimento e reporta-se a atos como beijar ou acariciar contra a vontade, forçar a prática de atos sexuais como coito vaginal, anal e/ou oral, exposição a conteúdo pornográfico. A violência social caracteriza-se pela intenção de impedir ou limitar o contacto do outro com as pessoas próximas e significativas da rede social e/ou familiar, controlando as mensagens ou chamadas, o correio eletrónico, as redes sociais sem a sua autorização, e as saídas de casa para qualquer atividade, difamar publicamente junto da rede de amigos ou através da internet. Segundo Magalhães (2019), a violência através das redes sociais tem características que as tornam particulares pois toda a informação colocada é persistente no tempo e pode ser copiada e difundida sem necessariamente ter o consentimento da pessoa. A perseguição (*stalking*), segundo Sousa (2018), é um tipo de violência muito comum nas relações de intimidade e caracteriza-se como uma forma de controlo, através da invasão da esfera privada, seja dos seus movimentos, rotinas, contactos sociais ou saídas.

Relativamente à prevalência um dos primeiros estudos realizados em Portugal foi levado a cabo por Ferreira (2011) com uma amostra de 170 adolescentes do ensino secundário com experiência de violência no namoro, com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos, com o objetivo caracterizar o fenómeno da violência no namoro, na tentativa de adquirir uma compreensão mais aprofundada na temática e focando-se no contexto de vitimação bem como nas reações/respostas de *coping* face à violência. Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário de autorrelato, sendo o instrumento utilizado uma adaptação do

Inventário de Comportamentos de Violência nas relações íntimas – IVC-2 (Machado, Matos e Gonçalves, 2001 citado em Ferreira, 2011). Dos 170 inquiridos verificou-se que a maioria dos inquiridos (51,8%) é simultaneamente ofensor e vítima (reciprocidade da violência), 30% dos adolescentes são ofensores e os restantes (18,2%) são vítimas de, pelo menos, um comportamento abusivo. A violência com maior percentagem é a violência emocional (vítima 57,6%, agressor 60,6%), de seguida a violência física (vítima 33,6%, agressor 48,2%) e por último a violência sexual (vítima 4,8%, agressor 1,8%). Na violência física, os comportamentos mais comuns são dar bofetadas (14,1%), empurrões violentos (11,8%), causar ferimentos sem assistência médica (9,4%) e puxar os cabelos (6,5%). Quanto à violência emocional, comportamentos como impedir o contacto com outras pessoas (44,1%), insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir” (21,2%), gritar ou ameaçar para meter medo (14,7%) foram as mais identificadas pelas vítimas. Por último, na violência sexual, o comportamento mais reportado pelas vítimas foi o forçar a outra pessoa a manter atos sexuais contra a sua vontade (4,1%). Segundo o autor deste estudo, os resultados apontaram para uma predominância da violência psicológica, sendo o género feminino o mais vitimado. Não se verificaram diferenças relativamente à idade. Do mesmo modo, a reciprocidade da violência é dominante tal como o facto de os adolescentes manifestarem poucos comportamentos de procura de ajuda e quando o fazem optam pela ajuda informal e sentem-se satisfeitos com a ajuda recebida (Ferreira, 2011).

Com uma abrangência nacional, só alguns anos mais tarde a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) levou a cabo três estudos a nível nacional em 2017, 2019 e 2020. Em 2017, a UMAR realizou o primeiro estudo com uma amostra de 5500 jovens, residentes em todos os distritos de Portugal Continental e Ilhas, com os objetivos de averiguar a legitimação dos atos violentos por parte dos jovens e determinar prevalência da vitimação nas relações de namoro. Com uma média de idade de 15 anos e relativamente à legitimação, o tipo de violência mais validado é o controlo (28%), seguido da perseguição (25%), violência através das redes sociais (24%), violência sexual (24%), violência psicológica (14%) e, por fim, a violência física (6%). Em termos de sexo, a legitimação é mais frequente nos rapazes (36%) do que nas raparigas (24%).

Para a análise da vitimação nas relações de namoro, separaram as respostas dos jovens que disseram namorar ou já ter namorado (62%) dos que afirmaram não ter tido nenhum relacionamento íntimo (26%), contabilizaram-se apenas as primeiras. O estudo aponta que 62% já experienciou pelo menos uma forma de violência por parte do atual ou ex-companheiro. No que diz respeito à violência psicológica, 19% dos jovens reportam terem

vivenciado alguma forma de violência psicológica, que afeta mais raparigas (21%) do que rapazes (10%) e sendo o insulto o ato com maior prevalência 30%. Os jovens inquiridos que reportam terem sofrido de comportamentos de perseguição (15%) não havendo diferença significativa entre as raparigas (16%) e rapazes (15%). 11% dos inquiridos relevam terem sido vítimas de violência nas redes sociais, com ligeira maior incidência de casos nos rapazes (12%) em relação às raparigas (11%). As duas formas de violência menos legitimadas é a violência sexual, com uma prevalência de (6%), percentagem igual à violência física sofrida declarada pelos jovens, distinguindo-se entre a violência física que deixa marca (4%) e a violência física que não deixa marca (7%). Não se verificam diferenças entre sexos.

O Estudo Nacional sobre Violência no Namoro, realizado em 2019, envolveu 4938 jovens, 54% raparigas e 45% rapazes, sendo que 1% não respondeu à questão relativa ao sexo. Igualmente com uma média de idade de 15 anos, pretendeu, à semelhança do anterior, avaliar a legitimação dos atos violentos e a prevalência da vitimação nas relações de namoro. Em relação à primeira questão de investigação, 67% do total dos jovens legitimam pelo menos um comportamento de violência, sendo a tipologia mais aceite o controlo (27%), seguida da perseguição (24%), violência sexual (24%), violência através das redes sociais (23%), violência psicológica (16%) e, por fim, a violência física (9%), o que constitui um aumento muito significativo em todas as formas de violência, tornando a violência no namoro mais tolerável e admissível pelos jovens.

Especificamente, o controlo não é reconhecido como abuso por parte de 27% dos jovens, sendo mais legitimado por rapazes (36%) do que por raparigas (19%). No que diz respeito à perseguição, 24% dos jovens não a considera como violência, e destes mais rapazes (33%) do que raparigas (17%). A violência sexual é pouco reconhecida e denunciada, sendo que 24% dos jovens legitimam esta violência, dos quais (15 %) raparigas e (34%) rapazes, o que constituiu um aumento alarmante em relação a 2017. Relativamente à violência através das redes sociais, os resultados indicam que 23% dos jovens naturalizaram estes comportamentos, sendo esta percentagem um pouco mais baixa na violência psicológica (16%), muito mais legitimada por rapazes (22%) do que por raparigas (11%) e ainda mais reduzida em relação à violência física, com 9% dos jovens a não reconhecer esta forma de abuso se não resultar em feridas ou marcas visíveis no corpo da vítima, muito mais pelos rapazes (10%) do que pelas raparigas (4%).

Para a análise da vitimação nas relações de namoro, foram contabilizadas apenas as respostas dos jovens que disseram namorar (ou ter namorado) que correspondem a 70% da amostra. O estudo de 2019 aponta que mais de metade dos jovens (58%) reportaram já ter

experienciado pelo menos uma forma de violência por parte do atual ou ex-namorado. Dos diversos indicadores de violência no namoro analisados, apurou-se que 34% dos jovens afirma ter sido vítima de violência psicológica, (31%) de perseguições, (21%) de violência através das redes sociais, (19%) de controlo, (13%) de violência sexual e (11%) de violência física perpetrado pelo atual ou ex-namorado. Na violência psicológica, o insulto é apontado como o comportamento mais frequente (53%) e a maior diferença de prevalência entre raparigas (36%) e rapazes (20%) é relativa ao ato de humilhar e rebaixar. Quanto à perseguição, as raparigas demonstram uma prevalência ligeiramente mais elevada (33%) em comparação com os rapazes (29%). Dentro da vitimação pelas redes sociais, o comportamento mais reportado é aceder ao Facebook, Instagram ou outra rede social sem autorização (36%), sem diferenças significativas em relação ao sexo. Sobre o controlo, os dados mostram que 19% dos/as jovens revelam terem sofrido deste tipo de comportamento, mais prevalente nas raparigas (23%) do que nos rapazes (15%). No que diz respeito à violência sexual, 14% das raparigas e 11% de rapazes afirmam já terem sido vítimas de algum abuso desta natureza. Por último, 11% dos jovens já foram vítimas de violência física, sendo aquela que não deixa marcas a mais prevalente (14%).

O mais recente Estudo Nacional sobre Violência no Namoro refere-se ao ano 2020, em que participaram 4598 jovens, dos quais 56% raparigas e 43% rapazes, com idades compreendidas entre os 11 e os 21 anos. O estudo concluiu que 67% do total dos jovens legitimam pelo menos um comportamento de violência, sendo os mais comuns o controlo (26%) e a perseguição (23%), seguidos da violência sexual (19%), violência psicológica (15%), violência através das redes sociais (14%) e por último a violência física (5%). Em termos de diferenças de sexo, a legitimação do controlo é mais frequente nos rapazes (34%) do que nas raparigas (19%), tendência igual na perseguição, (33%) de rapazes e (14%) de raparigas e na violência sexual, (29%) e (12%) respetivamente. Menores diferenças verificam-se relativamente à violência psicológica e violência através das redes sociais, em que 19% de rapazes e 11% de raparigas legitimam estas tipologias de abuso e à violência física em que 8% de rapazes e 4% de raparigas a pensam como aceitável.

No que se refere à prevalência, foram igualmente apenas contabilizadas as respostas dos 67% de jovens que disseram namorar (ou ter namorado), o estudo de 2020 mantém a mesma taxa do ano anterior com 58% dos participantes a reportarem já ter experienciado pelo menos uma forma de violência por parte do atual ou ex-companheiro. Destes, 20% reportam ter vivenciado situações de violência psicológica, sobretudo o insulto durante a discussão, (17%) perseguições, com uma incidência ligeiramente mais elevada nas raparigas (19%)

comparativamente aos rapazes (15%), (14 %) comportamentos de controlo, maioritariamente proibir de estar ou falar com amigos, (9%) violência através das redes sociais, como insultar usando estas plataformas em que não há diferenças significativas entre sexos, (8%) violência sexual, um decréscimo em relação ao estudo anterior, e por último (6%) violência física, sendo os comportamentos mais frequentes o empurrar e esbofetear sem deixar marcas, sem diferenças significativas entre sexos.

Analisando os três estudos nacionais de violência no namoro, em relação à legitimação da violência verifica-se uma diminuição ligeira de adolescentes que aceitam o controlo e a perseguição como parte das dinâmicas da intimidade. No que diz respeito à violência através das redes sociais e à violência sexual verificou-se um decréscimo significativo de (9 %) e (5 %), respetivamente, entre os anos 2019 e 2020, o que revela uma menor aceitação destes tipos de abuso pelos jovens nas suas relações de namoro. Em relação a violência psicológica, constatou-se um aumento na legitimação de (2%) entre 2017 e 2019, diminuindo ligeiramente em 2020. Na violência física, apurou-se um aumento na legitimação de (3 %) de 2017 para 2019 que reverteu a tendência em 2020 diminuindo (4 %).

Em matéria de experiência de vitimação que indica a prevalência do fenómeno, constataram-se vários aumentos e diminuições significativas entre os anos de 2017, 2019 e 2020. No que diz respeito ao controlo, registou-se um aumento significativo 9% de adolescentes a revelar terem sido vítimas deste tipo de violência entre 2017 e 2019 e logo a seguir um decréscimo de (5%) no ano de 2020. Relativamente à perseguição, notou-se uma subida acentuada de (16%) na incidência de 2017 para 2019 e um decréscimo também significativo de (14%) em 2020. A percentagem de experiências de vitimação através das redes sociais aumentou (10%) entre 2017 e 2019 tendo diminuído (12%) em 2020. Semelhante às violências referidas anteriormente, a violência sexual teve também um aumento entre o ano 2017 2019 de (7%) e uma diminuição de (5%) no ano de 2020. No que diz respeito à violência psicológica, verificou-se também um preocupante crescimento (15%) entre 2017 e 2019 tendo uma diminuição de (14%) entre 2019 e 2020. Por último, a prevalência da violência física teve uma diminuição de (9%) no total dos três estudos.

Perante os dados analisados, a violência nas relações de intimidade juvenil é perpetrada por ambos os géneros, verificando-se uma legitimação e tolerância por parte da vítima e agressor no que diz respeito à ocorrência de situações abusivas. Os agressores tendencialmente culpabilizam as vítimas pela perpetuação da violência, o que conduz à sua desresponsabilização. A diminuição de relatos de vitimação pode estar interligada com esta normalização, o que dificulta a identificação da violência e por consequência as denúncias por

parte das vítimas e implica uma necessidade de apostar cada vez mais na prevenção primária nos Agrupamentos de Escolas, em todos os níveis de ensino, através da informação, sensibilização, desmistificação e mudança de crenças bem como treino de competências para desenvolverem relações de intimidade saudáveis. Quando comparados os dados acerca da legitimação, verifica-se uma diminuição significativa da tolerância destes comportamentos e desta forma a normalização diminui em algumas condutas violentas. A diminuição da tolerância de comportamentos abusivos poderá estar interligada com os esforços preventivos face a este fenómeno. Segundo Saavedra (2010) após a implementação de programas de prevenção, verificam-se mudanças de atitudes entre o antes e o após, contribuindo, deste modo, para a diminuição de algumas atitudes de tolerância dos adolescentes face a comportamentos abusivos nas suas relações de intimidade.

2.2. Ciclo de violência e dinâmicas abusivas

Não obstante a maior reciprocidade e simetria na violência exercida em contexto de namoro entre jovens, caracterizada por troca mútua de agressões em comparação com a violência conjugal (APAV, 2011; Caridade & Machado 2006), tal como na violência doméstica, também na violência no namoro os abusos acontecem de forma cíclica, passando por fases de tensão e acalmia, e a permanência numa relação abusiva pode ser melhor compreendida através do ciclo de violência, desenvolvido em 1979, pela psicóloga norte-americana Lenore Walker, para identificar padrões abusivos numa relação de intimidade sendo constituído por três fases que se repetem ao longo do tempo: fase do aumento da tensão, fase do ataque violento e fase de reconciliação ou “lua-de-mel” (Manita, Ribeiro & Peixoto 2009; Guerra & Gago, 2016). A primeira caracteriza-se por uma escalada gradual de irritabilidade por parte do agressor. Em todas as relações íntimas ocorrem episódios de tensão, divergência ou conflito, mas numa relação não-violenta o processo de escalada da tensão é interrompido pelo recurso a estratégias de negociação ou resolução de conflitos, com comunicação assertiva e estratégias de *coping* adaptativas. Nas relações violentas, o agressor não possui ou não quer usar estas competências, sendo o objetivo o domínio e controlo sobre a vítima. O agressor recorre a ocorrências da vida quotidiana para provocar na vítima o que conduz a um aumento da tensão que origina discussões que por sua vez evoluem para comportamentos violentos. Esta fase pode progredir mais rapidamente quando associada ao consumo de álcool ou de drogas.

No que se refere à fase do ataque violento, geralmente inicia-se com violência verbal, rapidamente associada à violência física e vai escalando para uma combinação de diferentes

tipos de violência. Intuitivamente ou pela experiência anterior, as vítimas tendem a não reagir, porque pode agravar a violência perpetuada e procuram só defenderem-se dos ataques violentos na esperança de que os atos atenuem e leve à interrupção do ataque violento. Muitas vezes, as agressões são tão severas que a vítima necessita de cuidados médicos. Alguns agressores permitem esse cuidado e acompanham a vítima ao hospital, para garantir (pela manipulação, sedução e promessa de mudança, e/ou pela intimidação, ameaça ou coação) que estas não falem sobre os atos abusivos, outros recusam os cuidados médicos. O agressor invoca razões atenuantes para as suas ações, atribuindo a culpa do ocorrido à vítima ou a fatores externos (álcool e/ou drogas).

A fase de reconciliação ou “lua de mel” inicia-se após os atos violentos, em que o agressor tende a manifestar arrependimento e a prometer não voltar a ser violento. Em relação aos fatores externos referidos na fase do ataque violento, este utiliza-os para que a vítima desculpabilize os seus comportamentos. O agressor reforça o pedido de desculpas tratando-a com respeito, atenção e afeto e fazendo-a acreditar que foi uma vez e que tudo mudar e este período, corresponde, a um “enamoramanto” e de atenção para com a vítima e esta tenta normalizar a sua vida quotidiana. A oscilação comportamental do agressor, constitui um dos fatores que mais dificulta a rutura por parte da vítima, fazendo-a acreditar que existe amor na relação e sobretudo a possibilidade de mudança do agressor. A esperança da mudança é acrescida pela vontade desta em ver o seu projeto de vida a dois ser bem-sucedido e pela identificação de aspetos positivos no companheiro. Segundo Aguiha (2013) o ciclo da violência na intimidade caracteriza-se pela sua continuidade ao longo do tempo, ou seja, pela repetição sucessiva ao longo de meses ou anos, sendo que as fases de tensão e de apaziguamento podem ser cada vez menores, tornando-se cada vez mais intensa a fase do ataque violento podendo a violência aumentar de frequência e gravidade. Com o tempo, o impacto da violência e as suas consequências biopsicossociais são cada vez mais significativas. Também ao longo do tempo, a vítima acaba por perder o controlo e o poder sobre si mesma e sobre a sua vida, tornando-se refém deste ciclo, sendo cada vez mais difícil a rutura da relação.

Paralelamente ao ciclo da violência, a literatura identifica outra dinâmica abusiva nas relações de namoro na adolescência como a Roda do Poder e Controle, construída no âmbito do Projeto Duluth, nos Estados Unidos da América, permite explicar de forma detalhada as estratégias utilizadas pelo agressor para controlar e deter a vítima, que podem ocorrer isolada, em simultâneo ou alternadamente (Guerra & Gago, 2016; Sousa, 2018): (1) Coação e ameaça – consiste em ameaçar provocar lesões na vítima, ameaçar que a irá abandonar, suicidar-se ou

coagir a vítima para a prática de ilícitos; (2) Intimidação – consiste em amedrontar através de olhares, comportamentos e atos, partir e destruir objetos pertencentes à vítima, exibir armas; (3) Violência emocional – consiste em desmoralizar, fazer com que a vítima se sinta mal consigo mesma, que se sinta culpada e diminuída, insultar, humilhar; (4) Isolamento – consiste no controlo da vida da vítima e limitação do envolvimento externo do outro; (5) Minimização, negação e condenação – consiste em desvalorizar a violência e não atender às preocupações da vítima, negar que houve agressão e violência e responsabilizar a vítima pelo comportamento abusivo; (6) Instrumentalização dos filhos – consiste em fazer com que a vítima se sinta culpada relativamente aos filhos, usar os filhos para passar uma mensagem, ameaçar que irá levar os filhos de casa; (7) Utilização de “privilégios machistas” – consiste em tratar a mulher como empregada, assumindo todas as decisões importantes sozinho; (8) Violência económica – consiste em evitar que a vítima tenha a sua independência financeira, forçando a que a vítima peça dinheiro, havendo deste modo, um certo controlo.

Em suma, através do poder e controlo, a violência em relações de intimidade caracteriza-se por um padrão de ações em que o agressor usa intencionalmente comportamentos para controlar, intimidar ou dominar a vítima.

2.3. Fatores de risco associados à vitimação e à perpetuação

A violência nas relações de intimidade juvenis acarreta consigo fatores de risco que potenciam o seu acontecimento, ou seja, características ou condições que podem aumentar ou manter a probabilidade de aparecimento ou ocorrência de um determinado fenómeno (APAV, 2011) e estão relacionados com fatores sociais, culturais, situacionais e psicológicos. Abordar os fatores de risco torna-se crucial para compreender e prevenir, de acordo com as necessidades de determinadas pessoas ou grupos. Se os adolescentes reconhecerem a presença de fatores de risco para a violência no namoro, através de ações de sensibilização e informação, podem proteger-se e, nesse sentido, a experiência da violência no contexto de namoro pode ser evitável (Gonçalves, 2014).

Os fatores de risco podem ser traços e atributos individuais ou condições do meio e aumentam a possibilidade de adolescente se tornarem violentos, que embora não sendo a causa direta da violência na intimidade juvenil, podem contribuir para a sua ocorrência (Ribeiro & Sani, 2009). Para melhor serem entendidos, os fatores de risco podem ser agrupados em diferentes categorias: fatores familiares (observar violência interparental, práticas parentais maltratantes, abuso sexual na infância), ambientais (grupo de pares, observar violência na comunidade), fatores sociodemográficos (idade, género, etnia, nível

socioeconómico, área de residência e práticas religiosas), fatores intrapessoais (depressão, autoestima, comportamentos antissociais), fatores interpessoais (satisfação relacional, estratégia de resolução de problemas, competências de comunicação, duração da relação e comprometimento emocional) e por fim os fatores de risco situacionais (álcool e/ou drogas) (Caridade, 2011).

Por outro lado, de acordo com APAV (2011), os fatores de risco associados à vitimação podem ser individuais como o sexo, a idade e a aceitação da violência, relacionais, como o isolamento, controlo, pressão dos pares e a violência na família de origem, comunitários, ou seja, a relação do jovem com o seu contexto escolar, o funcionamento e as estruturas da comunidade e sociais, que remetem para as normas sociais vigentes na sociedade. Relativamente aos fatores de risco individuais relacionado ao sexo, ambos os sexos podem ser vítimas de violência, sendo que o risco de vitimação se distingue em função do tipo de violência experienciada. Existe um maior risco de vitimação por formas mais severas de violência física, que envolvem maior dano físico e impacto psicológico, para o sexo feminino. Igualmente, o risco de vitimação por condutas sexualmente abusivas no âmbito das relações de namoro é maior para o sexo feminino. No que se refere a idade, a vitimação tem maior risco para os adolescentes mais velhos, cujos relacionamentos implicam maior durabilidade, compromisso e seriedade. O pico da prevalência da vitimação nas relações de namoro parece estar associado à faixa etária e ao grau de ensino dos jovens, tendo em conta que os adolescentes a frequentarem o ensino secundário se encontram particularmente vulneráveis à vivência de experiências de namoro abusivas pelo facto de privilegiarem, neste período das suas vidas, a socialização e o início dos primeiros relacionamentos de maior intimidade. Por último, a aceitação da violência assenta uma concordância com atitudes favoráveis à utilização da violência nas relações de namoro e a adoção de crenças que a legitimam, e desta forma apresentam-se como fatores de risco aumentado no envolvimento em relações abusivas, contribuindo, para a manutenção da vítima na relação violenta e para a subsistência da violência no tempo. As experiências de vitimação podem tornar-se progressivamente mais severas para a vítima, ou seja, níveis mais elevados de violência com maior dano físico e psicológico. Outros fatores de risco individuais, estão associados ao funcionamento psicológico e comportamental dos jovens, como sintomas depressivos e comportamentos suicidas, baixa autoestima (maioritariamente para o sexo feminino), o envolvimento em condutas de risco como o consumo de substâncias (tabaco, álcool e/ou drogas), o envolvimento em comportamentos sexuais de risco (iniciação precoce da sexualidade; múltiplos parceiros sexuais e/ou relações sexuais desprotegidas) e comportamentos

alimentares desajustados (maioritariamente pelo sexo feminino) como indução do vômito ou ingestão de laxantes para regular o peso.

Os fatores de risco relacionais dizem respeito ao isolamento e controle. Existem características da relação de namoro que podem constituir-se como indicadores de risco de vitimação, nomeadamente tentativas, por parte de um dos elementos da relação, em isolar socialmente o outro, privando-o de contactos e interações sociais, bem como a existência de uma assimetria de poder, o que significa que as decisões do relacionamento são tomadas unilateralmente. Os níveis mais elevados de tolerância são demonstrados pelas raparigas na adoção de uma posição de submissão nas relações, sendo explicado pela típica socialização tradicional, patriarcal e machista em relação aos papéis de género, apresentando por isso maior vulnerabilidade à vivência de relações de namoro abusivas. Outros fatores de risco relacionais, associados ao próprio namoro, são a falta de experiência relacional, típica nos jovens que iniciam o seu envolvimento em relações amorosas, a conflituosidade e a instabilidade do relacionamento, as dificuldades de comunicação assertiva entre os namorados, a possibilidade de o relacionamento terminar (especialmente para o sexo feminino) e a perpetração de condutas violentas contra o parceiro (APAV, 2011).

Também a pressão dos pares pode potenciar o risco de vitimação nos relacionamentos de namoro. O envolvimento em comportamentos agressivos e violentos com os pares, principalmente no caso dos rapazes, é um fator de risco para a vitimação no contexto das relações de namoro. A associação a pares desviantes e o relacionamento com pares com experiências de violência no namoro são fatores de risco que conduzem à vitimação no contexto das próprias relações amorosas da adolescência. Por outro lado, o isolamento social em relação aos pares, assim como em relação a outros contextos de interação como a família e/ou a escola, e o decorrente empobrecimento dos contactos sociais e do suporte da rede social de pares pode constituir-se uma fragilidade (APAV, 2011).

A existência de violência na família de origem do adolescente, seja violência direta e pessoalmente experienciada, através de maus-tratos físicos, psicológicos e/ou negligência, seja pela exposição à da violência interparental, apresenta-se como fator de risco para a vitimação em futuras relações de namoro especialmente quando a violência é experienciada direta e/ou indiretamente pelo sexo feminino. O risco de vitimação poderá ser explicada pela família de origem, pois esta funciona como importante meio de aprendizagem de comportamentos, inclusive os comportamentos violentos, através de mecanismos de observação, modelagem, reforço e imitação dos comportamentos aprendidos nas restantes e futuras relações. Ao mesmo tempo que as condutas agressivas e violentas são aprendidas, a

exposição da criança ou do adolescente a ambientes familiares violentos promove a interiorização deste tipo de relacionamentos enquanto legítimos e aceitáveis para a utilização da violência e justificação do recurso a esta enquanto estratégia de resolução dos conflitos interpessoais. Outros fatores de risco relacionais associados à família da criança ou do adolescente, podem estar relacionados com famílias monoparentais, famílias de níveis socioeconómicos desfavorecidos, desorganização familiar pela ausência de uma supervisão parental adequada e pelo emaranhamento entre pais e filhos, nos quais os pais se encontram excessivamente envolvidos na vida dos filhos, restringindo a sua autonomia e independência (APAV, 2011).

Os fatores de risco comunitários relacionam-se com o tipo de interação do jovem com o seu contexto escolar e comunidade, podendo potenciar o risco de vitimação nas relações de namoro durante a adolescência. Poderemos referir o fraco aproveitamento escolar, o desinteresse e desinvestimento na escola, o absentismo e a reduzida vinculação à escola. O funcionamento e estrutura da comunidade aumenta também o risco de os jovens se envolverem em relações amorosas violentas, nomeadamente quando existe desorganização social da área de residência, a ausência de recursos da comunidade para supervisionar os jovens através de associações recreativas e/ou associações de jovens bem como a pobreza e a violência/crime na comunidade envolvente (APAV, 2011).

Os fatores de risco sociais assentam nas normas sociais vigentes na sociedade e referem-se à ausência de punição social e legal clara das condutas abusivas no âmbito dos relacionamentos de namoro bem como a escassez de informação sobre condutas adequadas e inadequadas no contexto das relações interpessoais. A socialização das crianças e jovens segundo os papéis e expectativas de género (especialmente para as raparigas) aumenta o risco de envolvimento e manutenção em relações violentas (APAV, 2011).

Do lado da perpetração, o mesmo autor enumera também fatores de risco individuais como o sexo, idade, problemas de comportamento e legitimação da violência, relacionais, nomeadamente a história anterior de violência, a pressão dos pares e a violência na família de origem, comunitários, que refletem a relação do jovem com o seu contexto escolar e o funcionamento e estruturas da comunidade e sociais, decorrentes das normas sociais vigentes na sociedade. Relativamente aos fatores de risco individuais associados à perpetração nas relações de namoro da adolescência, verifica-se um maior risco de perpetração pelo sexo feminino. Isto pode ser explicado pela diferença na representação social efetuada acerca da violência, ou seja, pelo facto de as adolescentes admitirem com maior facilidade a prática de atos violentos contra o namorado, em comparação com os rapazes, que pela aceitação,

interiorização e normalização cultural da violência perpetuada pelo sexo masculino, a reportam menos. Outra possível explicação para o maior risco de perpetração de violência no namoro pelo sexo feminino prende-se com o facto de esta representar uma resposta violenta à violência sobre si cometida inicialmente (comportamento de autodefesa) (APAV, 2011).

Relativamente à idade, os adolescentes mais velhos apresentam maior risco de se envolverem na prática de atos abusivos contra o namorado/a na medida em que o avançar da idade implica, com maior probabilidade, um envolvimento relacional mais longo e sério. A longevidade da relação de namoro aumenta a possibilidade de surgimento de conflitos e desentendimentos que poderão terminar com o recurso à violência. Em convergência com a faixa etária dos adolescentes, existe maior risco de concretização de atos abusivos contra o parceiro por parte de jovens a frequentar níveis mais elevados de escolaridade, especialmente o ensino secundário. O risco de comportamentos agressivos e violentos nos relacionamentos de namoro pode ser compreendido à luz da entrada do jovem na puberdade, na qual a maturação física é acompanhada por mudanças sócio-emocionais associadas à socialização com pares e aos primeiros envolvimento íntimos (APAV, 2011).

Em relação ao comportamento, a manifestação de problemas como a depressão, a ansiedade, isolamento e ideação suicida por parte dos jovens pode aumentar a probabilidade da prática de violência nos relacionamentos amorosos. Por outro lado, a existência de outros problemas como a agressividade, a impulsividade e o consumo de álcool e/ou drogas, comportamentos sexuais precoces e desprotegidos são fatores de risco para o recurso à violência nas relações de namoro. A manifestação de um padrão de agressividade e violência generalizado, dirigido a diferentes intervenientes (pais, pares e/ou professores), é também um fator de risco para se perpetuar atos abusivos no âmbito das relações de namoro. A manifestação de condutas antissociais na infância e/ou adolescência (nas quais se incluem todos os comportamentos anteriores) apresentam-se como forte preditor da perpetração de atos abusivos nas relações de namoro. Outros fatores de risco individuais associados ao funcionamento psicológico do jovem, podem, igualmente, ser referidos, como a baixa autoestima, a falta de competências de regulação das emoções (como a raiva e a frustração), a baixa tolerância à frustração, a falta de competências de resolução de problemas e a existência de perturbações psicopatológicas. Quanto à legitimação e tolerância à violência, muitos jovens apresentam uma postura global de reprovação do seu uso nas relações íntimas, mas outros aceitam-na nesse mesmo contexto quando determinadas circunstâncias se encontram reunidas. A adesão a atitudes legitimadoras e de desvalorização da violência nas relações de namoro encontra-se fortemente associada à prática de comportamentos agressivos e violentos,

apresentando-se, como fatores de risco para a subsistência, continuidade e escalada das condutas abusivas. A concordância com atitudes legitimadoras da violência no namoro é maior entre os mais jovens, do sexo masculino, com menos anos de formação escolar e níveis socioeconômicos mais baixos, bem como sem experiência de relacionamentos íntimos ou jovens que já experienciaram violência nas suas relações de namoro (tanto do ponto de vista da vitimação como da perpetração) (APAV, 2011).

Nos fatores de risco relacionais, a existência de histórias anteriores de perpetração de condutas abusivas contra o/a namorado/a é, por si só, um fator de risco para a reincidência e agravamento da gravidade da violência exercida no relacionamento, especialmente para o sexo masculino, assim como a manutenção do padrão de abuso nas relações amorosas futuras., para uma nova perpetração no relacionamento atual. O elevado número de parceiros íntimos anteriores à atual relação de namoro aumenta também a probabilidade de perpetração de violência relacional (APAV, 2011). A pressão dos pares diz respeito ao funcionamento grupal sendo que a associação e o envolvimento com pares desviantes que consomem álcool, substâncias ilícitas e/ou que violam normas sociais e que iniciam condutas delinquentes, a perpetração de comportamentos agressivos contra os pares e a existência de pares envolvidos em relações de namoro abusivas, quer na perpetração e/ou na vitimação, constituem-se fatores de risco para a exteriorização da violência em contexto de intimidade. Outros fatores de risco relacionais são as características do funcionamento interpessoal dos jovens, que podem precipitar o recurso à violência nos seus relacionamentos de namoro, tais como a necessidade de poder e controlo nas relações interpessoais (padrão mais comum no sexo masculino), o padrão marcado pela desconfiança e insegurança face aos outros, as dificuldades na gestão emocional da separação física e da rejeição e ainda as limitações nas competências de comunicação interpessoal e as dificuldades na resolução de problemas e conflitos relacionais (APAV, 2011).

Por outro lado, a violência na família de origem poderá aumentar o risco do jovem se envolver em relações de namoro violentas já que a probabilidade de perpetração de violência nas relações de namoro é maior quando a criança ou jovem se identifica com o agressor do mesmo sexo da sua família. Também a existência de agentes stressores na família de origem como o desemprego, problemas económicos, pobreza, o reduzido envolvimento e supervisão parental, o recurso a práticas educativas inadequadas e inconsistentes (punição física e/ou excessiva permissividade) bem como a ausência de afeto no seio familiar e uma vinculação insegura às figuras parentais estabelecida durante a infância potencia o risco (APAV, 2011).

Os fatores de risco comunitários podem assentar na desorganização social da área de residência associada à pobreza e violência na comunidade bem como à ausência de vinculação à escola e à vida escolar, o baixo aproveitamento escolar, o absentismo escolar, o ambiente escolar marcado pela violência e exposição a modelos de conduta violentos (APAV, 2011).

Os fatores de risco sociais advêm da ausência de normas sociais claras relativamente às condutas socialmente aceitas e os comportamentos reprováveis bem como da escassez de ações punitivas consequentes à adoção de atos abusivos contra o parceiro, da desvalorização do fenómeno da violência e da minimização do seu impacto, da socialização consoante os papéis e expectativas tradicionais de género e ainda da ausência de informação contra a manifestação de violência nos relacionamentos (APAV, 2011).

2.3.1. Fatores de manutenção da relação abusiva

Englobados nos fatores de risco, foram identificados pela literatura determinadas variáveis ou circunstâncias que dificultam a rutura da relação abusiva por parte da vítima, permanecendo esta refém do ciclo de violência e/ou da roda do poder e controlo. Parafreando APAV (2011), a aceitação de atitudes favoráveis à utilização da violência nas relações de namoro e a adoção de crenças que a legitimam apresentam-se como fatores para a manutenção da vítima na relação violenta e para a permanência da violência no tempo.

Segundo Ventura (2014), quando as agressões ocorrem numa idade precoce, as vítimas não têm a experiência que lhes permite fazer uma avaliação adequada do que aconteceu e muitas vezes o controlo ou até mesmo a violência verbal pode começar a ser justificada como uma forma de carinho, além de que o arrependimento demonstrado pelos parceiros, contribui para fortalecer a permanência da vítima no relacionamento, fazendo-a acreditar que a situação pode melhorar, mas, na verdade, o que faz é aumentar a probabilidade de novas agressões, sendo um reflexo do ciclo de violência. Parafreando Redondo, Pimentel e Correia (2012) existem fatores de risco associados à violência no namoro que influenciam a permanência e manutenção numa relação abusiva, tais como a exposição à violência interpaparental, o consumo de álcool, ter um amigo envolvido em violência no namoro, o isolamento, a falta de competências na resolução de problemas e a crença de que este tipo de violência é socialmente aceite. Caridade (2011) acrescenta que a vítima tem dificuldade em denunciar a relação abusiva pelo medo de que a violência possa aumentar, o receio de serem desacreditadas, sofrer retaliações, vergonha, dependência emocional e/ou esperança de normalização dos atos abusivos. Segundo Guerreiro et al. (2015) em idades jovens são comuns os sentimentos de culpa e vergonha, que servem muitas vezes de fator de manutenção

da relação abusiva e por outro lado, como a grande parte das relações na intimidade ocorrem em contexto escolar, onde ambos os protagonistas se cruzam, é difícil para as vítimas evitar o seu agressor e, por sua vez, evitar as reincidências.

Também o ciclo da violência ajuda a compreender a manutenção de uma relação abusiva, pois a descontinuidade de atitudes boas e más do agressor deixam a vítima na dúvida, ansiando pelos comportamentos bons e desvalorizando a agressão (Baptista, 2012). Nesta linha de pensamento, Manita et al. (2009) concluem que a oscilação do comportamento do agressor e consequente repercussão e impacto cognitivo-afetivo na vítima compõe um dos fatores que mais impedem a rutura por parte desta. Por fim, a Roda do Poder e do Controlo pode estar na base da manutenção da relação abusiva, devido às dinâmicas e processos que sustentam o controlo do agressor sobre a vítima já que aquele implementa todo um conjunto de comportamentos interrelacionados para garantir o seu exercício (Guerra & Gago, 2016).

Em suma, o fraco suporte social, a ausência e até mesmo a dificuldade de compreensão nas redes de apoio, as crenças ligadas ao género e/ou crenças sobre o namoro, as agressões, as crises de ciúmes, o arrependimento, o pedido de desculpas e as promessas de mudanças, aumentam as esperanças da vítima face à mudança do parceiro, além de que a vítima pode evitar falar da sua experiência de vitimação por vergonha ou por ser ameaçada pelo agressor, bem como medo de sofrer represálias podem ser fatores de manutenção de uma relação abusiva.

2.4. Fatores protetores

É igualmente importante conhecer o conjunto diversificado de fatores que funcionam como amortecedores contra os fatores de risco de vitimação ou perpetuação da violência. Quando os fatores de proteção conseguem equilibrar ou anular os de risco, é menor a probabilidade de ocorrer uma situação crítica (Nascimento, 2019).

De acordo com a Ribeiro e Sani (2009), entende-se por fatores de proteção as variáveis que apoiam e favorecem o desenvolvimento individual e social e que podem atuar como moderadores dos fatores de risco, que minimizam ou atenuam os efeitos negativos de tal experiência e/ou ainda contribuem para a sua prevenção. Os fatores protetores englobam um conjunto variado de variáveis que se encontram organizadas em categorias tais como individuais (atitude intolerante face à violência, bom desempenho escolar, temperamento resiliente, perceção do apoio social de adultos e pares, saudável sentido de si e expectativas positivas/otimismo face ao futuro), familiares (ligação a familiares ou adultos fora da família nuclear, capacidade para discutir os problemas com os pais, altas expectativas parentais face

ao desempenho escolar, atividades frequentes partilhadas com os pais, envolvimento em atividades sociais), escolares (boa relação com os pares, aprovação dos amigos pelos pais, motivação/atitude positiva face à escola, envolvimento em atividades sociais e comunitários (conexão social, expectativas elevadas por parte da comunidade, comunidades economicamente estáveis, ambientes promotores de segurança e saúde).

Por outro lado, para APAV (2011), os fatores protetores individuais assentam em competências de autorregulação emocional, competências de resolução de problemas de *coping* face a situações adversas, elevada autoestima, motivação, sentido de humor, capacidade para pedir ajuda e atitudes positivas face à escola. Os fatores protetores familiares podem ser um ambiente familiar positivo, família organizada e estruturada com rotinas, normas e hábitos estabelecidos, relacionamento positivo entre pais/encarregados de educação e filhos/educandos, estilos parentais não autoritários e estabilidade económica. Os fatores protetores ambientais dizem respeito à presença de adultos externos ao contexto familiar na rede de suporte, existência de pares na rede de suporte, aprovação dos amigos pelos pais/encarregados de educação, envolvimento numa relação de namoro positiva e saudável, ambiente escolar positivo, vinculação segura à escola e sucesso escolar.

Segundo Ribeiro e Sani (2009), estes fatores permitem atrasar, suprimir ou até neutralizar os resultados negativos da violência. Assim, os fatores protetores podem exercer efeitos compensatórios ou amortecedores entendendo-se como efeito compensatório aquele que “melhora diretamente uma condição problemática, isto é, baixa proporcionalmente as probabilidades de um resultado negativo para cada nível de uma condição de risco” (Ribeiro & Sani, 2009, p.404).

Os fatores de proteção são tomados como necessários para o restabelecimento do equilíbrio perdido com a adversidade ou pelos fatores de risco, pelo que a sua existência ou estimulação moderam o risco de envolvimento em violência no namoro.

2.5. Crenças e atitudes face à violência: da tolerância à legitimação

Quando abordamos o fenómeno da violência nas relações de intimidade, importa explorar as crenças e as atitudes que lhe estão subjacentes e que distorcem a realidade, uma vez que só atuando sobre estas se desmistifica as relações abusivas ou a sua manutenção. As crenças e as atitudes face à violência na intimidade são adquiridas ao longo da vida com base na observação, modelagem e aprendizagem social de comportamentos, normas e valores profundamente enraizados na nossa cultura e sociedade, e dificultam a identificação, revelação e denúncia.

Para Machado (2010), as crenças surgem das interações humanas e do modo como cada indivíduo percebe o mundo que o rodeia, sendo o sujeito influenciado pelo que outros dizem, pensam ou escrevem. Tal como acontece em relação ao fenómeno da violência doméstica, também em relação à violência no namoro emergiram na sociedade um conjunto de crenças erróneas que acabam por ser aprendidas e interiorizadas, legitimando e justificando, a ocorrência de violência no contexto das relações de namoro na adolescência e de acordo com a APAV (2011):

a violência nas relações de namoro na adolescência é aceitável em determinadas circunstâncias, como por exemplo, quando um dos parceiros trai o outro ou quando um do parceiro provoca ciúmes no outro. (...) “os episódios de violência entre namorados refletem a forte intensidade do sentimento e amor que os une (p.104).

Para Ventura et al. (2013) as crenças surgem como consequência das percepções que vamos construindo, a partir de todas as influências que nos rodeiam. Por outras palavras, as crenças, como produto da nossa socialização e percebidas desde cedo, emergem das interações humanas em consequência das percepções que vamos construindo, influenciando os nossos comportamentos. O fenómeno da violência encontra-se relacionado com as representações sociais de cada um relativamente ao que é ou não violento. Para Matos et al. (2006), as crenças que legitimam a violência nas relações de namoro podem ser vistas como formas estereotipadas que geram a problemática, negando-a ou justificando-a, potenciada pela falta de experiência relacional e associada à necessidade de emancipação e de independência dos jovens durante a adolescência. De acordo com May (2002 citado em Cristóvão, 2012), as crenças dos adolescentes têm influências sociais e culturais, sendo que os comportamentos humanos devem ser entendidos dentro de um contexto social, histórico e cultural. As normas e valores sociais influenciam os adolescentes no seu relacionamento íntimo, sendo que as crenças que eles têm face à violência guiam os seus comportamentos, podendo ser uma justificação para ou não para o abuso nos relacionamentos. Assim, crenças erradas sobre o fenómeno da violência tendem a promover a culpabilização da vítima e a desculpabilização do agressor, tornando-se preditores no envolvimento em relacionamentos violentos (Teixeira, 2015).

Para Antunes (2016), dentro das crenças existentes entre a população mais jovem, sobretudo no que diz respeito ao género masculino, está que o uso de violência representa uma forma aceitável de resolver conflitos. Já no que diz respeito ao género feminino, a crença que prevalece é a de que, mesmo após a agressão, o amor acabará por superar as dificuldades,

o que leva as jovens a um esforço para manter a relação. Gomes, Fernando, Ribeiro, Oliveira e Duarte (2016) acrescentam que os atos violentos sobre as raparigas têm muitas vezes como base um conjunto de crenças relativamente à inferioridade da mulher e a legitimação da violência como estratégia de resolução de conflitos, pelo que a reestruturação cognitiva, confrontando o perpetrador com a irracionalidade patente nas suas crenças e provocando assim a substituição das mesmas por pensamentos racionais alternativos apresenta-se como uma estratégia fiável para a alteração desse mesmo sistema de crenças.

Para Moura (2012), no que diz respeito às atitudes, importa salientar que estas não constituem comportamentos, mas sim a tendência, explicação ou adoção das mesmas, baseadas em apreciações que podem ser favoráveis ou desfavoráveis, e segundo a sua intensidade, pode levar a posturas mais ou menos radicais. Outro aspeto relevante é o facto de as atitudes serem aprendidas, tal como as crenças, e, portanto, são mutáveis, sendo um dos fatores de influência dessas alterações os processos de indução originados pelo impacto que a sociedade tem nos sujeitos, como por exemplo, a nível político, que pode levar a uma alteração dos comportamentos. Segundo Oliveira (2009) são as atitudes e/ou as crenças que os adolescentes possuem sobre a violência no namoro que os predispõem para concordar ou não com a manifestação de comportamentos agressivos na intimidade, isto é, quando os adolescentes legitimam o uso de violência, tendem, mais provavelmente, a adotar comportamentos violentos nas suas relações de intimidade. Carvalho (2010) acrescenta que é principalmente nos jovens do sexo masculino que persistem as crenças legitimadoras de violência entre parceiros íntimos, apresentando justificações com base nos comportamentos das raparigas e na atuação de fatores externos como a pobreza e a falta de controlo por parte do agressor. Também para Gonçalves (2013), apesar da maioria dos adolescentes não concordar com situações de violência nas suas relações íntimas, muitos consideram que certos motivos ou justificações legitimam a violência, como, por exemplo, a raiva, traições ou ciúmes e outros consideraram a violência como um ato de amor. Relacionando com o sexo, os rapazes legitimam mais a violência do que as raparigas.

Alguns estudos empíricos permitiram clarificar as crenças e atitudes legitimadoras da violência nas relações de namoro. O pioneiro foi desenvolvido por Saavedra (2010), após a adaptação, para a realidade portuguesa, da Attitudes Toward Dating Violence Scale, em que foi testada a Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (EAVN), composta por 76 itens, divididos em seis subgrupos, cuja resposta se insere numa escala de Likert de cinco pontos, em que 1 corresponde a “nunca” e 5 corresponde a “frequentemente”, numa amostra de 411 alunos, com idades entre os 13 e os 19 anos, sendo 214 (52,1%) raparigas e 197

(47,9%) rapazes. Os alunos que preencheram a escala, on-line, foram alunos do 9º ano das escolas selecionadas para integrarem o Projeto de Prevenção 4d ou alunos de escolas que se voluntariaram para integrar o grupo de controlo. Em relação aos itens alusivos à subescala (1), Atitudes acerca da Violência Psicológica perpetrada pelos rapazes nas relações de namoro, com 15 itens, o mais mencionado foi “uma rapariga deve fazer sempre o que o namorado lhe diz para fazer”. No que concerne aos 12 itens da subescala (2), Atitudes acerca da Violência Física perpetrada pelos rapazes nas relações de namoro, o mais referido foi “um rapaz pode bater na namorada se ela merecer”. Na subescala (3), Atitudes acerca da Violência Sexual perpetrada pelos rapazes nas relações de namoro, com 13 itens, o mais indicado foi “não tem mal pressionar uma rapariga para ter relações sexuais”. Em relação à subescala (4), Atitudes acerca da Violência Psicológica perpetrada pelas raparigas nas relações de namoro, de 13 itens, o mais assinalado foi “é importante que um rapaz se vista sempre da forma que a rapariga quer”. Na subescala (5), Atitudes acerca da violência física perpetrada pelas raparigas nas relações de namoro, com 12 itens, o mais mencionado foi “por vezes uma rapariga tem de bater no namorado para ele a respeitar”. A subescala (6), Atitudes acerca da Violência Sexual perpetrada pelas raparigas nas relações de namoro, com 12 itens, o mais respondido foi “mesmo se um rapaz tiver dito “sim” sobre ter relações sexuais, tem sempre o direito de mudar de ideias”. As pontuações mais elevadas representam uma maior legitimação da utilização de comportamentos abusivos nos relacionamentos (Saavedra, 2010).

Dois anos mais tarde, o estudo exploratório sobre a Violência no Namoro realizado por Cristóvão (2012) envolveu 629 estudantes do ensino secundário de duas Escolas do centro de Lisboa, de ambos os sexos e com idades entre os 14 e os 20 anos, tendo sido usados para a recolha de dados o Inventário de Conflitos nas Relações de Namoro entre Adolescentes (CADRI) e a Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (EAVN). Verificou-se que 5,8% da amostra já foi vítima de violência no namoro, sendo o sexo feminino que apresenta mais casos, e 19% dos inquiridos conhecem vítimas de violência no namoro no seu grupo de pares, sendo o tipo de violência mais prevalente a emocional/verbal e o menos frequente a violência física. Em termos de perpetuação, 4,2% dos jovens afirma não ter comportamentos abusivos nas suas relações íntimas e 38,8% não exterioriza comportamentos violentos. Outra conclusão retirada deste estudo é que quanto mais crenças legitimadoras da violência, maior a prevalência de comportamentos abusivos em contexto de namoro, existindo uma relação significativa entre estas duas variáveis. Verificou-se ainda que os indivíduos que consomem drogas e álcool reportam comportamentos mais violentos do que os sujeitos que nunca consumiram.

Outro estudo conduzido por Gonçalves (2013) deu um contributo para conhecer o que pensam os adolescentes dos Açores sobre a violência na intimidade. A amostra foi recolhida em ambiente escolar e é constituída por 267 alunos. A investigação foi composta pela Escala de Atitudes acerca da Violência no Namoro (EAVN), pelo Inventário de Conflitos nos Relacionamentos de Namoro entre Adolescentes (CADRI), e pela Escala de Piers-Harris Children's Self-Concept Scale (PHCSCS). Os resultados mostraram que relativamente às atitudes de legitimação de violência nas relações amorosas, a maioria dos participantes parece não legitimar o uso da violência nas relações amorosas. No que se refere às estratégias de resolução de conflitos adotadas nas em contexto de intimidade, a maioria dos participantes demonstrou não usar abordagens abusivas e afirmou igualmente que os seus parceiros/as não utilizam estas estratégias. Na legitimação da violência, apenas a variável sexo se destacou diferencialmente, o que significa que os inquiridos do género masculino (146,2) validaram mais o uso da violência do que o género feminino (125,2). Estes resultados podem ser explicados pela socialização masculina para a violência, ou seja, o género masculino é tendencialmente educado para ser mais forte, emocionalmente pouco expressivo, competitivo e dominador face às suas parceiras enquanto a educação do género feminino ainda terá uma tendência para a submissão, para ser orientado e incentivado a não expressar a raiva diretamente (Wolfe, Wekerle, & Scott, 1997 citado em Gonçalves, 2013). Já nas estratégias de resolução de conflitos, só as variáveis sexo e ano de escolaridade foram as que se distinguiram. Especificamente, os alunos do 9º ano de escolaridade (136,4) legitimaram mais o uso da violência do que os alunos do 12º ano de (124,8), sendo que este resultado pode ser entendido pelo facto dos adolescentes mais novos possuírem uma menor experiência amorosa ao contrário dos mais velhos que têm mais vivências de intimidade, mais maturidade e pensamento crítico acerca da violência no namoro (Matos et al., 2006; Feiring, Deblinger, Hoch-Espada & Haworth, 2002 citado em Gonçalves, 2013).

Em suma, pelo peso da relação entre as crenças legitimadoras da violência nas relações de namoro e a sua perpetuação bem como as consequências devastadoras em vários domínios da vida e funcionamento dos sujeitos dos comportamentos violentos, torna-se necessário, no âmbito da prevenção do fenómeno, que essas crenças e atitudes sejam desmistificadas e substituídas por outras mais saudáveis, adequadas, racionais e positivas.

2.6. Impacto e consequências da violência em contexto de intimidade

O impacto da experiência de vitimação não é igual para todos os indivíduos e depende de diversas características tais como as tipologias e grau de severidade da violência exercida,

se é pontual ou continuada e a presença de outros fatores que podem agravar ou atenuar os atos (Caridade e Machado, 2008). Manita et al. (2009) elencam alguns fatores que poderão contribuir para intensificar este impacto, nomeadamente, em função do aumento da frequência e severidade da violência, condições e contextos da ocorrência da mesma, tipos de abusos, antecedentes históricos de vitimação, gravidade dos danos, recursos pessoais e estruturais. Estes autores agrupam o impacto em termos de: (1) danos físicos, corporais e cerebrais; (2) alterações dos padrões de sono e perturbações alimentares; (3) alterações da imagem corporal; (4) distúrbios cognitivos; (5) distúrbios de ansiedade, medos e ataques de pânico; (6) sentimentos de vergonha, culpa e medo; (7) baixa autoestima; (8) dependência emocional; (9) isolamento social; e (10) comportamentos depressivos. As consequências da violência no namoro, além das referidas manifestações ao nível físico e psicológico, podem igualmente assumir impactos negativos ao nível académico e profissional (Caridade & Machado, 2006). Manita et al. (2009) sublinham ainda que todos estes danos acima referidos podem causar perturbações ao nível do sono, distúrbios cognitivos, ataques de pânico, sentimentos de vergonha e culpa, comportamentos depressivos. Não obstante, o impacto que a violência no namoro causa nas vítimas não é igual para todos os indivíduos, devendo-se ter em conta diversos fatores que podem agravar ou atenuar as consequências desta violência como experiências de vitimação antecedentes, a frequência, duração e intensidade dos atos violentos, os tipos de comportamentos abusivos perpetuados e a relação de proximidade entre a vítima e o agressor (Oliveira, 2011).

O estudo realizado por Magalhães (2020), com jovens do 7º ao 12º ano, apurou que 6% dos participantes já experienciou violência física. Os comportamentos mais frequentes são empurrar/esbofetear, tendo como consequências da experiência de vitimação os hematomas, queimaduras, traumatismos, cortes, fraturas expostas, lesões oculares, dores musculares, fadiga, perfurações, problemas digestivos e ginecológicos. No que se refere à violência psicológica, 20% dos jovens já foram vítimas de algum comportamento, sendo o insulto o mais comum, tendo como consequências a ansiedade, depressão, baixa autoestima, *stress* pós-traumático, ideias suicidas, ingestão compulsiva/excessiva de alimentos, indução do vomito, comportamentos sexuais de risco, envolvimento com vários parceiros sexuais, consumo de substâncias (drogas ou álcool). O controlo é reportado por 17% dos jovens, sendo o comportamento mais frequente a proibição de estar ou falar com amigos, podendo as consequências, relacionais e sociais, ser o receio de colocar fim à relação, o medo de se manifestar na presença do parceiro, a repetição do padrão de relacionamentos abusivos, a

incapacidade de confiar, o isolamento social, o evitamento de contactos com pares, o baixo rendimento escolar, insucesso ou abandono.

De acordo com APAV (2011):

como para a vítima, também para o agressor, a vivência de uma relação de namoro violenta na fase de adolescência poderá gerar efeitos desvantajosos para o funcionamento e desenvolvimento psicológico, emocional, comportamental, sócio-relacional e escolar/profissional do jovem. Muitos destes efeitos poderão prolongar-se à vida adulta (p.100).

Numa relação em que esteja presente a violência, podem surgir lesões físicas como mal-estar geral, cefaleias, sintomas neurológicos, hipoacusia, hematomas, traumatismos cranianos, cortes ou ossos partidos (Freitas, 2015). Por outro lado, o mesmo autor refere que, a nível psicológico, podem surgir problemas emocionais expressados através de raiva, medo, ansiedade, culpa irracional ou depressão que potenciam uma menor autoestima e autoconfiança, entre outras consequências. Já Simões (2015) refere que a maior parte dos indivíduos que sofrem de violência no namoro tendem a desenvolver sintomas de depressão e ansiedade, e apresentam maior tendência para consumir drogas, álcool e tabaco, adotarem comportamentos antissociais e pensamentos suicidas. Em alguns casos, as consequências poderão ser fatais ou poderão provocar incapacidades duradouras. Na perspetiva de Barriga e Gibbs (1996 citado em Couto, 2013), a concretização dos seus atos também pode trazer consequências para o agressor, não tão diretamente relacionadas com ferimentos ou problemas psicológicos, mas com condenações ou castigos pelo seu comportamento inadequado, não só a nível judicial, como a nível social e profissional. Algumas das consequências do envolvimento na prática de violência nas relações de namoro são o afastamento e isolamento em relação a contextos de socialização, rejeição pelos pares, violação das normas sociais, abandono escolar precoce, lesões e ferimentos diretamente causados pela perpetração dos atos violentos contra o parceiro, sanções ou penalizações judiciais ou legais, pode também causar a perda do estatuto de estudante e, vergonha por ter perdido o controlo e violado a lei e os direitos (APAV, 2011). Em suma, a problemática da violência no namoro mostra ter graves e diversificadas consequências para a vida de qualquer indivíduo, sejam vítimas ou agressores, tendo um grande impacto na sua saúde física e mental, nos seus relacionamentos interpessoais e no seu desenvolvimento pelo que abordá-las, no âmbito da prevenção primária, é relevante na medida em que sendo universal podem estar

presentes tanto vítimas como agressores e portanto consciencializar as vítimas e dissuadir o comportamento abusivo do agressor são dois objetivos fundamentais.

3. A violência no namoro e a influência dos pares, pais e normas sociais

Tratando-se de um fenómeno com raízes culturais e sociais, a violência no namoro enquanto comportamento assente em crenças e atitudes é influenciado pelo meio e ambiente, nomeadamente os pares, a família e as normas sociais, podendo ser esta influência negativa ou positiva.

Segundo a APAV (2011) importa destacar o facto de muitos relacionamentos de namoro entre os mais jovens surgirem no seio do grupo de pares, numa fase em que acontece a aproximação íntima a alguns sujeitos, dando-se início às primeiras experiências amorosas. Para Saavedra (2010), as relações entre pares podem constituir um fator de envolvimento em comportamentos de risco, já que, não raras vezes a informação que partilham entre si é errada, pouco precisa ou, em algumas circunstâncias, é legitimadora ou minimizadora da violência. Por este motivo, importa refletir sobre a influência dos pares na medida em que, nestas idades, em particular no grupo dos mais novos, a vivência do namoro, acontece no contexto do relacionamento em grupos de pares, e tal significa que, na relação, os padrões de conduta são intensamente mediados pelas práticas observadas no contexto grupal, em interação com as aprendizagens provenientes da vivência familiar e das que são veiculadas através dos meios de comunicação social (DGS, 2016). Offenhauer (2011 citado em Cristóvão 2012) refere que o grupo de pares tem bastante influência nos comportamentos e crenças dos jovens, já que são os pares, a seguir aos pais, torna-se modelos de comportamento isto porque se constituem importantes transmissores de normas e valores sociais e são modelos de comportamentos relevantes para a interação social dos adolescentes (Kinsfogel & Grych, 2004 citado em Pinto, 2011). Porém, os pares também se podem assumir como um fator protetor e promotor do envolvimento em comportamentos saudáveis, uma vez que os relacionamentos positivos entre pares fornecem estruturas relacionais fundamentais para as relações de maior intimidade (Wolfe, Jaffe & Crooks 2006, citado em Saavedra, 2010). Parafrazeando Santos e Murta (2016), a literatura afirma que a influência dos pares desempenha um papel essencial na compreensão da violência no namoro e o uso de educadores ou líderes de pares que estimulem comportamentos saudáveis entre adolescentes tem sido uma componente comum em programas preventivos. A influência dos pares pode estar presente em mensagens confusas ou conselhos não adequados, conflitos entre parceiros no namoro estimulados pelos pares,

agressão baseada nos pares, normas de namoro dos pares e modelos de relações de namoro (Sullivan, Masho, Helms, Erwin, Farrell & Taylor, 2012 citado em Santos & Murta 2016). Em sentido contrário, os amigos podem fornecer ajuda, desde dar conselhos a respeito da seleção do parceiro, feedbacks sobre a escolha, apoio durante conflitos e incentivo à ruptura de relacionamentos não saudáveis. Em suma, a importância que os pares assumem na adolescência assenta no facto de os jovens procurarem validação, companheirismo e apoio nos seus pares, quando começam a explorar a intimidade e a compatibilidade dos seus relacionamentos. Assim, o grupo de pares mais próximos pode influenciar o namoro dos adolescentes, de modo positivo ou negativo, razão pela qual discutir sobre a pressão e a cultura dos pares na formação e manutenção de relações íntimas dos adolescentes torna-se fundamental (Leff, 2004 citado em Santos & Murta 2016).

Para além da influência dos pares, a influência da família pode ser relevante na perpetuação da violência no namoro, visto que, a família educada para determinados valores, crenças e atitudes dos seus integrantes, e sendo um grupo de carácter uno e insubstituível possui um papel fundamental na educação e socialização dos seus membros que irá ditar a forma como estes agem futuramente (Moura, 2012). Para Oliveira e Sani (2009), a observação de comportamentos violentos está relacionada com a transmissão desses comportamentos, existindo uma herança de violência. Os indivíduos que experienciam comportamentos violentos podem vir a exteriorizar essa mesma violência, ou seja, numa família onde as crianças e jovens vivam num ambiente hostil podem assimilar esses comportamentos como aceitáveis e normativos, havendo uma modelação das aprendizagens, embora a forma como vão expressar os comportamentos observados possa não ser necessariamente igual tal ao que foi observado, isto é, podem usar os mesmos comportamentos, modificá-los, usar diferentes modelos ou até replicar. Assim, os comportamentos violentos aprendidos no seio familiar podem ser reproduzidos pelos adolescentes nas suas relações de intimidade, assumindo o papel de agressor ou vítima, correndo o risco de perpetuar a violência intergeracional (Oliveira & Sani, 2009). Moura (2012) refere que quanto mais autoritários ou permissivos são as figuras parentais, mais elevados são os níveis de legitimação e tolerância em relação à violência no namoro, e que o estilo parental autoritário está relacionado com a baixa aceitação e legitimação da violência. Não admira, portanto, que para Oliveira (2009), a socialização do indivíduo num contexto familiar violento tem sido o aspecto mais mencionado na literatura como estando na base da transmissão intergeracional de violência. Isto porque, com base na Teoria da Aprendizagem Social de Bandura, os adolescentes que presenciaram ou presenciaram comportamentos abusivos no contexto familiar, apresentam maior probabilidade de tolerar

e/ou reproduzir estes mesmos comportamentos nas suas relações de intimidade, bem como, desenvolver atitudes legitimadoras de violência já que os membros da família assumem um papel de modelos (Santos, 2015). Quanto mais uma criança estiver exposta à violência ao longo do seu desenvolvimento, maior será a probabilidade de adotar uma postura violenta durante a adolescência ou na idade adulta (Pinto, 2011). Por outro lado, a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, que se centra no desenvolvimento individual através da influência de vários intervenientes do meio envolvente em que os adolescentes estão inseridos, assim como pela interação entre estes, seja a família, os pares, a escola e a comunidade, permite compreender a participação da família na aquisição de comportamentos, em geral, e da violência em particular (Santos, 2015).

Além dos pares e da família, também as relações de namoro precoces podem ser influenciadas pelo contexto sociocultural e comunitário dos adolescentes (Connolly, Craig, Goldberg, & Pepler, 2004 citado em Gonçalves, 2014). Para compreender esta influência, é necessário trazer para esta reflexão a teoria feminista pois esta assenta nas perspetivas socioculturais, onde estão presentes as normas políticas, culturais e sociais que vigoram em certos períodos históricos. Nesta linha de pensamento, a violência decorre de um conjunto de valores patriarcais que se foram enraizando de diferentes formas e em vários níveis: macrossocial (sistema legal, instituições e estruturas sociais), intergeracional (valores patriarcais transmitidos de geração em geração), cultural (destacando-se o papel dos media na reprodução e reforço dos valores patriarcais) e individual (o indivíduo incorpora os valores patriarcais, reproduzindo-os) (Marin & Rizzo, 2000 citado em Nascimento, 2019). De acordo com Ribeiro e Sani (2008), o fenómeno da violência encontra-se ligado às representações sociais na medida em que estas condicionam positiva ou negativamente a perceção da aceitação da violência ou não de acordo com o quadro de referência de cada um. Parafrazeando Espinar-Ruiz (2007), entre a variedade de conhecimentos adquiridos através dos processos de socialização destacam-se os papéis e as normas que os indivíduos assimilam e incorporam nas suas próprias condições. É desta forma que, homens e mulheres, recebem diferentes mensagens em referência ao comportamento que a sociedade espera deles pelo mero facto de terem nascido com o sexo feminino ou masculino. Reforçando esta ideia e segundo a APAV (2011), a socialização das crianças e adolescentes segundo os papéis e expectativas convencionais de género associado ao sexo biológico aumentam o risco de envolvimento e manutenção em relações abusivas.

Para Machado (2010), a fase da adolescência é essencial na interiorização de mensagens transmitidas quer seja pela família ou pelos grupos sociais onde os adolescentes se inserem e

muitas vezes a família e/ou os grupos sociais usam mensagens que abordam as diferenças de gênero e valorizam o poder patriarcal, contribuindo assim para a violência nas relações de intimidade juvenis. A noção de patriarcado assenta na representação da masculinidade, adquirida pelo domínio do homem face à mulher. Na perspectiva de Bandura (1982 citado em Machado, 2010), as crianças e adolescentes que têm modelos agressivos em casa poderão mais facilmente exteriorizar atitudes agressivas comparando com crianças e adolescentes que não presenciam modelos agressivos, pois as atitudes dos adultos exercem uma forte influência no comportamento quer da criança quer do adolescente e, deste modo, nas suas relações de intimidade.

Por outro lado, para Campos e Guimarães (2007), as mudanças culturais, as transformações do sistema de valores e as relações sociais traduzem-se numa disposição cultural onde se consideram os fenómenos de violência como comuns, naturais e/ou banais. A banalização da violência é caracterizada pela legitimação da agressão como meio de resolver problemas ou conflitos de interesse. Mencionando Gonçalves (2014), as normas sociais também influenciam os comportamentos dos jovens nas relações de namoro, através da tolerância, justificação ou não da punição clara da violência. Segundo a APAV (2011) esta ausência de punição social e legal das condutas abusivas no âmbito dos relacionamentos de namoro bem como a escassez de informação sobre as condutas adequadas e inadequadas no contexto das relações interpessoais passam mensagens contraditórias aos adolescentes acerca da sua regulação comportamental.

4. Prevenir antes de remediar: a importância de uma prevenção precoce

A importância de uma prevenção precoce assenta no facto da violência no namoro ser um fenómeno transversal, com raízes sociais e culturais, com graves consequências para as vítimas e muitas vezes precede a violência doméstica (Guerreiro et al., 2015). É por isso que é na fase da adolescência que se deve apostar na prevenção da violência nos relacionamentos íntimos juvenis, nomeadamente para evitar que os jovens assumam a prática de atos violentos, uma vez que a maioria dos jovens adolescentes, mesmo que não namorem nem tenham ainda experimentado namorar, esperam ansiosamente pelo início dessa experiência (Saavedra, 2010). Na medida que muitos adolescentes vivem rodeados de crenças legitimadoras e tolerantes à violência em geral, e à violência no namoro em particular, torna-se fulcral apostar na prevenção para que estes saibam distinguir o que é saudável do que não é, o que é tolerável do que não é tolerável bem como desconstruir crenças erróneas, diminuir os fatores de risco e

potenciar os fatores protetores. Segundo Saavedra (2010), a violência no namoro é um problema social prejudicial na vida dos adolescentes e, portanto, projetos de prevenção e intervenção nesta faixa etária são essenciais para que os adolescentes combatam os fatores de risco associados a esta problemática e assim possam ter um estilo de vida saudável.

Segundo Matos et al. (2006), no contexto da violência no namoro, os esforços preventivos deverão ser a nível primário, ou seja, trabalhar com indivíduos que não tiveram ainda contacto com realidades violentas ou experiências de vitimização, mantendo esta condição. A nível secundário, a prevenção deverá ocorrer especificamente com indivíduos em que existe o risco de se tornarem vítimas ou agressores nas suas relações de intimidade. Por último, a prevenção terciária deverá trabalhar com indivíduos que já foram alvos de violência no namoro e que procuram alterar essa condição. Por outras palavras, num nível primário, a prevenção é precoce e universal, dirigida a todos os alunos, adolescentes e indivíduos que não tenham contacto com a violência e pretende-se que assim se mantenha. Esta deve consistir em informações para consciencializar acerca de uma relação saudável e não saudável, gestão de conflitos de forma assertiva e não violenta, bem como tornar cada indivíduo consciente e competente através da inteligência emocional. Em relação à prevenção secundária, esta dirige-se a grupos específicos (jovens que possam vir a ser vítimas ou a agressores), pelo que é uma prevenção seletiva. Aqui importa explorar crenças e atitudes, desconstruindo e desmistificando, pelo que é importante ouvir e refletir com os alunos/adolescentes para mudar pensamentos e comportamentos. No que se refere à prevenção terciária, esta é dirigida a vítimas ou agressores e pretende mudar pensamentos e comportamentos individualmente para diminuir o risco de incidência. Para Gomes (2017) é na adolescência que se pode consolidar a aceitação da violência e também as crenças sobre a mesma, pelo que os adolescentes devem ser vistos como capazes de interiorizarem novos conhecimentos, de desconstruírem mitos, de adquirirem competências e de as utilizarem eficazmente bem como de refletir sobre os efeitos dos seus comportamentos, tomando decisões pró-ativas de mudanças com repercussões no seu mundo pessoal e comunitário. Por este motivo, é de extrema importância, atuar com os jovens antes de iniciarem as suas relações de intimidade. Para Leitão (2013) a informação, sensibilização e educação das populações jovens são considerados mecanismos que podem proporcionar o *empowerment*, ou seja, o fortalecimento de práticas auto-positivas e de recursos individuais, essencialmente nos jovens mais vulneráveis à violência. A implementação de programas de intervenção vai de encontro à necessidade urgente de adotar metodologias que sejam eficazes para a compreensão do fenómeno de violência nas relações

de intimidade e que promovam a clarificação e a desconstrução de mitos, crenças e estereótipos de gênero.

4.1. A vulnerabilidade das/os adolescentes para a violência no namoro

De um modo geral, a adolescência é marcada por um período de grandes mudanças, e constitui um ponto de viragem e, por vezes, de grande vulnerabilidade. Nem sempre é fácil para um adolescente, ainda em construção, gerir todo o leque de emoções que vivencia numa relação de intimidade. Por outro lado, a falta de experiência em relações de namoro, a exposição a episódios violentos na infância, a grande instabilidade psicoemocional típica desta fase de vida podem tornar os adolescentes vulneráveis para a violência no namoro.

Para Matos et al. (2006), a falta de experiência relacional associada à necessidade de emancipação e de independência dos jovens nesta fase, por vezes não facilitam o reconhecimento de uma condição de vitimação, nem tão pouco a identificação de eventuais recursos para a gerir e obter o contacto de outros adultos ou pares. Também para Sá, Ventura e Veríssimo (2013) a vulnerabilidade é inquestionável uma vez que a adolescência é um período de imaturidade emocional, inexperiência relacional e iniciação da sexualidade. Por outro lado, o adolescente é egocêntrico e tem necessidade de estar constantemente em cena como ator principal, sendo que o sentimento que decorre do egocentrismo leva-o a acreditar que é imune aos riscos que atingem os outros e as condutas de experimentação, envolvendo risco, sucedem de um sentimento de invulnerabilidade (Fonseca, 2005 citado em Sá et al., 2013).

Outras vulnerabilidades parecem estar relacionadas com as crenças erradas sobre a violência que tendencialmente desculpabilizam o agressor e culpabilizam a vítima, representando preditores relevantes do envolvimento dos sujeitos em relações de caráter abusivo (Teixeira, 2015) e ainda os jovens com antecedentes de depressão e ideias suicidas tendem a serem mais propensos a sofrer violência no namoro, dada a sua fragilidade psicológica e emocional (Roberts, Klein & Fisher 2003 citado em Almeida, 2012).

Em suma, existe todo um conjunto de vulnerabilidades na fase da adolescência para a violência no namoro relacionadas com as características individuais, o contexto envolvente e as influências dos vários ecossistemas pelo que a prevenção se deve focar na promoção de competências nos adolescentes para as relações saudáveis e não violentas e que diminuam as vulnerabilidades.

4.2. A escola como contexto privilegiado de prevenção

A escola é um contexto privilegiado na medida em que os adolescentes passam grande parte do seu tempo naquele contexto para além do número e diversidade de adolescentes, famílias e comunidades, tem um potencial generalizador dos resultados da prevenção. Com a implementação de programas de prevenção primária pretende-se capacitar os adolescentes com recursos e competências adaptativas e positivas, bem como desmistificar crenças, conduzindo também à desocultação precoce de relações abusivas. Por outras palavras, a escola é um dos espaços privilegiados para aprender a relacionar-se com atitudes de respeito, resolvendo os conflitos de forma pacífica e enriquecedora (Xavier, Rodrigues & Saraiva, 2014).

De acordo com Saavedra (2010), importa perceber que a escola, a par da família, é um contexto de socialização basilar para as crianças e adolescentes, não somente relativamente às aprendizagens curriculares associadas ao saber em sentido estrito, mas também a um contexto de aprendizagem social, onde podem ser aprendidas competências sociais, essenciais no comportamento em sociedade e em grupo e na promoção da autoeficácia dos alunos face ao desenvolvimento destas competências. Para Caridade, Pereira e Soeiro (2018), a escola constitui o local onde os/as jovens permanecem a maior parte do tempo e estabelecem as primeiras interações e experiências amorosas. Por outro lado, é uma instituição promotora de valores como a educação e a cidadania, acolhendo uma grande diversidade de jovens que, não raras vezes, se revelam muito permeáveis à legitimação deste tipo de abuso íntimo sendo ao mesmo tempo, segunda a mesma fonte, um contexto particularmente propício à exploração e estabelecimento de diferentes tipos de interação entre os adolescentes, incluindo a experienciação de múltiplas adversidades como as situações de violência em contexto de namoro.

Para Guerreiro et al. (2015), a escola tem um papel fundamental para o processo de educação e cidadania dos alunos/adolescentes, com capacidade para a consciencialização e mudança de comportamentos, tornando-se imprescindível integrar a escola como recurso e veículo de informação e capacitação nesta prevenção. De acordo com o mesmo autor, o papel da escola advém da sua função fundamental na educação para a cidadania do aluno, contemplando jovens com idades ideais para a consciencialização e desmistificação de crenças e estereótipos, sendo o local de eleição para realização de trabalhos no âmbito da prevenção, pois “os programas nacionais e internacionais de prevenção primária da violência no namoro, em contexto escolar, têm demonstrado elevada eficácia em todos os jovens envolvidos” (p.23). Verificamos que a implementação de programas de prevenção primária,

têm alcançado resultados positivos, contudo ainda são poucos os que abrangem todos os alunos de norte a sul de Portugal. A aposta nestes programas de prevenção não é global, sendo estes aplicados de uma forma pontual e não sistémica e continuada, ou seja, a abrangência destes programas é parcelar, pois só alguns alunos/jovens é que beneficiam destes, e, portanto, eles funcionam, mas não chegam a todos, sendo apenas implantados em algumas escolas e com alguns alunos. Pelo que, apesar de existirem resultados promissores e positivos após a aplicação destes programas, a verdade é que continua a existir valores elevados no que se refere à prevalência de violência nas relações de intimidade na adolescência.

Segundo Correia (2015) importa também ter em conta que no contexto escolar interagem diferentes atores, desde alunos, professores e não docentes, mas também as suas famílias e a própria comunidade, pelo que surge a necessidade de uma atuação interdisciplinar, que integre diferentes saberes e áreas do conhecimento, como a Educação Social, e que seja capaz de implementar programas de prevenção primária da violência nas relações de intimidade e outras ações de igualdade de género e cidadania.

4.3. Programas de prevenção primária: características e boas práticas

Tendo em conta a gravidade da violência nas relações de namoro, os programas de prevenção primária para serem eficazes devem ter um conjunto de requisitos relativamente à elaboração, implementação e avaliação. Segundo a APAV (2011), os programas de prevenção da violência no namoro devem ser desenvolvidos em contexto escolar, junto de grupos pré-formados – os grupos turma – dirigindo-se a adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos. Alguns dos objetivos que poderão nortear a intervenção visam a promoção de um conjunto de competências e de conhecimentos que permitam aos adolescentes a adoção de mecanismos que impede a ocorrência da violência: conhecer os comportamentos envolvidos numa relação saudável e não saudável, ser capaz de descrever tipos específicos de abuso físico e não físico bem como identificar fatores que contribuem para o estabelecimento de relações positivas com os outros, reconhecer mitos e factos sobre os relacionamentos, aprender competências apropriadas para atingir objetivos relacionados com a promoção de relacionamentos saudáveis como competências de escuta ativa, identificação de sentimentos, comunicação assertiva, resolução positiva de conflitos, tomada de decisão e descrever soluções e estratégias para combater a ocorrência de violência nos relacionamentos.

Segundo Matos et al. (2006), geralmente os programas são compostos por diversas sessões didáticas, atividades escolares e, normalmente, envolvem a participação de pais, encarregados de educação, professores e a comunidade envolvente. Apresentamos de seguida

três exemplos de boas práticas na prevenção da violência no namoro: o Programa *4d*, que consiste na versão traduzida e adaptada para português do Projeto *The Fourth R*, o Programa *Safe Dates* e o Programa *Youth Relationships Project*.

Segundo Saavedra (2010) o Programa *4d* – prevenção integrada em contexto escolar – é um currículo de prevenção universal para o 9º ano de escolaridade que visa a promoção de comportamentos saudáveis e a prevenção de comportamentos de risco em quatro dimensões: (1) relacionamentos saudáveis, (2) crescimento e sexualidade saudáveis, (3) consumo e abuso de substâncias e (4) igualdade de género. De acordo com a mesma autora, o programa é composto por 28 sessões, sendo que as dimensões 1, 2 e 3 integram sete sessões, com uma duração de aproximadamente de 90 minutos, e a dimensão 4 é composta por sete sessões com uma duração de aproximadamente 45 minutos. Os objetivos gerais do Programa *4d* são: (1) fornecer informação necessária para uma tomada de decisão informada, relativamente às dimensões centrais da intervenção; (2) ajudar os alunos na clarificação dos seus valores e limites acerca dos seus relacionamentos, sexualidade, substâncias e questões de género; (3) ensinar competências de comunicação, negociação, adiamento e recusa para lidar com a violência, sexualidade, consumo de substâncias e questões de género; (4) fornecer oportunidades para praticar essas competências através da realização de jogos de papéis (dinâmicas de role-play). Relativamente aos recursos, Saavedra (2010) menciona o kit de prevenção composto por quatro manuais de atividades (um para cada unidade) que contem a descrição de cada uma das sessões (sete sessões para cada unidade), bem como os materiais para as atividades propostas (vídeos, fichas ou textos) e ainda as orientações para a discussão com os alunos e tópicos de apoio aos professores. As sessões que o compõem o Programa *4d* são conduzidas por professores que recebem formação especializada para este efeito por parte dos profissionais que coordenam este projeto. Saavedra (2010) reforça ainda que apesar de o programa decorrer em contexto escolar, procura-se envolver também outros elementos da comunidade para desta forma se promover a proximidade entre os adolescentes e as múltiplas vertentes do seu meio envolvente. Em termos de resultado, a mesma autora afirma que este estudo apresentou resultados positivos ao nível da mudança de atitudes, assim como comportamentos positivos na resolução de problemas. Reforçando esta ideia APAV (2011) menciona que o Programa *4d* tem demonstrado a sua eficácia na modificação positiva dos conhecimentos, das atitudes e dos comportamentos dos adolescentes.

De acordo com a APAV (2011), o Programa *Safe Dates* é direcionado a alunos que frequentam o 8º e 9º anos de escolaridade, desenvolvido em contexto sala de aula e composto por um currículo de 10 sessões, um concurso de cartazes e uma curta sessão de teatro. Este

programa tem como objetivo central a prevenção da incidência e a eliminação de situações de vitimação e perpetração nos relacionamentos amorosos juvenis. Segundo Almeida (2012) o programa foi aplicado durante cinco meses, recorrendo a métodos como a dramatização que desenvolve a empatia, a discussão em grupo que desenvolve as competências de comunicação e um concurso de posters, sendo avaliadas variáveis como: (1) informar sobre o tema; (2) dar a conhecer os principais conceitos desta problemática; (3) desenvolver competências de resolução de conflitos de forma não violenta e desenvolver competências de comunicação que podem prevenir comportamentos violentos e (4) conhecer os recursos existentes na comunidade. Após a implementação deste programam verificou-se que os alunos envolvidos nesta intervenção apresentaram menores níveis de perpetração de diferentes tipos de violência (psicológica, violência física moderada e de violência sexual) e menores níveis de vitimação física moderada a longo prazo, verificando-se ainda mudanças ao nível da aceitação da violência nos relacionamentos amorosos (Foshee & Reyes, 2009 citado em Caridade, Saavedra & Machado 2012).

Segundo APAV (2011), o Programa Youth Relationships Project desenvolve-se através de uma intervenção de grupo, dinamizada por uma dupla mista de facilitadores, dirigida a adolescentes com histórias passadas de maus-tratos. A intervenção tem no total dezoito sessões, tendo cada uma a duração de 120 minutos. O programa tem como objetivos específicos: (1) aumentar o conhecimento dos jovens acerca das dinâmicas de abuso nos relacionamentos de namoro e relações de proximidade; (2) promover o desenvolvimento de competências de comunicação e resolução de problemas; (3) aumentar o nível de consciência acerca dos estereótipos de género que contribuem para a ocorrência de violência e acerca do impacto que a violência poderá ter; (4) desenvolver competências de procura de ajuda. Os resultados apontaram para uma diminuição a longo-prazo dos níveis de perpetração física e de vitimação emocional ou através da utilização de comportamentos ameaçadores (Wolfe, Wekerle, Scott, Straatmen, Grasley, & Reitzel-Jaffe, 2003, citado em Caridade, Saavedra & Machado, 2012).

Os programas anteriormente descritos merecem ser alvo de atenção, visto que pretendem capacitar os alunos/adolescentes enquanto agentes de mudança favorecendo a criação de uma cultura de não tolerância à violência na intimidade e promovendo informação clara e precisa sobre este fenómeno. Segundo APAV (2011), cada domínio da prevenção tem tópicos e dinâmicas específicas e é possível traçar características e conteúdos gerais dos programas de prevenção. Os principais são: (1) a atenção individualizada, ou seja, a intervenção delineada de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo;

(2) os programas devem ser de acordo com a idade, nível de desenvolvimento e a cultura da população-alvo; (3) quanto maior for o nível de risco da população mais precoces deverão ser os esforços preventivos; (4) uma base teórica coerente, que deverá nortear a definição dos objetivos e das estratégias da intervenção; (5) o foco do programa deverá incidir não apenas no indivíduo, mas também nos contextos sociais nos quais este se relaciona (família, escola e a comunidade) uma vez que estes poderão reforçar e promover as mudanças de comportamento; (6) o grau de participação dos pais deverá ser ajustado à faixa etária dos principais intervenientes; (7) a escolha adequada dos alvos de mudança, reduzindo os fatores de risco e promovendo os fatores de proteção; (8) o envolvimento dos pares como agentes preventivos, fulcral devido à sua elevada influência no comportamento dos jovens; (9) a utilização de métodos interativos de transmissão de informação, remete para atividades selecionadas com formato interativo, apelativo e adequado à faixa etária a que se destinam (grupos de discussão, debates, roleplay); (10) a aprendizagem e o treino sistemático de uma variedade de competências sociais como a resolução de conflitos, assertividade, tomada de decisão, escuta ativa através de estratégias cognitivo-comportamentais como o role-play, simulação de situações próximas da realidade e das experiências pessoais dos sujeitos, feedback de intervenções na modificação do comportamento (através do reforço ou punição de determinados comportamentos) ou de estratégias de raciocínio/cognitivas específicas (pensar antes de agir, comunicar de forma assertiva); (11) a promoção da autoconsciência que tem como base ajudar os adolescentes a identificar o que sentem e o que pensam e a terem uma visão realista das suas competências; (12) a promoção de consciência social, que ajuda os adolescentes a compreenderem as emoções e os pensamentos dos outros e a apreciarem a interação positiva com diferentes grupos; (13) a gestão das emoções, sobretudo a tolerância e a frustração, para que facilitem e não interfiram com as tarefas a desenvolver; (14) o foco no estabelecimento de relacionamentos positivos com os outros, promovendo a sua capacidade de comunicar, cooperar, negociar soluções para conflitos, procurar ajuda e resistir de forma adequada à pressão dos pares e aos desafios do meio; (15) a tomada de decisão responsável, que consiste em aprender a ponderar todos os fatores relevantes para a tomada de decisão, bem como as consequências prováveis de determinados comportamentos; (16) a formação específica dos técnicos e o trabalho multidisciplinar é crucial para dotar os jovens de conhecimentos e competências, mas, essencialmente, de motivação e de compromisso, sendo que a qualidade da preparação irá influenciar a qualidade e o sucesso da implementação; (17) a discussão e clarificação de valores, normas culturais e legais acerca da utilização de comportamentos violentos; (18) abordar níveis “normativos” de violência, ou seja, as formas

de violência mais comuns num determinado grupo, em vez de abordar todas as formas de violência; (19) a clareza dos conteúdos e simplicidade dos materiais, fáceis de utilizar ou atividades estruturadas são elementos importantes, atrativos e facilitadores da implementação de um programa; (20) os programas de prevenção devem ser intensivos e a longo prazo, de modo a reforçar os objetivos de prevenção original e a avaliação poderá ser feita através de um design experimental ou quasi-experimental como a recolha de dados em pré-teste, pós-teste e *followup* ou a utilização de instrumentos adequados aos objetivos e à população a que se destinam; (21) apesar da avaliação dos programas estar muito direcionada para a sua eficácia, é importante avaliar os custos e os benefícios da implementação e a sustentabilidade a longo prazo após o financiamento, para não comprometer a possibilidade do programa ser replicado.

Em modo de conclusão, os programas de prevenção visam a promoção de um conjunto de competências e de conhecimentos que permitem a adoção de mecanismos que impedem a ocorrência da violência. É de destacar que os programas abordados foram sujeitos a avaliação com resultados de sucesso e são os que têm características mais eficazes e que melhor funcionam. É relevante que se continue a pensar em estratégias de atuação em diversas áreas e contextos.

4.4. O lugar da Educação Social e o papel do Educador Social

Conscientes da importância do lugar da Educação Social e do papel do Educador Social, começamos por relembrar que a Educação Social surge, em Portugal, pela exigência dos sistemas de proteção social. Enquanto profissão, a Educação Social encontra-se no campo das Ciências da Educação, enquadrada pela Pedagogia Social (Correia, Martins, Azevedo & Delgado, 2014). De acordo com a mesma fonte, a Pedagogia Social constitui-se como a ciência da Educação Social, conferindo-lhe a própria especificidade da profissão, pois a Pedagogia Social torna-se o saber matricial de referência para os Educadores Sociais. Para além disso, a Educação Social desenvolve-se pela diversidade de categorias profissionais, perfis de competências e áreas disciplinares. O reconhecimento da identidade profissional em Portugal depende dos múltiplos contextos de trabalho e populações com os quais interage. A sua identidade profissional deve evidenciar o compromisso educativo do seu trabalho social que supera lógicas de ação assistencialistas e centra-se em lógicas de desenvolvimento e capacitação dos indivíduos. Na perspetiva de António e Arcos (2021), a Educação Social é uma área científica dotada de profissionais preparados para desenvolver a sua ação em qualquer contexto, com capacidades de atuação ao nível dos territórios, da capacitação

pessoal, comunitária e em prol da transformação social. Pela relação entre as áreas da Educação e do Social pode através de processos investigativos, ajudar a identificar problemas e promover a sua resolução, no sentido de contribuir para o seu desenvolvimento.

Os profissionais de Educação Social têm um papel importante na violência no namoro, uma vez que, como agentes socioeducativos, visam a integração do ser humano, consoante a realidade em que se encontra. De acordo com Martins (2013), o Educador Social poderá implementar projetos orientados para a construção da comunidade, criando redes sociais informativas, espaços de encontro e intercâmbio dos indivíduos e intergeracional, normalização e efetivação de recursos e serviços básicos. Deste modo, o Educador Social terá um papel de mediador na integração do indivíduo nos diferentes ambientes ou contextos sociais. Nas palavras de Mendes (2012), o Educador Social é um profissional com competências para intervir no âmbito socioeducativo, em colaboração com equipas multidisciplinares, para criar e/ou participar em projetos em contexto escolar e o seu papel é fundamental na construção de pontes entre a escola e a família. É considerado um mediador, uma vez que, trabalha em conjunto com as crianças, jovens, famílias e com a comunidade envolvente, que usa práticas educativas não formais no desenvolvendo de projetos consoante as suas realidades e necessidades.

Para Viegas (2015), a ação do Educador Social seria dividida numa intervenção interna e externa, de forma a abranger a comunidade escolar, as pessoas e instituições que têm influência na vida dos estudantes ou que podem ser parceiros dos agrupamentos de escolas, contribuindo para a resolução e/ou encaminhamento de situações problema que afetem os alunos e as suas famílias, através da sinalização de casos com o apoio dos professores e dos técnicos da escola. Especificamente são as seguintes as áreas específicas de intervenção deste profissional: ações de carácter preventivo, educativo, (in)formativo e de sensibilização (por exemplo, na área da violência, cidadania, relações interpessoais); a despistagem e prevenção de situações de comportamentos de risco como a delinquência, a violência, o absentismo e o abandono escolar; espaços de educação extracurricular; a auscultação dos pais/encarregados de educação, percebendo que tipo de problemas têm com os filhos e programação de sessões de aconselhamento e de competências parentais bem como reuniões periódicas com pais/encarregados de educação/familiares de jovens sinalizados com a finalidade de se explicar o papel dos educadores/as sociais, discutirem-se problemas e procurarem-se soluções conjuntas, tentando obter uma parceria na intervenção definida, em conjunto; a criação de espaços de diálogo através da mediação de conflitos entre os vários elementos da comunidade escolar e/ou com o exterior (instituições, familiares, encarregados de educação); a mediação

social e escolar a um nível consciencializador, educativo e preventivo e não quando aparecem os problemas/conflitos; a criação de um programa de educação para a convivência; a complementaridade ao trabalho técnico de orientação vocacional e profissional, através do aconselhamento do projeto de vida dos alunos, confrontando-os com projetos alternativos e procurando a autonomia desses mesmos; a promoção da participação do aluno na gestão escolar; o diagnóstico social da comunidade escolar em conjunto com a direção da escola e apoio no planeamento de atividades; o apoio à promoção de parcerias com instituições da intervenção social do concelho numa ótica de trabalho em rede; a participação em reuniões e ações relacionadas com a área social. Parafrazeando Cardoso (2006), o perfil do Educador Social é estruturado pelo saber ser, estar e fazer, conferindo-lhe um conjunto de competências que o tornam capaz de agir técnica e pedagogicamente, com sensibilidade social e ética. Este profissional deverá ter em vista o desenvolvimento de capacidades para ser capaz de: (1) ser um agente de adaptação e socialização; (2) intervir com metodologias e didáticas específicas; (3) desenvolver ações preventivas e de remediação ao nível de várias problemáticas sociais; (4) ser agente da educação extraescolar e (5) ser um profissional reflexivo com capacidade de produzir conhecimento científico.

Tendo em conta as características e as funções do Educador Social, este pode intervir em diferentes dimensões e contextos. Uma das funções do Educador Social na prevenção da violência no namoro poderá passar por intervir em contexto escolar a partir dos diversos esforços preventivos ao nível da violência no namoro, ou seja, através da prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária (Matos et al. 2006; Santos & Murta 2016). Especificamente, a nível da prevenção primária, trabalha-se com adolescentes que não tiveram contacto com a violência nas relações de intimidade e pretende-se que assim se mantenha. Muitos casos de violência no namoro prolongam-se na vida conjugal, convertendo-se em violência doméstica, o que torna pertinente apostar na prevenção primária da violência nas relações de namoro (Guerreiro et al., 2015).

Partindo dos exemplos de boas práticas na prevenção da violência no namoro, e as características destes programas, importa referir que o Educador Social poderá adaptá-los e implementá-los também em contexto escolar, pois existem programas de prevenção direcionados para o 3º ciclo do ensino básico e também para o secundário. Mas a prevenção deste fenómeno também passa pelos pais/encarregados de educação, grupo de pares e a comunidade envolvente porque, segundo Leitão (2013), a violência nas relações de intimidade entre os mais jovens é um problema com fortes raízes socioculturais e com uma abordagem complexa e de difícil resolução. Viegas (2015) afirma que a Educação Social se orienta no

sentido de gerar processos de prevenção e de intervenção para melhorar a vida dos indivíduos e dos grupos, através de um conjunto de práticas educativas não formais em diferentes áreas. De maneira sintetizada, Pereira (2016) refere que o Educador Social promove um trabalho de competências sociais, pessoais e profissionais da comunidade na qual se insere: promove o bem-estar da comunidade, a mudança social e comportamental, através do fortalecimento das competências de cada indivíduo, através do *empowerment*, fornecendo soluções às problemáticas encontradas, e intervêm quer com indivíduos, famílias, grupos quer com comunidades na construção de soluções e cria autonomia com a finalidade de capacitar e enriquecer cada um.

Capítulo II – Investigação Empírica

1. Formulação da questão-problema e objetivos

Esta dissertação emergiu da necessidade de compreender o fenómeno da violência nas relações de intimidade, numa faixa etária precoce onde comumente se iniciam as primeiras relações de namoro, especificamente as percepções pessoais que os jovens apresentam sobre a comportamento abusivo, a sua perpetuação e os fatores desencadeadores bem como o impacto da experiência de vitimação. Tendo por base toda a revisão da literatura apresentada no capítulo anterior, a violência nas relações de intimidade apresenta níveis preocupantes de prevalência, afetando um número significativo de adolescentes com consequências tanto para o agressor como para a vítima, e além disso, pode-se tornar um preditor de violência conjugal. Por outro lado, é relevante o facto de a violência exercida nas relações de namoro ser um processo evolutivo, tanto do ponto de vista da gravidade dos atos violentos cometidos como da sua frequência e intensidade, mas também cíclico que deve ser precocemente identificado e interrompido (APAV, 2011). Por este motivo, a intervenção nesta área pressupõe um conhecimento profundo e real do fenómeno que pode resultar, como na presente investigação, da auscultação dos próprios adolescentes quando refletem e discutem sobre as suas percepções e crenças acerca da dinâmica emocional e relacional entre namorados e da violência no namoro.

Partindo das palavras de Morais (2013, p.2) em que “um problema de investigação refere-se a qualquer questão para a qual não se conhece resposta e com isso procura-se, pelo menos, uma solução, em qualquer domínio do conhecimento” formulámos para a presente investigação a seguinte questão-problema: “*O que influencia os adolescentes do Ensino Básico a adotarem comportamentos violentos nas suas relações de intimidade?*”, à qual pretendemos dar resposta através da operacionalização de quatro objetivos já que tal como refere Pérez Serrano (2008) estes são um padrão fundamental para a concretização da ação que se vai realizar e devem ser realistas, claros e pertinentes, pois são propósitos que se pretendem alcançar com a execução de uma ação. Assim são objetivos desta investigação:

- Identificar as percepções que os adolescentes têm sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade;

- Explorar as crenças que os adolescentes possuem acerca da perpetuação da violência;

- Analisar os discursos dos adolescentes sobre as causas da violência nas relações de intimidade;

- Sistematizar as percepções dos adolescentes sobre as consequências decorrentes da experiência de vitimação.

No ponto seguinte, abordaremos as opções metodológicas que acreditamos serem as mais adequadas para recolher os discursos dos adolescentes bem como as suas interpretações acerca do fenómeno e que permitirão responder aos objetivos e à questão-problema formulados.

2. Uma metodologia, um método

No que diz respeito à metodologia utilizada na realização desta investigação e tendo em conta a questão-problema, os objetivos e a população-alvo, optámos pela qualitativa para aceder e analisar as percepções dos adolescentes, os seus sentimentos, as suas crenças e pensamentos sobre a violência nas relações de intimidade pois não seria possível recolher estes dados através de uma metodologia quantitativa. E especificamente dentro desta, o presente estudo orienta-se numa metodologia qualitativa de carácter exploratório pois como refere Gil (2008) as pesquisas de carácter exploratório têm como principal objetivo desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para posteriores estudos, acrescentando ainda que são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de um determinado fenómeno. Assim sendo, a pesquisa de carácter exploratório explica a razão e o porquê dos fenómenos, uma vez que aprofunda o conhecimento em torno de um determinado problema.

Parafraseando Minayo (2001), a pesquisa qualitativa valoriza “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p.21). Segundo o mesmo autor, a pesquisa qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Segundo Silveira e Gerhardt (2009) a pesquisa qualitativa preocupa-se com os aspetos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. As características da pesquisa qualitativa são: (1) objetivação do fenómeno; (2) hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenómeno; (3) observar as diferenças entre o mundo social e o mundo natural; (4) respeito pelo carácter interativo entre os objetivos procurados pelos investigadores, as suas orientações teóricas e os seus dados empíricos; (5) procura resultados mais fidedignos possíveis; (6) oposição ao pressuposto que defende um

modelo único de pesquisa para todas as ciências. Também os autores Bogdan e Biklen (1994) mencionam características que estão na base da investigação qualitativa: (1) o investigador é o responsável pela recolha dos dados recolhidos em ambiente natural e desta forma as ações podem ser melhor compreendidas; (2) os dados são de carácter descritivo e permitem ao investigador perceber a forma como pensam os participantes; (3) os investigadores que utilizam esta metodologia têm mais interesse pelo processo em si do que pelos resultados; (4) a análise de dados tende a ser feita de forma indutiva; (5) o investigador interessa-se especialmente pela compressão do significado que os participantes concedem às suas vivências.

Dentro da metodologia qualitativa, o *focus group* ou grupo focal constitui-se como uma técnica de recolha de dados desenvolvida na área das Ciências Sociais e encontra-se historicamente ligado a Robert King Merton (Silva, Veloso & Keating, 2014). É um tipo de entrevista em profundidade realizada em grupo, com características definidas quanto à proposta, tamanho, composição e procedimentos de conduta (Oliveira & Freitas, 1998). Para Galego e Gomes (2005) o *focus group* tem como objetivo apontar as diversas dimensões, reações emocionais e visões de diferentes participantes sobre um tema definido dentro de um grupo, para recolher informações, mas também as validar. Constituí uma técnica de pesquisa metodológica de natureza qualitativa, não diretiva, para recolher e analisar dados, através das interações pessoais em forma de grupos que, ao discutirem sobre um determinado tema em comum, sugerido pelo pesquisador, permite aos entrevistados exporem as suas ideias e emitir opiniões sobre o tema, o que possibilita aprofundar o tema ou até mesmo a descoberta de algo que seja objeto de investigação (Santos, Silva & Jesus, 2016).

Segundo Amado (2017):

a técnica do grupo focal consiste em envolver um grupo de participantes na discussão de um tema previamente fixado, sob o controlo de um moderador que estimulará a interação e assegurará que a discussão não extravase do tema em estudo. É no contexto da interação que se espera que surjam as informações pretendidas. Procura-se, na auscultação dos participantes, dar conta da experiência, das atitudes, dos sentimentos e das crenças destes acerca do tema em estudo (p.227).

Para Galego e Gomes (2005), o *focus group* privilegia a observação e o registo de experiências e reações dos participantes no grupo, que não seriam possíveis de captar por outros métodos, como, por exemplo, a observação participante, as entrevistas individuais ou questionários. Por outro lado, Silva et al. (2014) mencionam como vantagem do *focus group*

em relação a outros métodos de investigação, o facto de este permitir recolher dados de um grupo muito mais rapidamente e frequentemente com menores custos, comparativamente à utilização de recolha de dados a partir de entrevistas individuais, e a sua flexibilidade, podendo ser usados para a análise de um leque alargado de temas com uma variedade de indivíduos e de contextos. Para Oliveira e Freitas (1998) as vantagens do *focus group* em relação à entrevista individual, são: (1) a espontaneidade nas respostas dos participantes; (2) o razoável nível de envolvimento dos participantes; (3) oferece um maior mecanismo para que o controlo das interações fique nas mãos dos participantes e não do pesquisador; (4) consome menos tempo. O *focus group* permite, assim, uma riqueza e uma flexibilidade na recolha de dados que normalmente não se dispõe ao aplicar um instrumento individual, seja as escalas de crenças, questionários de prevalência e/ou entrevistas semiabertas, respondidos anónima e individualmente, além da espontaneidade e desinibição entre os participantes adolescentes.

Como todos os procedimentos metodológicos, o *focus group* tem vantagens e desvantagens ou limitações, e assim sendo, o mesmo autor aponta como desvantagem, a interferência do moderador/investigador na geração de dados e o impacto do próprio grupo nos dados. Seguindo o mesmo pensamento Galego e Gomes (2005) afirmam que uma das principais limitações do *focus group* é estar sujeito à interferência do moderador/investigador e as dispersões próprias do grupo heterogénico. Por outro lado, Oliveira e Freitas (1998) referem como desvantagens ou limitações o fato de a pesquisa não ser baseada em um ambiente natural; o menor controle do pesquisador sobre os dados gerados (no caso de existir um grupo de questões predefinidas ou uma forte necessidade de se manter comparação entre as entrevistas); a impossibilidade de saber se a interação em grupo reflete ou não o comportamento individual; maior dificuldade em se analisar os dados, uma vez que a interação do grupo forma um ambiente social e os comentários devem ser interpretados dentro desse contexto; a necessidade de se ter entrevistadores treinados cuidadosamente; a dificuldade de reunir as pessoas em grupos e a necessidade de se conduzir a discussão num ambiente que propicie o diálogo.

Em suma, o *focus group*, tal como em qualquer outro tipo de pesquisa de natureza qualitativa, tem como finalidade procurar o sentido e a compreensão dos fenómenos sociais, onde o investigador utiliza uma estratégia indutiva de investigação, sendo o resultado amplamente descritivo (Galego & Gomes, 2005).

2.1. A Importância da escolha do *focus group* como técnica de recolha de dados

Apesar das desvantagens/limitações mencionadas anteriormente, o método de recolha de dados considerado mais adequado para responder aos objetivos e à questão-problema formulados para a presente investigação, foi o *focus group* pois permite “aflorar as diversas dimensões e visões de diferentes indivíduos sobre um tema previamente definido dentro do grupo” (Galego e Gomes, 2005, p. 174). Para além desta, a outra razão que esteve na base desta opção metodológica foi utilizar uma tipologia de investigação diferente do comum para esta temática das perceções e crenças dos jovens acerca da violência no namoro. Ou seja, frequentemente estes objetos de estudo são indagados através da aplicação de escalas e questionários respondidos anónima e individualmente isolando-se aqui a variável pares, num fenómeno com uma grande componente social e cultural e numa faixa etária onde o grupo de pares e amigos assumem particular influência nas experiências e tomadas de decisão dos adolescentes, pelo que nos fez sentido seguir um caminho diferente na reflexão sobre a nossa questão-problema. Pelo exposto, através do *focus group* pretendemos aceder e interpretar os conhecimentos, perceções, crenças, atitudes, sentimentos e experiências dos participantes adolescentes através dos seus próprios discursos e pontos de vista dentro do grupo turma.

Não admira, portanto, que a escolha desta técnica de recolha de dados se deveu à necessidade de implementação de um novo método, de inovação na área da violência nas relações de intimidade na fase da adolescência, que pretende dar um novo contributo à investigação sobre o fenómeno e ao Papel do Educador Social, enquanto investigador. Segundo Galego e Gomes (2005), o *focus group*, em comparação a outras técnicas e/ou métodos, proporciona uma multiplicidade de visões e reações emocionais no contexto do grupo. Se, por um lado, pode ser considerada como ação não natural que pode desinibir a espontaneidade do grupo, por outro, por ser uma ação previamente organizada e dirigida a um grupo determinado, e permite ao investigador maior agilidade na recolha de dados.

De acordo com Oliveira e Freitas (1998), os resultados obtidos com a aplicação do *focus group* fornecem informações sobre como os indivíduos pensam, sentem e para depreender a forma como agem em relação a um tópico e dentro de um grupo, sobretudo na fase da adolescência, onde o grupo é tão influente. Galego e Gomes (2005) acrescentam que, através do *focus group*, os participantes podem mudar as suas estruturas cognitivas através de processos de assimilação e acomodação causados pelas relações mútuas que são estabelecidas do decorrer do processo.

Em suma, o *focus group* é um método de pesquisa qualitativo com aplicação útil nas ciências sociais, com características que se podem destacar, como a integração de pessoas, a

sequência de sessões, a obtenção de dados qualitativos e foco num tópico (Oliveira & Freitas, 1998). Segundo Galego e Gomes (2005) o *focus group* assume-se como rentável por dar acesso, não só a um maior número de participantes, como também a um maior volume de informação. Por outro lado, o *focus group* permite explorar os pensamentos, ideias, atitudes, crenças fase à violência nas relações de intimidade na adolescência, permitindo também perceber as reações, interpretações e (des)inibições dentro do grupo e as influências que possam existir dentro desse mesmo grupo.

3. Participantes

Para a presente dissertação selecionámos uma amostra de adolescentes por conveniência, isto é, os participantes não são escolhidos ao acaso, pois o investigador seleciona as unidades de amostragem a partir de critérios específicos (Aires, 2015). Neste caso, selecionámos duas turmas de alunos do 8.º ano, que frequentam o 3.º Ciclo do Ensino Básico num Agrupamento de Escolas do interior norte. Escolhemos este Agrupamento porque se o fenómeno da violência nas relações de intimidade é transversal a todos os estratos sociais, credos e meios sociais (rural interior e urbano litoral) também as investigações devem envolver todos os contextos geográficos e não predominantemente onde existe maior índice populacional.

Escolhemos este ano de escolaridade por considerarmos que se trata de uma fase desenvolvimental relevante na qual podem surgir os primeiros relacionamentos amorosos e também os primeiros comportamentos abusivos. Assim, este estudo contempla um total de 40 participantes, 24 do sexo masculino (60%) e 16 do sexo feminino (40%) com idades compreendidas entre os 13 e os 16 anos. Para cumprir as boas práticas dos *focus group* as duas turmas de 8.º ano foram subdivididas em quatro grupos: o grupo A com 9 participantes, o grupo B com 10, o grupo C com 10 alunos e o grupo D com 11. A divisão dos participantes, teve como único critério a ordem alfabética.

Dos 40 participantes, 23 referem que não namoram (57,5%) enquanto 17 afirmam que namoram (42,5%).

4. A entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de dados

A recolha de dados é um dos momentos fundamentais no processo de investigação, e para Silveira e Gerhardt (2009), corresponde ao levantamento de todas as informações fundamentais referentes ao estudo para uma posterior reflexão, esclarecimento e explicação dos resultados. Dentro da panóplia de instrumentos de recolha de dados, escolhemos para esta

investigação a entrevista por se tratar de um método bidirecional que permite a troca de ideias e informações, uma vez que, “a entrevista nasce da necessidade que o investigador tem de conhecer o sentido que os sujeitos dão aos seus atos e o acesso a esse conhecimento profundo e complexo é proporcionado pelos discursos enunciados pelos sujeitos” (Aires, 2015, p. 29).

A entrevista segundo Amado (2017) é um dos meios mais poderosos para se chegar ao entendimento dos seres humanos e obter informações nos mais diversos campos. As entrevistas constituem “uma transação que possui inevitáveis pressupostos que devem ser reconhecidos e controlados a partir de um bom plano de investigação. Nestes pressupostos contam-se: emoções, necessidades inconscientes, influências interpessoais” (p.209). A entrevista qualitativa fornecer-nos dados básicos para a compreensão das relações entre os atores sociais e o fenómeno, tendo como objetivo a compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos específicos (Silva et al., 2006).

Quanto à sua forma, as entrevistas caracterizam-se como estruturadas ou diretivas, não estruturadas ou não-diretivas e semiestruturadas ou semidiretivas. Segundo Amado (2017) a entrevista estruturada ou diretiva centra-se num tema determinado e restrito, do qual normalmente o investigador já possui um conhecimento prévio. As perguntas colocadas devem ser programadas e lançadas de um modo adequado a todos os entrevistados, portanto não há, grande flexibilidade no processo. Por outro lado, a entrevista não estruturada ou não-diretiva parte de perguntas que derivam da interação, não existindo, portanto, qualquer grelha prévia de questões, respeitando-se a lógica do discurso do entrevistado, o que exige muita competência e sensibilidade por parte do investigador. Por fim, na entrevista semiestruturada “as questões derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interação se venha a dar liberdade de resposta ao entrevistado” (Amado, 2017, p.210). De acordo com Manzini (2012) a entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenómeno com uma população específica, como por exemplos, grupo de professores, grupo de alunos, entre outros e deve existir flexibilidade na sequência do roteiro de perguntas, pois podem surgir perguntas complementares para entender melhor o fenómeno em foco. Por estes motivos, a entrevista semiestruturada mostrou-se ser o instrumento mais indicado para esta investigação, pois permite recolher informações previamente definidas, mas proporcionando também a oportunidade de explorar novas ideias que possam surgir.

Tendo em conta a natureza da investigação, foi construído um guião com base em toda a revisão da literatura realizada bem como nos objetivos da investigação, sendo composto por dezoito questões abertas que se dividem em sete grupos: Parte I: Contextualização da investigação e objetivos; Confidencialidade; Autorização para gravação da entrevista em áudio; Parte II: Dados sociodemográficos do/as participantes; Parte III: Perceções dos adolescentes sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade; Parte IV: Crenças relativas à perpetuação da violência nas relações de intimidade; Parte V: Causas da violência nas relações de intimidade; Parte VI: Consequências decorrentes da experiência de vitimação; Parte VII: Questões de Finalização (Anexo III). A Parte I pretendeu informar os adolescentes entrevistados sobre a contextualização da investigação, o seu objeto de estudo e os objetivos, bem como a confidencialidade dos dados recolhidos e o consentimento para a participação na entrevista e a sua gravação em formato áudio. A Parte II abrange quatro perguntas referentes à caracterização sociodemográfica dos participantes desta investigação, nomeadamente, a idade, sexo, ano de escolaridade e se têm ou já tiveram uma relação de namoro. Com a Parte III, procurámos explorar as perceções que os adolescentes têm sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade, como entendem e descrevem a violência no namoro, bem como quais os tipos de violência e os mais frequentes, através de cinco questões. Na parte IV, quisemos explorar as crenças relativas à perpetuação da violência, nomeadamente quais as circunstâncias ou variáveis que conduzem a relações abusivas, o que pensa o agressor e a vítima e como são construídos estes pensamentos, ao longo de quatro perguntas. As questões que integram a Parte V, são duas e estão relacionadas com as causas que levam à perpetuação da violência nas relações de intimidade, nomeadamente o que leva o adolescente agressor a usar a violência na sua relação de namoro e o que leva a vítima adolescente a manter a relação abusiva. Na parte VI foram abordadas as consequências da experiência de vitimação, tanto para as vítimas como para os agressores através de duas questões. Na Parte VII, pretendemos que os participantes pudessem espontaneamente abordar outros temas relacionados com o objeto de estudo.

Relativamente aos procedimentos para a aplicação da entrevista, numa primeira fase, foi formalizado um pedido de colaboração à Direção do Agrupamento de Escolas, através do termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo I) e, após parecer positivo, foram contactados os encarregados de educação dos alunos das turmas de 8.º anos para, através da assinatura do termo de consentimento livre e informado (Anexo II), autorizarem a participação dos seus educandos na investigação científica, especificamente na recolha de dados e gravação em áudio das entrevistas realizadas. Por último e antes da aplicação da

entrevista, foram novamente explicados aos alunos participantes o âmbito, objetivos e procedimentos da investigação, bem enfatizada a confidencialidade e anonimato dos dados recolhidos.

A realização das entrevistas foi agendada previamente com o Diretor do Agrupamento, e com o professor da disciplina de Cidadania, e mais tarde com os alunos. De referir que o guião das entrevistas foi validado previamente pelo Diretor deste Agrupamento. As entrevistas decorreram no mês de maio de 2021, durante as aulas de Cidadania, com a duração de 50 minutos, em contexto sala de aula, no Agrupamento de Escolas. Antes de dar início à entrevista, foram recolhidos junto dos discentes os termos de consentimento livre e informado dirigidos aos Encarregados de Educação com as respetivas autorizações. Após um primeiro momento com uma breve apresentação da moderadora aos participantes, foram-lhe explicados os objetivos da recolha de dados e a metodologia a seguir. Abordou-se a necessidade de responderem de forma sequencial para que fosse possível registar e gravar em áudio todas as informações de uma forma clara, bem como a confidencialidade dos dados recolhidos e a desistência da participação a qualquer momento, sem qualquer consequência.

As entrevistas realizaram-se em contexto sala de aula e a disposição dos participantes e das mesas não foi alterada devido à atual situação pandémica, estando cada participante numa mesa e respetiva cadeira individual com a devida distância de segurança. As mesas estavam dispostas em filas de 5 mesas num total de 25 mesas. No início de cada entrevista, os participantes confirmaram o seu consentimento relativamente à sua participação voluntária, como também a autorização para a gravação da entrevista em formato áudio. Na primeira parte da entrevista, pretendeu-se caracterizar os participantes através de perguntas de carácter sociodemográfico para a seguir se apresentarem as perguntas, desde um tópico mais abrangente para dinâmicas mais específicas sobre a violência nas relações de intimidade durante a adolescência de modo a captar os conhecimentos, perceções, crenças, sentimentos e experiências através dos pontos de vista dos próprios adolescentes. No final das entrevistas, foi permitido aos participantes acrescentarem ou questionarem, agradecendo-se em seguida a colaboração prestada.

As quatro entrevistas, realizaram-se no dia 27 de maio de 2021, com início às 13:30 horas, e foram gravadas em formato áudio, através de um gravador, com a duração média de 25 minutos cada sessão. A primeira entrevista começou às 13:30 horas com término por volta das 13:55 horas, a segunda entrevista decorreu entre as 14:00 horas e as 14:25 horas, a terceira entrevista começou pelas 14:30 e terminou às 14:55 horas e a quarta e última entrevista

iniciou-se às 15:00 horas finalizando por volta das 15:25 horas. Todo o conteúdo recolhido através das entrevistas gravado foi posteriormente ouvido e transcrito integralmente.

5. A análise de conteúdo no processo de tratamento de dados

No que concerne ao tratamento dos dados recolhidos com as entrevistas, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo que de acordo com Moraes (1999) constitui uma metodologia de pesquisa para descrever e interpretar o conteúdo de documentos, textos e discursos. Esta análise conduz a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão dos seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Segundo o mesmo autor, a análise de conteúdo deve ser entendida pelo investigador como uma interpretação pessoal em relação à percepção que tem dos dados, não sendo possível uma leitura neutra, pois toda a leitura constitui-se numa interpretação.

Para Caregato e Mutti (2006) a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra e que permite de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social. Na análise de conteúdo, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o investigador procura categorizar as unidades de texto sejam estas palavras ou frases, que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (p. 682).

Já na perspectiva de Carlomagno e Rocha (2016) a metodologia de análise de conteúdo destina-se a classificar e categorizar qualquer conteúdo, de modo a reduzir as suas características a elementos-chave para poderem ser equiparáveis a outros elementos.

Bardin (2016) explica que a análise de conteúdo é constituída por três fases fundamentais: (1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, onde se inclui a inferência e a interpretação feita pelo entrevistador. A pré-análise é a fase de organização e tem como objetivo sistematizar as ideias iniciais com a finalidade de construir um plano de análise. Inicia-se com uma leitura flutuante, onde se estabelece contacto com os documentos e o texto a analisar, para se formarem impressões, orientações e opiniões sobre o material recolhido. A leitura do investigador deve-se tornar mais precisa ao longo do tempo para se elaborarem as categorias, sub-categorias e indicadores (Bardin, 2016). A fase de exploração do material não é mais do que a aplicação sistemática das decisões tomadas. Esta fase consiste em analisar o texto, após a leitura flutuante, de uma forma sistemática em função de operações de codificação, decomposição ou enumeração facultando, deste modo, uma representação simplificada dos dados (Bardin, 2016). Quando terminada a fase anterior,

segue-se a fase de tratamento dos resultados obtidos e posterior interpretação, com o objetivo de se tornarem significativos e válidos. É neste momento que são criados quadros, diagramas e figuras para uma melhor interpretação e leitura dos dados, colocando em relevância as informações essenciais para a compreensão do estudo (Bardin, 2016).

Amado (2017) acrescenta que o primeiro grande objetivo da análise de conteúdo é organizar os elementos num sistema de categorias que traduzam as ideias-chave dos discursos para de seguida se atribuir um código a cada uma dessas unidades, correspondente ao sentido que se lhe conferiu e que, ao mesmo tempo, traduz uma das categorias ou subcategorias. Terminada a codificação, aproximam-se e confrontam-se as unidades de registo a que se atribuiu o mesmo código. Só a partir da codificação é que se poderá passar ao segundo grande objetivo da análise de conteúdo que é a de elaborar um texto que traduza os traços comuns e os traços diferentes das diversas mensagens analisadas e, a partir daí, se avance na interpretação e na eventual teorização.

Relativamente ao processo de categorização, Carlomagno e Rocha (2016) abordam cinco aspetos fundamentais para a criação e classificação de categorias: (1) é preciso existir regras claras sobre os limites e definição de cada categoria; (2) as categorias devem ser exclusivas, isto é, o que está numa categoria, não pode estar em outra; (3) as categorias devem ser homogéneas, ou seja, não ter coisas muito diferentes entre si, no mesmo grupo; (4) é preciso que as categorias esgotem o conteúdo possível, de modo a que não se encaixem em alguma outra categoria; (5) é preciso que a classificação seja objetiva, possibilitando a replicação do estudo. Para além das características das categorias, Duarte (2004) refere que estas podem ser escolhidas antes da execução das entrevistas ou surgir só no momento da análise de conteúdo. Se as categorias foram escolhidas antes da execução das entrevistas, os objetivos da pesquisa devem ir de acordo com a pesquisa teórica. Se surgirem apenas no momento de análise de conteúdo, o investigador identifica os conteúdos das narrativas segundo a teoria em estudo e os objetivos delineados para a pesquisa, criando, assim as categorias. O autor afirma ainda, que partir das categorias, o investigador deve construir subcategorias, pois estas tornam-se mais específicas em relação ao objeto de pesquisa. Deve existir também cruzamento dos resultados obtidos entre as anotações da entrevista com o enquadramento teórico de modo a conseguir-se um significado científico (Duarte, 2004).

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à análise dos dados provenientes da transcrição integral das entrevistas, usando a técnica da análise de conteúdo. Antes de iniciar a transcrição integral das entrevistas, ouviram-se várias vezes as gravações para captar tudo o que foi mencionado ao longo das entrevistas de forma distanciada e empática. De acordo com

Manzin (2008) o momento da transcrição representa mais uma experiência para o investigador e constitui uma pré-análise do material. No momento da transcrição, o investigador distancia-se do papel de entrevistador e coloca-se no papel de interpretador de dados. Transcrever uma entrevista implica fazer recortes, bem como, estabelecer regras e critérios para a transcrição. Seguiu-se a codificação das entrevistas, de modo a assegurar a confidencialidade e o sigilo dos participantes e das respostas obtidas, sendo associado a cada participante um código (designado por A, B, C, D) e um número referente ao número de sujeitos entrevistados (A1, B1, C1, D1) e assim sucessivamente.

Uma vez transcritas as entrevistas, foram efetuadas várias leituras flutuantes, seguindo-se a fase da categorização através da elaboração de categorias *à posteriori*, ou seja, o conteúdo das entrevistas levou-nos à construção de categorias e subcategorias, tendo em consideração que estas são elementos-chave para a análise da temática. De seguida, procedeu-se à exploração do material segundo a análise das categorias e foram selecionados os trechos de discursos com sentido idêntico, relacionado ao tema central de cada categoria e subcategoria (Anexo IV). Por último, referir que as entrevistas não estão totalmente transcritas em anexo, respeitando o sigilo e confidencialidade dos participantes, pelo que somente se encontram os excertos mais pertinentes para a investigação.

6. Apresentação de Resultados

Após a transcrição das entrevistas, categorizaram-se os resultados através da técnica análise de conteúdo, como se pode verificar através da tabela que se encontra abaixo apresentada. A tabela, é constituída por sete categorias, catorze subcategorias e catorze indicadores, que provieram através da narrativa das entrevistadas, e que posteriormente irão dar resposta à questão-problema desta dissertação. Para além desta tabela, elaborou-se uma segunda onde constam as categorias, subcategorias, indicadores e os excertos das entrevistas, que se encontra no (Anexo IV).

A primeira categoria diz respeito às **Perceções sobre a violência no namoro** e engloba a seguinte subcategoria: *Conceito de violência no namoro*, cujo indicador tem como base entender como é que os adolescentes conceptualizam e descrevem a violência no namoro.

A categoria **Prevalência** abarca as seguintes subcategorias: *Frequência da violência*, cujo indicador tem por base perceber qual a frequência percecionada sobre a ocorrência de violência no namoro; *Fatores desencadeadores*, cujo indicador tem como base compreender quais os fatores de risco, acontecimentos ou variáveis que antecedem os atos violentos.

A terceira categoria são as **Tipologias de violência na relação de namoro** e fazem referências as seguintes categorias: *Formas de violência*, cujo indicador tem por base entender que tipos de atos violentos são perpetrados nas relações de namoro; *Ocorrência das agressões*, cujo indicador pretende perceber qual a percepção acerca da ocorrência deste comportamento no interior do recinto escolar.

A quarta categoria refere-se às **Crenças e atitudes envolvidas na violência** e englobam as seguintes subcategorias: *Origem e desenvolvimento*, cujo indicador tem como base perceber como se constroem os pensamentos e crenças associados à violência no namoro; *Motivações*, cujo indicador tem por base entender quais as circunstâncias ou variáveis percebidas como legitimação do comportamento abusivo; *Perfil de agressor*, cujo indicador tem como base entender quais os pensamentos conceptualizados acerca do agressor; *Perfil de vítima*, cujo indicador pretende perceber quais os pensamentos conceptualizados acerca da vítima.

A categoria **Fatores de manutenção da relação abusiva** compreende as seguintes subcategorias: *Legitimação do agressor*, cujo indicador identifica quais os discursos usados pelo adolescente agressor para justificar a violência; *Legitimação da vítima*, cujo indicador permite identificar quais os discursos usados pela vítima para a continuidade da relação abusiva.

Por último, a categoria **Consequências da violência no namoro** inclui as seguintes subcategorias: *Efeitos na vítima*, cujo indicador permite identificar quais são as consequências biopsicossociais para a vítima; *Efeitos no agressor*, cujo indicado pretende compreender quais são as consequências biopsicossociais para o agressor.

De seguida encontra-se a tabela com as categorias, subcategorias e os indicadores.

Tabela 1. Categorias, Subcategorias e Indicadores

Categorias	Subcategorias	Indicadores
1. Percepções sobre a Violência no Namoro	1.1. Conceito de violência no namoro	<i>Conceptualizações e descrição dos adolescentes sobre a violência no namoro;</i>
2. Prevalência	2.1. Frequência da violência	<i>Frequência percebida sobre a ocorrência de violência no namoro;</i>
	2.2. Fatores desencadeadores	<i>Fatores de risco, acontecimentos ou variáveis que antecedem os atos violentos;</i>
3. Tipologias de violência na relação de namoro	3.1. Formas de violência	<i>Tipos de atos violentos perpetrados nas relações de namoro;</i>
	3.2. Incidência das tipologias de violência	<i>Formas de agressão mais e menos frequentes nas relações de namoro;</i>
4. Violência no namoro em contexto escolar	4.1 Ocorrência das agressões	<i>Percepção acerca da ocorrência deste comportamento no interior do recinto escolar;</i>
5. Crenças e atitudes envolvidas na violência	5.1. Origem e desenvolvimento	<i>Construção de pensamentos e crenças associados à violência no namoro;</i>
	5.2. Motivações	<i>Circunstâncias ou variáveis percebidas como legitimação do comportamento abusivo;</i>
	5.3. Perfil de agressor	<i>Pensamentos conceptualizados acerca do agressor;</i>
	5.4. Perfil de vítima	<i>Pensamentos conceptualizados acerca da vítima;</i>

6. Fatores de manutenção da relação abusiva	6.1. Legitimação do agressor	<i>Discursos dos adolescentes acerca de como o agressor justifica a violência;</i>
	6.2. Legitimação da vítima	<i>Discursos usados pela vítima para a continuidade da relação abusiva;</i>
7. Consequências da violência no namoro	7.1. Efeitos na vítima	<i>Consequências biopsicossociais para a vítima;</i>
	7.2 Efeitos no agressor	<i>Consequências biopsicossociais para o agressor;</i>

7. Análise e discussão dos resultados

Neste subcapítulo iremos apresentar a análise e discussão dos resultados obtidos através da categorização dos discursos dos participantes, produzidos durante as entrevistas realizadas, pela metodologia de *focus group*, numa perspectiva de complementaridade entre o conhecimento empírico e teórico.

Para uma melhor compreensão do fenómeno da violência no namoro, considerou-se importante desde logo aceder às conceções que os adolescentes construíram acerca deste comportamento, pelo que através da primeira categoria, **Perceções sobre a Violência no Namoro** e da subcategoria *Conceito de Violência no Namoro*, identificaram-se e sistematizaram-se as imagens mentais e pensamentos verbalizados pelos participantes. Em todos os *focus group*, a violência no namoro é conceptualizada como uma forma de agressão, maltrato físico e/ou psicológico e superioridade de um sobre o outro com o intuito de o minimizar, conceções operacionalizadas nos seus excertos: A1: “*maltratos físicos, psicológicos e também chamar nomes, insultar e agredir fisicamente*”; A2: “*no meu ponto de vista, é agredir e podem ser agressões mútuas*”; B8: “*é quando um companheiro não gosta das atitudes do outro e se sente com o poder de mandar no que o outro faz*”, B4: “*é quando um companheiro maltrata de qualquer das formas o outro e o subjuga*”; C6: “*é quando um companheiro abusa fisicamente ou mentalmente do outro companheiro*”; D3: “*tanto pode ser física como psicológica e nessa relação onde há violência não há confiança, não há respeito e um dos parceiros tenta minimizar o outro trazendo aspetos negativos para esse. Aspetos negativos de autoestima, confiança, entre outros*”. Estes discursos encontram paralelismos no estudo levado a cabo por Santos (2013) que pretendeu conhecer as conceções e perceções de 20 jovens, com idades compreendidas entre os 16 e os 22 anos, sobre o namoro e violência nas suas relações. Assim, também para estes jovens, a violência no namoro caracteriza-se, principalmente, pela presença de discussões, pelo controlo da vida pessoal e pelo impedimento de amizades. As principais características identificadas dizem respeito à violência psicológica (discussões, falta de liberdade, controlo e chantagem), seguindo-se a violência física referida como característica deste tipo de relacionamento e por último a violência sexual. Ainda na análise dos seus discursos sobressaem o ciúme, o controlo, a chantagem, a desvalorização, a inferiorização do outro e a invasão de privacidade como faces da violência no namoro.

Na mesma linha de resultados, a investigação de Gonçalves (2014), realizada com quatro turmas do 9º ano de escolaridade, os alunos, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, referiram que a violência no namoro é um ato de violência, pontual ou contínua, cometida por um dos parceiros ou por ambos, numa relação de namoro, com o objetivo de controlar, dominar e

ter mais poder que o outro, não respeitando as suas ideias e opiniões. Mais, a violência no namoro acontece quando o agressor isola, fragiliza e causa insegurança à vítima, causando-lhe danos, negando-lhe a autonomia e colocando em risco a sua integridade física ou psicológica. Para estes jovens, a violência no namoro pode ser física, verbal, sexual, psicológica/emocional, social e económica e acontece quando o rapaz acha que tem o poder de tomar decisões pela namorada, que ela tem de o respeitar e, como é homem, tem de agir de forma agressiva e usar a sua força física.

Enquadrando os nossos resultados na literatura, o conceito de violência no namoro é muito discutido na literatura sendo várias as definições propostas pelos investigadores para além de que esta se pode manifestar em diversos tipos de abusos e comportamentos violentos, o que constitui um enorme campo de investigação nesta área (Gonçalves, 2013). Não obstante, apresentamos a que nos aparecem como mais consensuais entre os autores. Assim, a violência no namoro pode ser definida como qualquer ato ou ação de natureza psicológica, física ou sexual, que possa causar dano, sofrimento ou morte a outra pessoa e é indiferente ao género, raça, idade e nível socioeconómico abrangendo qualquer relação de intimidade (Cristóvão, 2012). Especificamente, a violência no namoro é entendida como o uso de violência ou ameaça verbal, de forma sucessiva ou pontual, cometida por um dos parceiros ou ambos, sem a presença de um vínculo conjugal entre estes, tendo os mesmos a intenção de controlar, subjugar e obter mais poder na relação do que o outro (Gonçalves, 2013; Lopes, 2014). Uma outra definição surge através do Direito que considera a violência no namoro como um crime público punível por lei, integrado no quadro legal da violência doméstica – alínea b) do Artigo 152 do Código Penal Português – sendo perpetrada através dos maus-tratos físicos e psicológicos, abusos e violência sexual, intimidações e humilhações a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação (Gonçalves, 2014).

Da análise interna e externa dos resultados, concluímos que o discurso verbalizado pelos participantes desta investigação acerca do conceito de violência no namoro é comum a outros estudos desenvolvidos e aproxima-se da definição da literatura. Especificamente, a violência no namoro é percebida por estes como um ato de violência, que pode ser física, verbal ou psicológica e tem como objetivo exercer poder e controlo sobre a outra pessoa envolvida na relação para magoar, humilhar, controlar, subjugar, minimizar e causar medo. Por outro lado, segundo APAV (2011), na relação de namoro durante a adolescência parece existir uma maior reciprocidade e simetria na violência exercida entre parceiros, essencialmente caracterizada pela troca mútua de agressões, referenciada também no discurso dos participantes desta investigação:

A2: “no meu ponto de vista é agredir e podem ser agressões mútuas”; C4: “é mau e pode trazer consequências negativas e podem ser agressões mútuas”; D2: “é quando um companheiro maltrata fisicamente, verbalmente e psicologicamente o outro companheiro e pode ocorrer violência de forma mútua”. E para Bilttar e Nakano (2017) levar em consideração essa dinâmica, onde pode haver uma mistura de amor e violência, significa prevenir futuras violências entre parceiros na fase adulta.

Em suma, a violência nas relações íntimas não é um fenômeno exclusivo dos adultos nem da relação conjugal, estando igualmente presente no namoro, ainda durante a adolescência. A relação íntima violenta tem como objetivo deter e exercer mais poder e controle do que a outra pessoa envolvida na relação pelo que os adolescentes desta investigação parecem ter uma percepção clara sobre o conceito de violência no namoro.

Em relação à categoria da **Prevalência** com a subcategoria *Frequência da violência no namoro* pretendeu-se identificar a ocorrência percebida pelos participantes porque parafraseando Oliveira (2011) não se poderia falar da violência nas relações de namoro sem se averiguar a sua prevalência, ou seja, da dimensão do fenómeno. Assim, nos discursos analisados, verifica-se uma grande diversidade de respostas: A1: “raramente” (n = 5); A3: “frequentemente” (n =3); B1: “raramente” (n=4); B3: “frequentemente” (n= 6); C1: “tem tendência a subir cada vez mais”; C2: “acontece constantemente”; C3: “acontece com frequência” (n= 6); C7: “acontece mais ou menos 1 em 10 pessoas ou até menos”; C9: “pode acontecer todos os dias”; D1: “acontece frequentemente” (n=8); D5: “a violência física não é muito frequente, mas a violência psicológica pode acontecer mais vezes”; D7: “acontece muitas vezes” (n=2). A este propósito, o estudo realizado por Magalhães (2019), em que participaram 4938 jovens com uma média de idades de 15 anos, pretendeu por um lado compreender a legitimação da violência no namoro pelos jovens e por outro, a prevalência de indicadores de vitimação nas relações de namoro. A autora concluiu que a violência no namoro está a escalar significativamente uma vez que 58% dos jovens inqueridos afirmam já ter sofrido pelo menos um comportamento violento durante a relação de namoro. Importa realçar que 67% do total de jovens aceita como natural pelo menos uma das formas de violência na intimidade. A normalização das situações descritas indica uma elevada legitimação social da violência nas relações de intimidade entre os jovens, sendo esta legitimação ainda mais elevada nos jovens que reportaram alguns dos indicadores de vitimação (75%). O estudo aponta para a elevada prevalência e legitimação de formas específicas de violência, pelo que a partir destes resultados se compreende que a violência no namoro está presente quer pela experiência vivida nos relacionamentos íntimos, (34%) relativa à violência psicológica e (11%) à violência física, quer

pela legitimação e naturalização destes comportamentos, em que os dados revelam (27%) de jovens que legitimam comportamentos de controlo e (9%) comportamentos de violência física.

A mesma autora, mais recentemente, conduziu um outro estudo em que participaram 4598 jovens, do 7º ao 12º ano do ensino regular e profissional, de todos os distritos e regiões do País, sendo a média de idades 15 anos. Ao nível da legitimação da violência no namoro, existe uma percentagem de jovens que não reconhece comportamentos violentos apresentados como formas de violência no namoro. Desta forma, a legitimação média das várias formas de violência, por região geográfica, situa-se entre os 10% em Viseu e os 27% em Faro. Em relação aos indicadores de vitimação auto reportados, estes foram analisados somente em relação às respostas dos jovens que indicaram estarem ou já terem estado numa relação de namoro. Assim, verificou-se que 6% dos jovens em Bragança e 16% nos Açores, Aveiro e Setúbal já vivenciou alguma situação violenta. No que se refere à legitimação, o controlo situa-se nos (26%), seguido da perseguição com (23%), a violência sexual com (19%) e a violência psicológica com (15%). No que diz respeito aos indicadores de vitimação, (20%) refere-se à violência psicológica, (17%) à perseguição e (14%) ao controlo com (Magalhães, 2021).

Não se pode falar de violência no namoro sem se averiguar a prevalência da mesma na população em geral e perceber a sua real dimensão na nossa sociedade. O estudo da violência nas relações de namoro reveste-se de particular interesse na medida em que investigações já efetuadas apontam para uma prevalência significativa entre os jovens (Ribeiro, 2013), o que torna a sua prevenção e combate uma urgência. Por outras palavras, a prevalência das diversas formas de violência nas relações de namoro bem como o não reconhecimento destes comportamentos abusivos revelam que, independentemente do contexto geográfico, é fundamental trabalhar a consciencialização sobre o fenómeno (Magalhães, 2021).

O primeiro objetivo definido para esta investigação consistia em *Identificar as perceções que os adolescentes têm sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade*, através do seu próprio discurso. Assim, a prevalência da violência nas relações de intimidade não é vista da mesma forma pelos adolescentes dividindo-se as respostas em frequentemente (n=23), raramente (n=9), tem tendência a subir cada vez mais (n=1), acontece constantemente (n=1), acontece mais ou menos 1 em 10 pessoas ou até menos (n=1), pode acontecer todos os dias (n=1), enquanto que outros afirmam que a violência física não é muito frequente mas a violência psicológica pode acontecer mais vezes (n=1), acontece muitas vezes (n=2). No total dos 4 grupos, podemos constatar que dos 40 participantes, responderam à questão 39, dos quais 25 dos participantes afirmam que a violência no namoro acontece frequentemente e 14 dos participantes afirmam que acontece raramente. Não obstante o espetro de respostas, a maioria dos participantes desta

investigação percebe a prevalência da violência no namoro como algo que ocorre frequentemente e que está presente na relação de namoro abusiva na fase da adolescência. Também Caridade e Machado (2008) consideram que a prevalência do fenómeno da violência nas relações de intimidade parece ter um início precoce, isto é, na adolescência e/ou durante o ensino secundário. E ainda APAV (2011) refere que o pico da prevalência da vitimação nas relações de namoro parece estar associado à faixa etária e ao grau de ensino dos adolescentes, encontrando-se estes especialmente vulneráveis à vivência de experiências de namoro abusivas durante o ensino secundário.

Em suma, os dados disponíveis sobre a prevalência da violência nas relações juvenis de intimidade, incluindo os da presente investigação, justificam a necessidade urgente da sua prevenção no nosso país. Os estudos conduzidos no contexto português continuam a documentar elevados indicadores de prevalência deste tipo de abuso. Fundamenta-se, assim, a necessidade de se implementarem esforços extra que possibilitem efetivamente contribuir para uma redução deste problema segundo (Nascimento, 2019).

Com a subcategoria *Fatores desencadeadores*, pretendemos compreender quais os fatores de risco, acontecimentos ou variáveis que antecedem aos atos violentos. Quando questionados acerca das variáveis associadas à perpetuação da violência no namoro, a maioria dos participantes referiram: A7: *“pode ser por ciúmes ou porque o parceiro não confia nos amigos da namorada”*; A9: *“por ciúmes, porque quando a pessoa está a falar com um amigo ele pode ficar com ciúmes”*; B8: *“por desentendimentos, traições, ciúmes e possessões”*; B10: *“desentendimentos e o parceiro achar que tem um poder maior sobre a outra pessoa achando assim que lhe pode bater e fazer o que quiser dela e também por ciúmes e traições”*; C7: *“porque acham a outra pessoa inferior, assim subjugando-a e achando-se superior”*; C10: *“porque um se acha superior ao outro”*, D2: *“porque as pessoas podem interpretar mal as coisas e pode acabar em discussão ou em violência”*, D3: *“porque às vezes chateiam-se e pode ser também pelo companheiro andar com outra companhia, podendo haver discussões, conflitos e aí é quando há violência”*. Resultados semelhantes encontrou Simões (2015) no seu estudo em que os jovens entrevistados referem como motivos para a ocorrência de violência nos relacionamentos de intimidade o ciúme e o controlo através de sentimentos de posse e domínio sobre amizades, indumentária e atividades de vida em geral. Sendo que estes acrescentam a falta de respeito, a falta de confiança, a má formação, o controlo e a obsessão, o começar com uma discussão e evolui se não for resolvida como fatores desencadeadores para a violência no namoro. Segundo o mesmo autor, os seus participantes afirmaram também como motivos para a existência de violência no namoro as raparigas serem mais vulneráveis, e os rapazes mais

impulsivos, características estas também utilizadas como justificações para a ocorrência de violência no namoro e, portanto, de desresponsabilização do ato.

Também Gonçalves (2013), com uma amostra de 267 alunos, do 9º ano e 12º ano de escolaridade, pretendeu explorar o que pensam adolescentes sobre o problema social que é a violência na intimidade, tendo concluído que, apesar da maioria dos adolescentes não concordar com situações de violência nas suas relações íntimas, muitos consideram que certos motivos ou justificações legitimam a violência, como, por exemplo, a raiva, traições ou ciúmes. Mais recentemente, o estudo de Neves, Ferreira, Abreu, Borges e Topa (2020) identificou as principais causas atribuídas à violência: os ciúmes (70,3%), os problemas mentais do agressor (40,5%), os problemas familiares (25,7%), a conduta da vítima (15%), a influência de familiares ou amigos (18,9%), o consumo de álcool ou outras substâncias pelo agressor (14,9%) e o consumo de álcool ou outras substâncias por parte da vítima (2,7%). Com o seu estudo de 2021, o ciúme continua a ser apontado como o principal fator desencadeador da violência num namoro (76,8%), seguindo-se os problemas mentais da pessoa agressora (46,4%), os consumos de álcool ou de outras substâncias pela pessoa agressora (29%), conduta da vítima (13%) e as influências dos amigos/as (10,1%) (Neves, Ferreira, Abreu, Borges & Topa, 2021).

Já antes Gomes et al. (2015), recorrendo à revisão integrativa da literatura, analisou sete artigos empíricos, publicados nas bases de dados informatizadas SciELO, MEDLINE, B-on e Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, nos últimos cinco anos. Através da análise dos artigos selecionados. Relativamente aos principais fatores associados à violência no namoro destacou o ciúme, o consumo de álcool e drogas como influenciando significativamente a prevalência de condutas violentas, e ainda as estratégias de resolução de conflitos desadequadas, as crenças e atitudes positivas em relação à violência, o maior nível de legitimação de violência nos rapazes.

Em suma, e parafraseando Sousa (2018), não é fácil nem possível compreender e saber o que leva o agressor a agredir a vítima. Em causa podem estar alguns fatores supramencionados, porém pode dever-se também às conceções tradicionais sobre o casamento, o ciúme, a possessividade, a convicção de que o agressor tem o direito de punir a vítima, sendo impossível identificá-los a todos pois são influenciados por diversos fatores. Pese embora a complexidade e diversidade de fatores, a maior parte dos participantes desta investigação mencionam o ciúme, o desentendimento, a traição, o poder que um membro da relação tem face ao outro, o controlo, o pensamento de que o parceiro é sua pose, entre outras formas, como fatores que desencadeiam a violência no namoro. Os estudos e a literatura que apresentamos anteriormente vão de encontro aos discursos utilizados pelos participantes desta investigação, sendo que muitas vezes são os

fatores desencadeadores identificados pelos participantes que estão na base da ocorrência de episódios de violência que se poderá prolongar até à adultez.

Na categoria **Tipologias de Violência na Relação de Namoro** com a subcategoria *Formas de violência*, verificamos através dos discursos dos adolescentes que existe uma homogeneidade em relação ao seu posicionamento no que diz respeito aos tipos de maus tratos perpetrados nas relações de namoro considerando os participantes a violência verbal, física e psicológica, observáveis através dos seus discursos: A1: “verbal”; A3: “física e verbal” (n = 2); A4: “física e psicológica” (n=2); A5: “violência física”; B1: “física e verbal” (n=5); C1: “agressões físicas e insultos”; C2: “físicas e psicológicas”; C3: “violência verbal, violência psicológica e violência física” (n=8); D1: “violência física, violência verbal e violência psicológica” (n=7); D2: “violência física e psicológica”; D3: “violência física e violência verbal”; D9: “violência física, violência psicológica e controlo” (n=2). Inúmeros estudos comprovam que os adolescentes em situações de abuso na intimidade vivenciam múltiplas formas de violência durante as relações, nomeadamente a violência física, psicológica, verbal e sexual (Caridade, 2011). Magalhães (2017) realizou um estudo com 5500 jovens para caraterizar a prevalência da violência nas relações de intimidade, constatando que as formas mais perpetradas foram a violência psicológica (19%) e a perseguição (15%), sendo as menos sofridas a violência sexual e física (6%). Na mesma linha de resultados, mas mais recentemente Neves et al. (2020) identificaram as tipologias abusivas mais comuns são: a violência verbal (87,3%), psicológica (75,7%), comportamentos de controlo (64,9%), perseguição (35,1%), violência social (32,4%), física (27%).

A literatura afirma que nas relações de namoro é comum que a violência física seja a última tipologia de maus-tratos a surgir, sendo que a violência psicológica e a violência sexual são precedentes desta, e, portanto, possíveis indicadores que poderá ocorrer (Aldrighi, 2004). É característico também que as pessoas envolvidas no relacionamento íntimo não considerem a violência sexual e psicológica como formas de agressão, aceitando-as como normativas do relacionamento amoroso. Vários autores partilham da perspectiva de que existem três tipos de violência no namoro: violência física, violência sexual e violência psicológica ou emocional (APAV, 2011; Monteiro, 2015; Antunes, 2016), enquanto outros acrescentam mais formas de abuso aos anteriormente mencionados como a violência económica, a violência social e a violência verbal (APAV, 2011; Carvalho, 2011; Santos, 2019). Assim, a violência entre parceiros íntimos e especificamente a violência no namoro pode assumir diversas formas (Santos, 2019) pelo que como afirma Oliveira (2011) é premente a necessidade de compreender as especificidades de cada forma de violência, fazendo o seu enquadramento na relação de

namoro. A aquisição de uma maior compreensão das características específicas destas tipologias de maus-tratos demonstra ser pertinente para possibilitar a realização de prevenções adequadas e eficazes entre os jovens e adolescentes.

De uma forma global, tanto os estudos apresentados como a literatura vieram corroborar a existência de várias formas de violência nas relações amorosas na adolescência, também identificados pelos participantes da presente investigação. Os dados empíricos sobre a temática refletem que os adolescentes se podem envolver em relacionamentos amorosos abusivos, acabando por vivenciar alguma forma de violência nas suas relações de namoro. Para além das formas de violência citadas pelos adolescentes desta investigação, importa referir que existem outras tantas, sendo que o objetivo da pessoa que agride é sempre o de controlar, isolar, tornar o outro frágil e inseguro e deste modo, torna-se essencial abordar, refletir, desconstruir, desmistificar as várias formas de violência no namoro com este público-alvo porque a violência no namoro é uma evidência e tende a escalar seja em frequência seja em gravidade. De acordo com APAV (2011), tipicamente as agressões manifestam um processo evolutivo em escalada, aumentando na gravidade, frequência e intensidade dos atos encetados, pelo que a agressão psicológica poderá ser antecessora da agressão física, do mesmo modo que a agressão física precede situações de agressão sexual. Assim, verifica-se que durante as relações de namoro, muitos adolescentes perpetuam várias tipologias de violência (física, psicológica ou sexual), assentes muitas vezes em crenças acerca das relações e dos papéis de género, confirmando-se a verdadeira amplitude deste fenómeno que durante anos foi pouco valorizado, principalmente porque estas questões eram trabalhadas apenas nas relações matrimoniais (Ventura, 2014).

Já na subcategoria *Incidência das tipologias de violência*, evidencia-se um tipo de abuso mais presente no discurso dos adolescentes A1: “*violência física*” (n=30) seguidos de outros também representativos: C1: “*violência psicológica*” (n=21); B1: “*perseguição*” (n=19); B1: “*violência verbal*” (n=10). Sendo que estes resultados resultam da perceção dos participantes acerca da ocorrência das tipologias de violência e não da experiência relatada acerca das suas relações de namoro, identificamos uma relativa discordância entre o pensamento e a realidade, já que outros estudos empíricos apresentam resultados diferentes no que concerne à experiência de vitimação vivida. Especificamente, o estudo de Cristóvão (2012) envolveu 629 estudantes do ensino secundário de duas Escolas do centro de Lisboa, de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos, e propôs-se analisar a prevalência da violência dos adolescentes, identificar as estratégias de resolução de conflitos abusivas e positivas do próprio e do seu parceiro e ainda observar as crenças e atitudes dos jovens sobre a violência física, psicológica e sexual nos relacionamentos íntimos de namoro. Neste estudo, o tipo de violência

mais presente nas relações de namoro é a violência emocional/verbal (12,5%) e a menos frequente é a violência física (79,1%), seguida da violência relacional (70,8%), sendo outro resultado relevante o facto de quanto maior a legitimação da crença de violência, maior a prevalência de comportamentos violentos na relação. Na mesma direção de resultados, na investigação levada a cabo por Garrido (2020) foram analisados os resultados relativos à prevalência da violência no namoro, sendo constatado que, dos 120 participantes da amostra, apenas 17 sujeitos (14%) não relataram comportamentos abusivos nas relações de namoro, pelo que 104 (86%) participantes referem ter já experienciado algum comportamento abusivo na relação. Em relação ao tipo de violência mais comum, o autor destaca a violência emocional, sendo que apenas 24 (19,8%) referem não vivenciar este tipo de violência na relação. A violência física é a menos comum nas relações íntimas (83,5%), seguida da violência relacional (72,7%), e da violência sexual (71,9%). De acordo com Garrido (2020) os resultados do estudo indicam que 86% da amostra total de jovens já experienciou violência no namoro, sendo a violência psicológica (80,2%) a mais frequente.

Na categoria **Violência no Namoro em Contexto Escolar**, através da subcategoria *Ocorrência das agressões*, os adolescentes entrevistados refletiram acerca da perpetuação das agressões no interior do recinto escolar, surgindo diferentes respostas: C1: “*sim conheço*” (n=19); B1: “*não conheço nenhum*” (n=21), ou seja de um total de 40 participantes, 21 relataram não conhecer nenhum caso de violência no namoro em contexto escolar, sendo que por outro lado 19 adolescentes afirmam conhecer situações ocorridas no recinto escolar, o que também é evidenciado pelo estudo de Santos (2015), em que os participantes, com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos de idade, revelaram que, relativamente ao contexto onde decorriam os abusos, 16.3% aconteciam mais frequentemente em privado, seguindo-se os espaços públicos (rua, escola) com 8.2% de incidência.

A literatura tem revelado que a violência no namoro é um acontecimento que ocorre de forma habitual e frequente, desconstruindo assim o pré-conceito de que se trata de um fenómeno escasso e que apenas acontece quando as pessoas estão casadas (Caridade & Machado, 2008). Segundo as mesmas autoras, a violência que ocorre nestas idades é muitas vezes vista como um preditor da violência conjugal. Para Nascimento (2019), a violência nas relações íntimas poderá ter um início precoce, mesmo ainda durante a fase da adolescência, com particular expressão em contexto escolar, sublinhando um certo “desconhecimento” dos jovens acerca do fenómeno. Esta falha poderá perpetuar a legitimação de alguns comportamentos abusivos que, por falta de informação, são encarados como algo normal e natural. Sendo assim, a escola constitui uma instituição promotora de valores como a educação e a cidadania, acolhendo uma grande

diversidade de jovens que, não raras vezes, se revelam muito permeáveis à legitimação deste tipo de abuso íntimo (Nascimento, 2019). Neste sentido, é também responsabilidade da escola desenvolver e implementar ações e/ou medidas que promovam a consciencialização destes jovens para o problema, desmistificando estereótipos e crenças que possam contribuir para a perpetuação da violência no namoro (Caridade et al., 2018). Para Martins (2021) intervir na adolescência é determinante, pois é nesta etapa do ciclo vital que começam a surgir as primeiras relações amorosas, pelo que é o período mais adequado para quebrar crenças que legitimem determinados comportamentos de violência no namoro. É, nesse sentido, que a escola se assume como o espaço de socialização por excelência no que diz respeito à sinalização das várias formas de violência no namoro entre os adolescentes.

Na categoria **Crenças e Atitudes envolvidas na Violência**, com a subcategoria *Origem e desenvolvimento* podemos confirmar uma relativa coerência nos discursos dos adolescentes: A5: *“a sociedade, pois ainda pensam que algumas raparigas ou mulheres são feitas para criar os filhos e ficar em casa a fazer as tarefas domésticas e que são menos que os homens”*; A6: *“influência das pessoas que nos rodeiam, amigos e familiares”*; B5: *“amigos e sociedade em geral porque muitas pessoas ainda pensam que o homem tem um poder maior que a mulher”*; B9: *“amigos, familiares, sociedade e pessoas mais velhas”*; C9: *“estes pensamentos podem vir de casa, querer bater na namorada porque vê violência doméstica em casa”*; D8: *“esses pensamentos podem vir de casa, da sociedade como do grupo de amigos”*; D10: *“podem vir da pessoa em si, ela pode ter uma certa perturbação, ódio, raiva, dentro de si e vai depositar isso na vítima. Pode vir do seu ambiente familiar, em que por exemplo, os pais sofrem episódios de violência e pode vir do grupo de amigos”*. Importa desde já mencionar que as crenças surgem como consequência das perceções que vamos construindo a partir de todas as influências que nos rodeiam, encontrando-se o fenómeno da violência relacionado com as representações sociais de cada um relativamente ao que é ou não violento (Ventura et al., 2013). Segundo o mesmo autor, muitas das crenças que legitimam a violência estão relacionadas com os estereótipos de género, com a aceitação e mesmo concordância da desigualdade entre homens e mulheres, em que aos homens é delegado maior poder, controlo da família e da sociedade. Para as mulheres, será esperado um papel mais passivo, concordante com as normas e permissiva para com o companheiro, surgindo a aceitação de certas condutas violentas como naturais e comuns. Neste contexto, na perspetiva de Freitas (2015), os rapazes tendem a aceitar mais a crença de que a violência pode ser justificável de acordo com os comportamentos das raparigas, acreditando que é mais importante manter a privacidade da relação. Por outro lado, admitem que a violência pode

estar ligada a causas externas e fora do controle do agressor, como, por exemplo, o álcool ou a pobreza.

Por outro lado, Félix (2012) menciona que em relação às crenças legitimadoras da violência, o seu desenvolvimento pode ser influenciado pela existência de violência no seio familiar e assim acresce a probabilidade do jovem se envolver numa relação violenta se este assistir a práticas violentas entre os pais ou existir um historial de abuso na infância. Martins (2021) acrescenta, no que diz respeito à transmissão de crenças e valores, os fatores familiares apresentam uma grande influência, visto que a família é uma referência fundamental que as crianças e adolescentes seguem como exemplo, e desta forma as crenças legitimadoras da violência ou mesmo a sua perpetuação podem ser encaradas como um fator de risco. Para além da família, na adolescência as preocupações são dirigidas sobretudo para a pertença aos grupos de pares e para a posição social que assumem nestes bem como a comparação social e as preocupações com o seu *status*, especialmente quando existe competição e procura pela aprovação social, aceitação e popularidade (Freitas, 2015).

Assim verificamos que a literatura vem afirmando a importância da influência da família como um fator de risco para a ocorrência da violência no namoro, através da exposição aos maus-tratos na infância, violência conjugal dos pais e crenças sustentadoras de violência, que contribuem para a transmissão intergeracional deste fenómeno. Para além do contexto familiar, é significativa a influência do grupo de pares, através das suas crenças, valores e estratégias de *coping* para a resolução de conflitos nos seus relacionamentos bem como o padrão de comportamentos considerado aceitável no namoro entre adolescentes. Nas palavras de Saavedra (2010), a adolescência é um período marcado por uma aproximação ou identificação com os pares, sendo óbvio o poder que estes têm sobre as suas escolhas, sobre as opções que tomam e também sobre a forma como se assumem quando os adolescentes procuram apoio ou aconselhamento. Assim, o grupo de pares e a família são vistos como fatores influentes na adolescência e na adoção de determinadas crenças que podem legitimar e influenciar para a ocorrência de violência no namoro nestas idades.

Para Pinto (2011) um dos fatores mais referidos pela literatura, e que tem gerado maior controvérsia, diz respeito à categoria familiar, ou seja, à presença de violência na família de origem. Especificamente, a exposição da criança ou jovem a ambientes familiares violentos promove a interiorização e valoração dos relacionamentos enquanto legítimos e aceitáveis para a utilização da violência pela qualidade das relações de vinculação com figuras significativas. A perspetiva da transmissão intergeracional da violência enfatiza que o comportamento de cada indivíduo é determinado pelo ambiente em que este se insere, ou seja, quanto mais uma criança

estiver exposta à violência ao longo do seu desenvolvimento, maiores serão as probabilidades de adotar uma postura violenta durante a adolescência (Pinto, 2011). Com base na Teoria de Aprendizagem Social de Bandura, os comportamentos humanos são aprendidos através da observação dos modelos sociais ou familiares, pelo que os pais ou outras figuras de vinculação têm um papel muito importante na exteriorização dos comportamentos futuros dos seus filhos (Gomes, 2017). Também, as atitudes dos jovens face à violência no namoro estão relacionadas com a perceção que estes têm das dinâmicas relacionais em família e da observação de violência no contexto familiar (Gomes, 2017).

Por seu lado, importa abordar a influência dos pares já que quando o indivíduo inicia a sua vida escolar é lá que ocupa grande parte do seu tempo, partilhando vivências e valores com os seus amigos e é por isso que o grupo de pares é, um dos fatores que tem mais influência no comportamento futuro do indivíduo, dado que é estimulado a aplicar determinados valores e atitudes através da análise do comportamento dos outros (Barros, 2014). De acordo com Simões (2015) note-se que, nos adolescentes, o contato com os pares pode ser considerado o fator de risco quando existe um grupo de pares onde a violência é fomentada como natural e aceitável. A investigação nesta área refere que a influência dos pares é responsável pela transmissão de normas, valores e comportamentos que são aprendidos através da observação, assim sendo, a interação com grupos de pares que, já tenham tido relações que envolviam violência, pode aumentar a probabilidade de os adolescentes virem a imitar esses comportamentos violentos (Félix, 2012). Pinto (2011) acrescenta ainda que os adolescentes se veem expostos a situações de violência nas suas escolas e comunidade, acabando por esta exposição ser vista como outro fator de risco para a violência nas relações de intimidade. Por outro lado, para APAV (2011) a associação e envolvimento dos adolescentes com pares desviantes (que consomem álcool e substâncias ilícitas, que violam normas sociais e que encetam em condutas delinquentes) são fatores de risco para a manifestação de violência no namoro, e assim sendo o recurso a educadores ou líderes de pares para encorajar comportamentos saudáveis entre adolescentes tem sido um componente comum em programas preventivos (Santos & Murta, 2016).

Ao pensarmos sobre a origem das crenças, entendemos o nosso desenvolvimento como sendo construído através das interações com os outros, o que significa que as nossas crenças emergem a partir das influências que nos rodeiam e do processo de socialização, incluindo aquelas que desculpabilizam atitudes e comportamentos abusivos e que dão origem à legitimação da violência, o que sublinha a influência dos modelos socioculturais neste aspeto e a importância do grupo de pares, principalmente no que diz respeito à população mais jovem (Antunes, 2016; Monteiro, 2013; Oliveira, 2011). Já no que diz respeito às atitudes, convém salientar que estas

não constituem comportamentos, mas sim a tendência para a explicação ou adoção dos mesmos, baseada em apreciações que podem ser favoráveis ou desfavoráveis, e que, segundo a sua intensidade, pode levar a posturas mais ou menos radicais (Moura, 2012). Os pensamentos e sentimentos dos indivíduos relativamente a determinado comportamento e a forma como o avaliam, originam uma tendência para responder ao mesmo através de uma ação favorável ou desfavorável (Fonseca, 2015).

Na subcategoria *Motivações*, os adolescentes mencionam que as circunstâncias ou variáveis legitimadoras do comportamento violento estão sobretudo interrelacionadas com: A4: “quando existe a influencia dos pais” (n=2); A6: “religião, etnia e cultura” (n=3); B1: “acho que não há nenhuma razão que leve a esse tipo de coisas tão graves” (n=21); C1: “a pessoa pode pensar que o outro é infiel”(n=2); C5: “o agressor pode-se sentir traído, pode ter medo que a namorada pare de gostar dele”; C10: “acho que o agressor se sente superior, sente-se trocado e tem desconfiança”. Apesar de um número significativo de adolescentes afirmarem que nada justifica a violência no namoro e que não existem motivos para a sua perpetuação, ainda existem alguns discursos que mencionam motivações legitimadoras do uso do comportamento abusivo. Este resultado é comum a outras investigações nomeadamente a de Gonçalves (2014) em que as principais causas da violência no namoro identificadas pelo grupo de adolescentes participantes foram a nível psicológico os ciúmes (n=15), a desconfiança (n=9), as drogas (n=4), o álcool (n=3), a mentira (n=7), a obsessão do agressor (n=4), a vingança (n=4) e a raiva (n=4). A nível social as principais causas mencionadas foram a traição (n=19), os insultos (n=12), traição (n=7), falta de respeito (n=6) as discussões (n=3), as más influências dos pares e da família (n=4) e o querer controlar o/a namorado/a (n=2). Ainda foi referido por um grupo a falta de afeto (n=1), a frieza (n=1), o recusar a ter relações sexuais (n=1), os desentendimentos (n=1), as crianças crescerem a observar comportamentos de violência ou agressão através dos pais (n=2), um dos namorados pensar que tem o direito de decidir determinadas coisas pelo outro e terem a perceção que o ser masculino é ser agressivo e usar força (n=2), acreditar que o episódio de violência foi devido a ter um “mau dia”, problemas com os pais ou na escola ou porque se descontrolou e/ou acreditar em “crenças e mitos” que condicionam comportamentos (n=2). Estes resultados mostram que os alunos percecionam as circunstâncias ou variáveis legitimadoras do comportamento violento como os adolecentes da nossa investigação.

Mais recentemente, Pinheiro (2018), com base nos discursos de 13 vítimas de violência no namoro, com idades compreendidas entre os 17 e 30 anos, concluiu que em relação às motivações inerentes ao uso da violência, a necessidade de afirmação do agressor na relação foi a mais referida (n=8). Outros participantes (n=4) revelaram que a necessidade de demonstração

de poder sobre o outro leva ao uso da violência. Também a frustração da incapacidade de controlar o companheiro incita a que o agressor recorra à violência física (n=2). Finalmente, algumas vítimas referiram que a necessidade de posse estava na origem do uso de violência nas relações de namoro (n=2) e ainda a exposição à violência na infância (n=4) e o consumo de drogas (n=1).

Um outro estudo conduzido por Guerreiro (2016) investigou como jovens agressores e/ou vítimas de violência física e/ou psicológica no namoro avaliavam esses tipos de violência com uma amostra composta por 10 jovens, 5 mulheres e 5 homens, com idades entre 18 e 30 anos. Quando os participantes foram questionados sobre o que poderia ter motivado a violência no namoro, os jovens entrevistados atribuíram a violência que eles experimentaram a diferentes causas externas, tais como o uso de bebidas alcoólicas e os relacionamentos violentos anteriores, bem como a causas internas, destacando o temperamento e a imaturidade da parceira ou por questões próprias da sua personalidade. Em relação às jovens entrevistadas, quando questionadas sobre o que poderia ter motivado a violência no namoro duas participantes referiram que os seus parceiros foram “mimados” pelos familiares e por isso foram colocados limites durante a infância e adolescência, conduzindo a comportamentos caracterizados por elas como egoístas e autoritários. Duas entrevistadas atribuíram às personalidades controladoras e explosivas dos seus parceiros, enquanto uma delas associou à violência vivenciada pelo parceiro durante a infância.

Por outro lado, Freitas (2015) encontrou a existência de algumas crenças erradas que necessitaram de ser desconstruídas: a) “Entre marido e mulher não se mete a colher” – (72,72%) dos alunos concordaram que se trata de um mito (“mito, porque se um homem bate numa mulher e a mulher não quer dizer as autoridades por exemplo e amiga sabe deve ajuda-la”) e (36,36%) pensam ser um facto (“realidade, porque por exemplo, vamos supor, existe um casal e começam a dizer que o namorado a traiu e então ninguém tem que se meter nessa relação”); b) “É ciumento porque me ama”, esta afirmação foi aquela que maior debate gerou devido à existência de inúmeras crenças associadas ao conceito de ciúmes que é visto pela maioria dos alunos (72,72%) como uma forma de demonstrar amor e carinho (“realidade, porque sem ciúmes não amamos”; “não há amor sem ciúmes”; “acho normal o namorado ter ciúmes”). Somente (27,27%) dos alunos concorda que se trata de um mito (“se for muitos ciúmes a ponto de não deixar falar com outros rapazes aí não é amor e obsessão”); c) “Há raparigas/rapazes que provocam os namorados, não admira que eles se descontrolem”, (63,63%) dos alunos concorda que se trata de uma realidade (“realidade, porque a rapariga pode estar a provocar o namorado e ele pode se chatear com ela”) e (36,36%) refere que corresponde a um mito (“eu não concordo porque é uma falta de respeito, podemos falar e conversar”). A amostra deste estudo englobou

420 alunos, de ambos os sexos, do 8.º ano de escolaridade com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos de diferentes escolas secundárias da ilha de S. Miguel. A investigação tinha como finalidade contribuir para relações de género saudáveis e positivas em adolescentes, educando para as emoções sociais, designadamente a submissão social adaptativa, e promovendo competências sociais e emocionais.

Para além dos estudos empíricos também a literatura aborda a existência de crenças legitimadoras da violência. Especificamente, quando a violência no namoro é concetualizada numa perspetiva tolerante, com uma justificação subjacente e tendência para minimização do problema, esta atitude é igualmente um evidente indicador de promoção de violência (Martin, 2010). As crenças podem aumentar o risco de responsabilização da vítima, promover a desculpabilização do agressor, particularizar o problema dos maus-tratos, banalizar a experiência da vítima, negar a gravidade dos maus-tratos, não reconhecer a sua dimensão criminal e conduzir à ausência de denúncia e de intervenção (Matos et al., 2006). Na mesma linha de pensamento, Guerreiro (2016) menciona que as crenças acerca da violência parecem promover a culpabilização da vítima e a desresponsabilização do agressor, e são importantes preditores do envolvimento em relacionamentos violentos. Segundo Gonçalves (2013) apesar da maioria dos adolescentes não concordar com situações de violência nas suas relações íntimas, tal como na presente investigação, muitos consideram que certos motivos ou justificações legitimam a violência, como por exemplo, a raiva, as traições ou ciúmes e outros consideraram a violência como um ato de amor. Os jovens, pelo seu discurso, mencionam que são contra a violência, mas usam-na legitimam a sua perpetuação face a determinados fatores desencadeadores (raiva, traição, insegurança, ciúmes, crenças e ou/ atitudes erróneas), pelo que se verifica relativa dissonância entre os seus pensamentos e comportamentos. Desta forma, é importante, no âmbito da prevenção primária treinar os adolescentes para o autocontrolo e estratégias de *coping* adaptativas que evitem o uso da violência como estratégia de resolução de conflitos e/ou gestão das emoções. Paraphrasing Antunes (2016), dentro das crenças existentes entre a população mais jovem, sobretudo no que diz respeito ao género masculino, o uso de violência representa uma forma aceitável de resolver conflitos. Já no que diz respeito ao género feminino, a crença que prevalece é a de que, mesmo após a agressão, o amor acabará por superar as dificuldades. O mesmo autor refere ainda que as crenças também estão ligadas à sociedade que tem um importante papel na sua construção uma vez que ainda existe uma atribuição de papéis sociais e a definição de uma identidade social em função do género, para além de outros fatores significativos: (1) as normas culturais que sustentam a violência como forma plausível na resolução de discórdias; (2) atitudes que levam ao suicídio como uma escolha pessoal; (3) princípios que

dão preferência aos direitos dos pais sobre o bem-estar dos filhos; (4) regras que afixam o domínio do homem sobre a mulher e as crianças; (5) princípios que assistem no conflito político e leis que apoiam o uso da força pela polícia contra os cidadãos (Aguinha, 2013).

Em suma, as motivações que conduzem à violência no namoro parecem ser decorrentes de crenças construídas sob a influência de vários contextos. Assim, de acordo com Couto (2013), a exposição a modelos de agressão em relações de intimidade, que se encontra intimamente relacionada com a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura, pode determinar que os comportamentos que adotamos são essencialmente aprendidos através da observação durante a infância e posteriormente colocados em prática numa tentativa de imitação. Por outro lado, muitas das crenças que legitimam a violência estão relacionadas com as desigualdades de género, construídas socialmente, em que os homens têm mais poder do que as mulheres, e controlam os outros membros da família, muitas vezes com a aprovação das mulheres bem como da sociedade em geral (Ventura, 2014). Gomes et al. (2016) referem, igualmente, que os atos violentos tidos sobre o sexo feminino têm muitas vezes como base um conjunto de crenças relativamente à inferioridade da mulher mas também a legitimação da violência como estratégia de resolução de conflitos, pelo que consideram que a reestruturação cognitiva, através da confrontação do perpetrador com a irracionalidade patente nas suas crenças, provocando assim a substituição das mesmas por pensamentos racionais alternativo, pode constituir-se como uma estratégia fiável para a alteração desse mesmo sistema de crenças. E esta mesma metodologia está presente nos programas de prevenção da violência no namoro desenvolvidos com os jovens com o objetivo de desmistificar, desconstruir e re(educar).

Relativamente a subcategoria *Perfil do agressor*, os participantes percecionam o agressor como portador das algumas características de personalidade e conteúdo de pensamentos: A2: “o agressor pensa que tem poder sobre o parceiro”; A4: “desconfiança”; A8: “traição, sentir ciúmes e manipulação”; B5: “ciúmes, traição e insegurança”; B4 e B7: “insegurança”; C2: “o agressor acha-se superior e pensa que pode mandar na outra pessoa e comandar-lhe para onde quiser e como quem quiser”; C3: “acha-se superior e tenta controlar a pessoa ao máximo sendo que isso chega a maus caminhos”; C7: “acho que o agressor pensa que é superior e por isso acha que tem o direito de bater ou insultar a sua companheira e também por razões de ciúmes e traição”; D4: “o agressor pensa que está a ser substituído, pode ter ciúmes de outra pessoa ou então pode ser só por não ter consciência do que está a fazer e ter um problema mental”; D10: “ao praticar violência o agressor pode ter certas inseguranças com a sua autoconfiança, com a falta de autoconfiança em si, também por traições vindas de relações passadas, falta de noção do que está a fazer à vítima e um certo controlo e ciúmes”. Por outras palavras, os pensamentos

conceptualizados pelos adolescentes acerca do agressor vão desde o inseguro, desconfiado, vingativo, superior, ciumento, falta de autoconfiança, entre outros. Estes resultados não se afastam dos encontrados por Nardi e Benetti (2012) em que os agressores apresentavam na sua personalidade o fator egocentrismo e nestes casos a empatia dos indivíduos é limitada, o que significa que não se importam com o que o outro pode sentir, e conceptualizam o outro como simplesmente um objeto que pode ser facilmente controlado e manipulado. Também Pinheiro (2018) recolheu dados no sentido de que as características individuais do agressor como a imaturidade, a incapacidade de resolução de problemas, os problemas psicológicos e as situações problemáticas na infância, podem influenciar o seu comportamento.

Este tema das características e comportamento dos agressores foram igualmente analisadas por Holtzworth e Stuart (1994 citado em Caldeira, 2012) em duas variáveis:

A violência expressiva trata-se de uma conduta agressiva motivada por sentimentos de ira e raiva que reflete uma grande dificuldade no controlo de impulsos e na expressão dos afetos. Por outro lado, a violência instrumental que expressa um grau profundo de insatisfação não gerando sentimentos de culpa (p.29).

Assim, estes autores tipificam o perfil dos agressores como impulsivos, instrumentais ou sobrecontrolados. Os agressores impulsivos são indivíduos emocionalmente estáveis, “sendo frequentemente hipersensíveis às críticas e apresentando rápidas alterações no controlo” (Holtzworth e Stuart, 1994 citado em Caldeira, 2012, p.29). Os agressores instrumentais apresentam níveis mais baixos de raiva e depressão e normalmente agridem e ameaçam a vítima quando esta não os satisfaz ou corresponde à suas exigências. Os agressores sobrecontrolados são indivíduos mais passivos, dependentes e com alguns traços obsessivos, usando a violência como reflexo das suas carências pessoais.

Concluimos então que, não sendo possível referir-nos a um perfil universal de agressores, podem ser enunciadas certas características presentes nos adolescentes que perpetraram violência contra os seus parceiros, e que, portanto, podem aumentar a probabilidade da prática de atos violentos: o agressor é alguém que tem problemas de comportamento como a agressividade e impulsividade, manifesta comportamentos de risco e de condutas antissociais na infância e/ou adolescência, bem como adere a atitudes legitimadoras e de desvalorização da violência nas relações de namoro e não tem experiência em relacionamentos íntimos (APAV, 2011). Segundo a mesma fonte, a idade e o género podem ser apontados como fatores de risco e/ou características associadas ao agressor, apesar de nas relações de namoro que ocorrem durante a

adolescência a existência de violência é mútua bem como a falta de competências de regulação das emoções, baixa tolerância à frustração, existência de perturbações psicopatológicas.

Também Pinheiro (2018) menciona a imaturidade, incapacidade de resolução de problemas, problemas psicológicos e situações problemáticas na infância. Ou seja, o risco de envolvimento em comportamentos agressivos e violentos nos relacionamentos de namoro pode ser compreendido à luz da entrada do jovem na puberdade na qual a maturação física é acompanhada por mudanças socioemocionais associadas à socialização com pares do sexo oposto e também pelos problemas de comportamento como a agressividade, impulsividade e a manifestação de comportamentos de risco como o consumo de álcool e/ou drogas, entre outros e/ou a manifestação de condutas antissociais na infância e/ou adolescência (APAV, 2011).

Já na subcategoria *Perfil de vítima*, os adolescentes descrevem a vítima de violência no namoro usando as seguintes características: A6: “*medo, tristeza e insegurança*”; B5: “*receio dos atos do companheiro e baixa autoestima*”; C5: “*pode ter medo e às vezes pode-se sentir culpada pois pode pensar que a culpa também foi dela, e pode ter medo de acusar o companheiro ou companheira porque tem medo que lhe possa voltar a fazer o mesmo*”; C8: “*rebaixa-se e pode ficar com medo que se o denunciar ele possa fazer do que já fez*”; D10: “*a vítima tornar-se-á numa pessoa mais reservada, com maior número de inseguranças, falta de confiança e pode até sujeitar-se a novos episódios de violência, se não procurar ajuda, ou até passar uma vida de maus tratos*”. Ou seja, na percepção dos participantes, a vítima será alguém triste, reservada, com falta de confiança, medo dos atos do companheiro, baixa autoestima, insegura e que por vezes se pode sentir culpada pelo episódio de violência.

Segundo a APAV (2011) no caso da violência no namoro, não existe um perfil de características que se repitam sistematicamente em todas as vítimas deste tipo de violência. Porém, é possível catalogar um conjunto de características tais como baixa autoestima, comportamentos alimentares desajustados, envolvimento em condutas de risco ao nível do consumo de substâncias e a existência de violência na família de origem, mas também outros fatores de risco individuais como a idade, na medida em que as primeiras experiências de vitimização ocorrem na juventude, o género pois, apesar de tanto o género masculino como o feminino poderem ser vítimas de violência, existe maior prevalência da vítima feminina (Antunes, 2016; APAV, 2011), a aceitação da violência através da concordância com atitudes favoráveis à utilização da violência nas relações de namoro e a adoção de crenças que a legitima. Outros fatores de risco individuais dizem respeito aos sintomas depressivos e ideação suicida (APAV, 2011). Em relação aos fatores de risco relacionais estes dizem respeito ao isolamento e controlo praticado por um dos elementos da relação de namoro bem como a assimetria de poder

entre parceiros, pressão dos pares no envolvimento em comportamentos agressivos e violentos, associação com pares desviantes e o relacionamento com pares com experiências de violência no namoro, violência na família de origem, seja violência indireta ou pessoalmente experienciada através de maus tratos físicos, psicológicos e/ou negligência. Já no que diz respeito aos fatores de risco comunitário, APAV (2011) aponta o fraco aproveitamento escolar, o desinteresse e desinvestimento na escola, a desorganização social da área de residência, a pobreza e violência/crime na comunidade envolvente, identificando ainda os fatores de risco sociais como a ausência de punição social e legal clara das condutas abusivas bem como a escassez de informação sobre condutas adequadas e inadequadas e a socialização das crianças e jovens segundo os papéis e expectativas convencionais

Apesar de na fase da adolescência, a violência no namoro poder ser mútua, existe maior risco de vitimação por formas mais severas de violência física, que envolvem maior dano físico e impacto psicológico, para o género feminino e igualmente o risco de vitimação por condutas sexualmente abusivas (Antunes, 2016; APAV, 2011). Em relação à idade, os adolescentes que frequentam o ensino secundário encontram-se mais vulneráveis à vivência de experiências de namoro abusivas pela imaturidade na socialização com o sexo oposto e o início dos primeiros relacionamentos de maior intimidade.

Tendo em conta este conjunto de resultados, é possível responder ao segundo objetivo desta investigação que incidia na exploração das crenças que os adolescentes possuem acerca da perpetuação da violência tendo em conta o seu papel preditor na relação de namoro, mas também a sua maior importância nesta fase do ciclo de vida, pois rapazes e raparigas experienciam e reforçam as expectativas de género (Ventura, 2014). As crenças são constituídas por um conjunto de contextos e indivíduos significativos, bem como a realidade sociocultural em que estamos inseridos. Muitas das crenças são interiorizadas, legitimando, banalizando e justificando o uso de violência nas relações de intimidade no namoro. As crenças podem negar e justificar os atos violentos, e nestas faixas etárias a falta de experiência do namoro é notória, sendo na adolescência que se iniciam as primeiras relações de namoro. Assim é essencial capacitar estes jovens com crenças e atitudes positivas, adaptativas e assertivas.

Principiando pela origem e desenvolvimento, sabemos que muitas vezes as crenças são construídas com a influência de um conjunto de contextos e indivíduos significativos bem como da realidade sociocultural em que estamos inseridos, evidência também observada no discurso dos participantes desta investigação. Especificamente, estes destacaram a influência do contexto social já que na sociedade ainda perduram concepções e discursos acerca dos papéis de género e a desigualdade de género, mas também de poder que caracteriza as suas relações. Por outro lado,

referiram também a influência dos indivíduos que nos rodeiam, desde familiares, amigos e outros pares, bem a presença de violência doméstica no seio familiar e ainda algumas características individuais de cada agressor e vítima. Tal como afirma Nascimento (2019), estamos perante a aprendizagem social da violência com potencial em termos da transmissão intergeracional já que é significativa a importância dos contextos precoces de socialização familiar e da influência dos pares no comportamento agressivo.

Em suma, a legitimação da violência é considerada uma consequência das crenças que desculpabilizam condutas mais abusivas, sendo estas interiorizadas desde cedo como resultado da socialização e interação com os outros (Mendes & Cláudio, 2010). Por outras palavras, o fenómeno da violência no namoro encontra-se relacionado com as representações sociais de cada um a partir do seu quadro de referência, conduzindo a que cada indivíduo tenha a sua perceção do que é ou não violento (Ventura et al., 2013).

Por sua vez, este tipo de crenças poderá ter fortes influências sobre o nosso comportamento estando na base da perpetuação da violência. Por outro lado, para Caridade (2011) as crenças podem conduzir à desresponsabilização pelos abusos, situando a violência fora do controlo individual do agressor (culpa da vítima, do álcool e das drogas).

Relativamente, às motivações para o comportamento abusivo percecionadas pelos participantes desta investigação, mais de 50% dos adolescentes afirmaram que não existem razões justificativas da violência, em contraste com os outros discursos onde foram apontados alguns motivos que legitimam o uso da violência. Ou seja, apesar da maioria dos adolescentes não concordar com a violência nas relações íntimas, muitos consideram que certos motivos ou justificações legitimam a violência, como, por exemplo, a raiva, traições ou ciúmes, o que concorre também para explicar a incidência e prevalência deste comportamento.

Na categoria **Fatores de Manutenção de uma Relação Abusiva**, com a subcategoria *Legitimação do agressor*, pretendeu-se, através do discurso dos participantes, aceder às justificações usadas para a violência exercida, que de um modo geral consiste na crença de que a violência poderá ser aceitável perante determinadas atitudes do/a namorado/a: A1: “*pode pensar que a que a namorada está com outro, ou seja a traição*”; B2: “*pensar que o parceiro o está a trair, não deixar que a pessoa ande com amigos, ou seja, desconfiança, ciúmes e pensar que pode mandar no parceiro e fazer tudo o que quiser*”; B7: “*ciúmes, raiva e tentar ter poder no parceiro, e sentir-se superior*”; C5: “*achar que ele manda na relação*”; D5: “*achar que é normal*”. Estes resultados encontram paralelo no estudo de Nascimento (2009 citado em Oliveira, 2011) que constatou que os jovens normalmente possuem a crença de que o outro é sua posse e que por isso têm direito sobre o outro. Este direito de posse acaba por servir de

justificação para o controle sobre o parceiro e os atos de violência surgem quando o desejo de controle sobre a vítima é impedido. Ribeiro e Sani (2008) acrescentam outras razões atribuídas pelos jovens estudantes para legitimarem a violência entre parceiros íntimos, como as características da vítima, razões externas ao agressor e ainda ausência de ligação entre o perpetrador e a vítima. Em suma, por vezes, o agressor usa a violência e culpa a vítima pela sua ocorrência, desculpabilizando-se assim dos seus atos abusivos. Outras vezes, o agressor pode também justificar a violência pelas causas externas como o álcool ou drogas, a predominância da cultura machista, em que a desculpabilização da violência perpetrada pelos jovens está associada a fatores de origem sociocultural mais tradicionais decorrentes da construção social da masculinidade, ou ainda a existência de violência no seio familiar ou castigo de violência decorrentes da infância.

Na subcategoria *Legitimação da vítima*, pretendemos compreender, com os discursos dos adolescentes, a explicação para a manutenção das relações abusivas por parte das vítimas, destacando-se os seguintes excertos: A5: “*ela ou ele tem receio que as ameaças possam vir a ser piores do que o que já são, por exemplo, agredir parentes*”; A7: “*medo das ameaças e das consequências do fim do namoro*”; B8: “*vergonha ou então esperança que aquilo passe, que ele pare de fazer isso ou então ele/a acha que só tem aquilo porque merece, pois, a vítima pode pensar que ela merece aquilo que esta a passar*”; B10: “*por causa da manipulação, por exemplo, tu sem mim não és nada e ninguém mais te quer*”; C7: “*medo*”; D1: “*por gostar dele*”; D6: “*o parceiro ameaçar com mais agressões*”. Resultados similares encontrou Alves (2011), num estudo realizado com uma amostra de 161 mulheres vítimas de violência nas relações de intimidades, sendo os motivos relatados para a manutenção na relação abusiva e, conseqüentemente, a subsistência da violência os seguintes: (37,7%) considerou que os comportamentos não eram normais, mas tinham esperança que o namorado mudasse, (23,3%) revelou medo de perder o namorado, (21,9%) referiu que gostava do namorado, 3,4% mencionou que só existia violência quando o namorado estava embriagado, (1,4%) tinha medo que a culpassem de não ter sido uma boa namorada e (1,4%) considerou que o companheiro tinha razão. Estes resultados demonstram que certos fatores cognitivos e culturais são responsáveis ora pela legitimação da violência, ora pela sua manutenção.

No mesmo sentido, o estudo levado a cabo por Santos (2015), com uma amostra de 196 estudantes, cuja média de idades era de 16 anos (DP=1,58) e que afirmaram estar ou já estiverem envolvidos em relações amorosas, identificou alguns fatores que favorecem a manutenção da relação abusiva, destacando-se o amor (18,9%), seguido da vergonha em contar a situação em que se encontravam (6,6%), a esperança na mudança do/a namorado/a (6,1%), o receio de sofrer

retaliações/represálias por parte do/a namorado/a (4,1%), o receio que não acreditassem em si (2,6%) e a manipulação psicológica/chantagem (1%). Também na investigação desenvolvida por Pinheiro (2018) com 11 participantes que vivenciaram relações abusivas, os seus discursos indicaram que um dos principais motivos que influenciou a sua decisão de permanecer numa relação que é violenta, foi o facto de existir uma dependência emocional relativamente ao parceiro. Alguns participantes (n=2) justificaram a permanência na relação alegando as implicações que a sua baixa autoestima poderia ter, nomeadamente, o facto de ninguém nutrir sentimento por eles e sentirem-se isolados. Um outro motivo apontado pelos participantes como sendo influenciador da permanência no relacionamento abusivo, relacionou-se com a crença de que o parceiro altere o comportamento abusivo (n=9), mais concretamente, as vítimas mencionam a esperança de que, um dia, o parceiro irá mudar os seus modos de agir podendo ser o companheiro ideal que outrora fora. No total, foram mencionados pelos participantes cinco motivos: dependência afetiva e emocional, crenças na mudança, dependência do parceiro, pressão de terceiros e sentimento de culpabilização.

Para além destes, também importa ressaltar que nestas idades, os comportamentos violentos são vistos como algo normal numa relação de namoro e a relação violenta tem muitas vezes períodos positivos e satisfatórios onde o agressor se desculpabiliza e desresponsabiliza, fazendo promessas de que a violência não voltará a acontecer. Também a literatura afirma que muito adolescentes dispõem-se a ceder às pressões e exigências dos companheiros devido à conceção subordinada do papel da mulher na relação e ao medo de os perderem caso não obedecem às exigências que lhes são feitas (Caridade et al., 2006). Segundo Johnson e Das (2009, citado em Duarte, 2019) a aceitação da violência é um dos fatores fundamentais para a manutenção da relação abusiva, visto que, as vítimas entendem os comportamentos violentos como algo normal e acreditam que os mesmos estão associados a crenças onde o ciúme e o amor são justificação, o que agrava a situação e as impede de as denunciar.

Os resultados da presente dissertação tal como outros estudos, demonstram que os fatores para a manutenção de uma relação abusiva são a crença de que o parceiro altere o comportamento abusivo, suportada por promessas de mudança, associada a múltiplos pedidos de desculpa e oferendas de presentes, as ameaças de escalada de violência ou até mesmo a morte da vítima, bem como provocar dano a pessoas próximas da vítima despoletavam o medo e o pânico e por consequência o silêncio e a permanência na relação abusiva. Quando as agressões ocorrem numa idade precoce, as vítimas não têm a experiência que lhes permita fazer uma avaliação adequada do que acontece e muitas vezes o controlo ou até mesmo a violência verbal pode começar sutilmente ou ser justificada como uma forma de carinho. Além disso, o arrependimento

demonstrado inicialmente por parceiros violentos contribui para fortalecer a permanência da vítima no relacionamento, fazendo acreditar que a situação pode melhorar se houver um maior esforço, mas, na verdade, o que faz é aumentar a probabilidade de novas agressões, sendo um reflexo do ciclo de violência (Ventura, 2014).

Decorrente dos resultados encontrados, o terceiro objetivo da presente dissertação que, através da análise dos discursos dos adolescentes, pretendeu identificar as causas da violência nas relações de intimidade pelo que as características pessoais, mas também crenças legitimadoras são as mais verbalizadas pelos participantes. Em relação as estas últimas, a consonância com atitudes favoráveis à utilização da violência nas relações de namoro e a adoção de crenças que a legitimam apresentam-se como fatores relevantes de risco, aumentam a probabilidade de envolvimento dos adolescentes em relações amorosas abusivas, de manutenção da vítima na relação violenta e da subsistência da violência no tempo.

A última categoria refere-se às **Consequências da Violência no Namoro**, tanto para a vítima como para o agressor. Assim na subcategoria *Efeitos na vítima*, foram identificadas pelos participantes as seguintes consequências biopsicossociais: A2: “a vítima pode vir a ter traumas quando crescer e depressão devido às ameaças e às coisas que o parceiro lhe dizia”; A3 e A6: “baixa autoestima, depressão e ansiedade”; B3: “depressão e medo”; B5 e B6: “traumas, depressão e problemas de autoestima e até ter medo de voltar a ter uma relação futuramente”; C2: “baixa autoestima e depressão”; C3: “nódoas negras”; C5: “danos corporais”; D1: “danos psicológicos”; D2: “dificuldades em relações no futuro”; D4: “problemas de autoconfiança e problemas de se integrar na sociedade, no seu trabalho no futuro”, D5: “tentativa de suicídio”. Estes discursos vão de encontro ao estudo de Aguiha (2013) onde se salienta o facto de os participantes reportarem consequências claras para a vítima, nomeadamente, a baixa autoestima, isolamento, depressão, desenvolvendo também sentimentos de medo que parecem estar na base da manutenção da relação entre a vítima e o agressor. Também Ventura (2014) identificou como consequências as físicas “traumatismos/equimoses/lesões” (53,3,7%), as psicológicas/comportamentais “depressão” (39,3%), os “problemas psicológicos/mentais” (35,7%)” e as consequências mortais “homicídio” (25,4%). Um outro estudo de Caridade e Machado (2006) realizado com estudantes do ensino secundário que já tinham passado por alguma experiência de violência nas suas relações íntimas, comprovou que algumas das consequências que este tipo de abuso pode ter sobre a população mais jovem, envolvem situações de ansiedade, desordem de stress, isolamento, insucesso escolar, e até ideação suicida.

Segundo a APAV (2011), a experiência de um namoro violento na fase da adolescência revelar-se-á especialmente negativa para o desenvolvimento dos adolescentes, colocando em risco o seu bem-estar geral e a sua saúde física e mental. Algumas consequências da violência nas relações de intimidade que corroboram os discursos dos nossos participantes são a baixa autoestima, depressão, isolamento, comportamentos suicidas, mal-estar emocional e elevada desconfiança em relação aos membros do sexo oposto. Também na perspectiva de Simões (2015), a maioria dos sujeitos que sofrem de violência no namoro tendem a desenvolver sintomas de depressão e ansiedade, com maior tendência para consumir drogas, álcool, tabaco, e adotarem comportamentos antissociais, bem como pensamentos suicidas. Contudo importa referir, que estes efeitos são influenciados pela natureza do incidente e pela própria capacidade de resposta e de *coping* da vítima.

Com a subcategoria *Efeitos no agressor*, pretendemos averiguar se os entrevistados conceptualizam consequências biopsicossociais para o perpetrador da violência. Os participantes referiram de uma forma geral como consequências para o agressor: A3: “*perder influência no grupo de amigos, pois pode causar medo em algumas pessoas pelo que fazia ao parceiro ou parceira, como também pode influenciar outras pessoas a fazer o mesmo*”; B1: “*ir parar a uma casa de correção*”; C6: “*prisão*”; D3: “*dificuldades em ter relações futuras porque as pessoas o podem julgar*”. Os participantes reconhecerem a natureza criminal deste tipo de comportamentos quando mencionam os centros educativos e a prisão. Estes resultados encontram-se também plasmados no estudo de Guerreiro (2016), cujas consequências mais citadas foram “sentir-se mal pelo ocorrido” ou “arrependimento”, além das consequências legais e sociais, tal como sofrer segregação pelo seu grupo, que pode ser considerada externa, ao sujeito ao mesmo tempo que foi mencionada também a “indiferença diante do problema”. No entanto também é significativo para a compreensão holística desta questão, o estudo de Pinheiro (2018) em que a maioria dos participantes (n=7) referiram que não existem quaisquer tipos de sequelas, quatro participantes mencionaram a privação da liberdade como uma possível consequência, dois a rutura da relação e por último, foi ainda mencionado o afastamento da família por dois participantes.

Não só o discurso verbalizado pelos adolescentes que participaram nesta investigação, mas também a literatura afirma que não existem só consequências negativas para as vítimas, mas também para os agressores. Especificamente, a perpetuação de atos violentos numa relação de namoro poderá produzir efeitos potencialmente prejudiciais para o adequado funcionamento e desenvolvimento psicológico, emocional, comportamental, sócio-relacional e escolar/profissional do adolescente agressor, sendo que muitos destes efeitos poderão, inclusive, prolongar-se para a vida adulta (APAV, 2011). Algumas das consequências do envolvimento na

prática de violência nas relações de namoro são o afastamento e isolamento relativamente a importantes contextos de socialização, rejeição pelos pares, violação das normas sociais, abandono escolar precoce, como também lesões e ferimentos diretamente causados pela perpetração dos atos violentos contra o parceiro de relação bem como danos físicos decorrentes da reação violenta da vítima (APAV, 2011). Por outro lado, sendo a violência no namoro um crime, o agressor acarreta também algumas consequências a nível judicial, a nível social e profissional (Caridade, Saavedra & Machado, 2012). Segundo a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (2015) e de acordo com a Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, em Portugal os infratores só podem ser punidos pela prática do crime com 16 ou mais anos de idade. Contudo, existem medidas legais para jovens entre os 12 e os 16 anos que se envolvam em comportamentos considerados crime, designadas medidas tutelares educativas e são várias: (1) ser admoestado (isto é, repreendidos ou chamados à atenção); (2) ter de reparar o ofendido (por exemplo, pedindo-lhe desculpas); (3) ter de realizar trabalho gratuito a favor da comunidade; (4) ser obrigado a cumprir um conjunto de regras de conduta definidas (ex.: estar proibido de frequentar certos lugares ou de andar com certas pessoas); (5) ter que frequentar programas de formação ou de tratamento; (6) ser acompanhado na sua educação, de forma diferente da educação dos seus colegas; (7) ser colocado em centros educativos (Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, 2015).

O último objetivo da nossa investigação consistia em *Sistematizar as perceções dos adolescentes sobre as consequências decorrentes da experiência de vitimação*. De um modo geral sabemos que o fenómeno da violência no namoro acarreta sempre consequências significativas para as vítimas, mas também para os agressores, e tornou-se importante confirmar se os adolescentes equacionam ambas as consequências. Assim no discurso dos participantes desta investigação foram identificados os efeitos da violência no namoro nas vítimas a nível físico, psicológico e social. Especificamente, para estes adolescentes o relacionamento violento pode desencadear baixa autoestima, depressão, medo, ansiedade, insucesso escolar, ideação suicida. No entanto, importa referir que as consequências que decorrem da violência entre parceiros íntimos não têm limites e variam de pessoa para pessoa, podendo ser maiores ou menores consoante o tempo de duração da relação, mas também das características individuais, psicológicas e cognitivas da vítima.

As consequências deste fenómeno não são exclusivas das vítimas. Segundo o discurso dos nossos adolescentes, as violências no namoro também têm repercussões no agressor. Para além das consequências legais decorrentes da prática de um crime, foram referidas consequências sociais nomeadamente a estigmatização social, a tensão com os amigos e familiares, o fim da sua relação afetiva.

Considerações Finais

Chegados à reta final desta dissertação e ao ponto fulcral da investigação, importa refletir sobre os resultados alcançados, bem como responder aos objetivos previamente definidos e à questão-problema formulada, não deixando igualmente de identificar as potencialidades e limitações desta dissertação e os seus contributos para a compreensão e intervenção na violência no namoro, em geral, e à prática do Educador Social no campo da prevenção, em particular. Recorde-se que a presente dissertação intitulada “*Violência nas relações de intimidade: refletir a problemática com adolescentes*”, pretendia contribuir para um maior e melhor conhecimento da realidade da violência nas relações de intimidade na faixa etária da adolescência e em contexto do ensino básico e criar respostas para uma melhor compreensão deste fenómeno e das suas dinâmicas e variáveis internas a partir dos discursos dos próprios adolescentes, perspetivando uma integração do Educador Social na operacionalização de estratégias de prevenção.

Para a realização da presente dissertação foi essencial construir uma base teórica sobre o fenómeno da violência nas relações de intimidade na adolescência, e deste modo, tornou-se imprescindível elencar diversos conceitos necessários para a sua compreensão e delimitação. Assim, contextualizámos e balizámos a violência no namoro desde a sua conceptualização teórica e dinâmicas de perpetuação até à prevenção, desde a adolescência e as relações de intimidade, ao namoro e à violência, a prevalência do fenómeno, fatores de risco e protetores, crenças e atitudes face à violência bem como as consequências biopsicossociais para a vítima e para o agressor, a influência dos pares, pais e normas sociais e por tudo isto a importância de uma prevenção precoce. Para Martins (2021), a violência no namoro constitui um problema social e de saúde pública e é merecedor de atenção em si mesmo, reconhecendo a grande importância da escola e dos pais na socialização dos adolescentes, tendo uma conjuntura privilegiada para o aparecimento, mas também a sinalização de comportamentos violentos. Decorrente da abordagem teórica acerca do tema, apresentada no Capítulo 1, formulámos a seguinte questão-problema: “*O que influencia os adolescentes do Ensino Básico a adotarem comportamentos violentos nas suas relações de intimidade?*”, bem como quatro objetivos.

Após categorizarmos todos os discursos dos adolescentes participantes deste estudo, com o recurso à técnica de análise de conteúdo, conseguimos, assim, responder à questão-problema através do cumprimento dos objetivos da investigação. Especificamente, no que diz respeito ao primeiro objetivo – *Identificar as perceções que os adolescentes têm sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade* – de acordo com as respostas obtidas através da metodologia do *focus group*, ficou claro que para a maioria dos participantes a violência no

namoro ocorre frequentemente na fase da adolescência. Contudo, para outros, este fenômeno acontece raramente, uma resposta que poderá ser explicada pela sua inexperiência em relações de intimidade, o desconhecimento em relação à fronteira entre o que é violento e o que não é, alimentado por crenças errôneas que legitimam e banalizam a violência. Por se tratar de um fenômeno complexo e multifatorial, existe muitas vezes a dificuldade de se identificarem os comportamentos violentos dentro de uma relação amorosa, que nesta fase é vivida intensamente, envolvendo indivíduos ainda em desenvolvimento biopsicossocial em buscar de uma identidade (Guerreiro et al., 2015).

O segundo objetivo consistia em *Explorar as crenças que os adolescentes possuem acerca da perpetuação da violência*, sendo que no discurso dos participantes foram identificadas várias crenças que a legitimam e perpetuam, dissecadas na discussão dos resultados bem como a sua origem no contexto familiar, através da observação de modelos violentos ou da educação para a normalização da violência como estratégia de resolução de conflitos, no contexto social e comunitário, através dos papéis de gênero e desigualdade de gênero ou ainda no contexto do grupo de pares. Constatando empiricamente a presença de crenças errôneas e legitimadoras da violência nas relações de intimidade em faixas etária tão precoces, é capital atuar sobre estas ideias distorcidas com o objetivo de as desconstruir e reconstruir cada vez mais cedo, através da confrontação com informação correta, clara e adaptada ao alvo para o qual se destina (APAV, 2011).

De forma a dar resposta ao terceiro objetivo pretendia-se *Analisar os discursos dos adolescentes sobre as causas da violência nas relações de intimidade*, tendo-se encontrado uma parte significativa de participantes que identificaram alguns motivos para a perpetuação da violência, apresentados no capítulo anterior, enquanto outros afirmaram nada justificar o comportamento violento. Ou seja, apesar da maioria dos adolescentes não concordar com a violência nas relações íntimas, muitos consideram que certos motivos ou justificações legitimam a violência como os ciúmes, perturbações psicológicas, uso de álcool e drogas, crenças errôneas, poder e controlo sobre a vítima, desconfianças e inseguranças na relação e a necessidade de representar um papel na sociedade e no grupo de pares, principalmente no caso do adolescente masculino, o que fornece indicadores sobre a continuidade da perpetuação da violência, e daí a expressividade dos números da prevalência, e sobre as temáticas a desenvolver em programas de prevenção dirigidos a esta população-alvo.

Para *Sistematizar as percepções dos adolescentes sobre as consequências decorrentes da experiência de vitimação*, tornou-se essencial dar resposta ao nosso quarto e último objetivo, tendo sido identificadas pelos participantes repercussões não só nas vítimas, mas também nos

agressores. Nas primeiras foram apontadas pelos adolescentes a baixa autoestima, o medo, a depressão e a tristeza, sendo as consequências associadas ao agressor, a perda de influência no grupo de amigos, a condenação em processos judiciais, a dificuldade em ter relações futuras por conhecimento dos outros acerca do seu comportamento anterior. Esta percepção empírica dos adolescentes tem o seu reflexo na literatura sobre o tema apresentado no enquadramento teórico, pelo que é importante ressaltar que se torna determinante olhar para as características sociodemográficas, os fatores de risco individuais, familiares, ambientais, situacionais ou contextuais dos adolescentes, vítimas e agressores, mas também os fatores protetores e de superação destes que por vezes atenuam as consequências.

Cumpridos e analisados os quatro objetivos, falta ainda responder à questão-problema formulada no início desta investigação sobre as percepções dos adolescentes do ensino básico face ao que os influencia a adotarem comportamentos abusivos nas suas relações de namoro. Deste modo podemos constatar que os adolescentes do ensino básico participantes identificaram a influência de vários contextos e sistemas envolventes – sociedade, grupo de pares, família, pais e/ou encarregados de educação – na perpetuação de comportamentos violentos nas suas relações de namoro através das crenças e atitudes positivas acerca da violência interiorizadas no processo de socialização primária e secundária e/ou observação e interação com contextos violentos. De um modo geral, o contexto familiar e os estilos parentais, o contexto social e a influência dos pares continuam para a construção de atitudes e percepções dos adolescentes face à violência no namoro, tornando-a muitas vezes aceitável e justificável face a variáveis desencadeadoras como o ciúme, a insegurança ou a traição.

Perante os resultados obtidos nesta dissertação, podemos afirmar que é crucial atuar preventivamente junto dos adolescentes, uma vez que é nesta faixa etária que se desenvolvem as primeiras relações amorosas, onde se jogam as crenças, as atitudes, as características individuais de personalidade e identidade. É assim necessária uma (re)educação das atitudes e crenças orientada para a não legitimação e não normalização da violência. Para Martins (2021) no que diz respeito à transmissão de crenças e valores, os fatores familiares apresentam uma grande influência, já que a família é uma referência fundamental que as crianças e adolescentes seguem como modelo. Por conseguinte, considerando que a violência nas relações íntimas poderá ter início na adolescência e sendo a violência no namoro um forte preditor de violência conjugal, impõe-se a necessidade iminente da prevenção primária do fenómeno, enfatizando o contexto escolar como ambiente oportuno para intervenção (Guerreiro, et al., 2015; Caridade, et al., 2018). Constituindo a escola uma entidade que desenvolve um trabalho fundamental na educação e na cidadania dos jovens, assume-se como o local ideal para consciencializar e desmistificar

crenças e estereótipos, educar para os afetos, promover as competências socio-emocionais, apostando na prevenção e assegurando que a violência não continua a ser um fenómeno crescente (Reforço, 2018).

Segundo Gomes (2017) é na adolescência que se pode consolidar a aceitação da violência e também as crenças sobre a mesma. É uma fase crítica para agir no sentido da interiorização do que é uma relação saudável e o uso de outras formas de resolver conflitos que não a violência. Os adolescentes devem ser entendidos como alvo de prevenção primária, não somente como agentes passivos, mas essencialmente como agentes ativos de mudança capazes de interiorizarem novos conhecimentos, de desconstruírem mitos, de adquirirem competências e de as utilizarem eficazmente bem como de refletir sobre os efeitos dos seus comportamentos, tomando decisões pró-ativas de mudanças com repercussões no seu mundo pessoal e comunitário. Por isso para Reforço (2018) a adolescência surge como uma fase crucial no desenvolvimento a vários níveis do indivíduo, fase esta em que é criada uma identidade, uma personalidade, e em que as crenças e comportamentos se irão definir.

De acordo com Pinto (2011) a prevenção tem como principal objetivo abordar um determinado problema antes que este ocorra e, desta forma, as estratégias desta prevenção no domínio da violência nas relações de intimidade procuram aumentar a consciência sobre o fenómeno e as suas dinâmicas e melhorar as atitudes e crenças dos jovens face à violência, de forma a mudar positivamente o seu comportamento e torná-los mais autónomos e capazes de se defenderem. Segundo Matos et al. (2006), no contexto da violência no namoro, a prevenção deverá ser feita a um nível primário, trabalhando com indivíduos que não tiveram contato com realidades violentas ou experiências de vitimização, mantendo-se nessa condição ou a um nível secundário, sendo operacionalizada com indivíduos em que se verifica um risco maior de se tornarem vítimas nas suas relações de intimidade. Numa outra definição, Pinto (2011) afirma que a prevenção pode ser definida segundo o tipo de população a que se designa, sendo assim: (1) universal – quando é dirigida à população em geral, independentemente do nível de risco; (2) seletiva – direcionada a grupos de indivíduos em maior risco do que a população em geral; (3) indicada – destinada à intervenção junto de grupos de alto risco.

Os resultados alcançados nesta investigação reforçam a necessidade de se continuar a investir na prevenção e combate à violência no namoro mais precocemente, e não somente a partir do ensino secundário. Consideramos que a faixa etária correspondente ao ensino básico merece mais atenção por serem idades em que se iniciam as primeiras relações amorosas e o primeiro contacto com relacionamentos, sejam estes saudáveis ou violentos, podendo educar-se e treinar-se comportamentos futuros. A intervenção deverá ser realizada sobretudo ao nível da

conscientização sobre a violência no namoro e as suas dinâmicas, da desconstrução das crenças legitimadoras da violência e da promoção da cultura de não-violência, direitos humanos, empatia e não discriminação, contribuindo assim, para informar, sensibilizar e (re)educar os jovens para relações saudáveis e estratégias de resolução de conflitos adaptativas e assertivas. Por outras palavras, o foco será o aumento da literacia sobre este fenómeno pois “só com informação/conhecimento os adolescentes terão capacidade para promover e desenvolver comportamentos saudáveis nas suas relações de intimidade no namoro” (Ventura, 2014, p. 103).

Nesta perspetiva, o Educador Social pode desempenhar um papel ativo no desenho e implementação de programas de prevenção por se tratar de um agente que intervém em múltiplas realidades sociais, estabelecendo uma relação de proximidade, respeito e empatia para com o outro. Este profissional tem capacidade para promover mudanças, consolidadas em ações que promovem e treinam competências nos jovens para a adoção de comportamentos não violentos. Especificamente, o Educador Social pode intervir em diferentes dimensões: (1) prevenção primária, trabalhando com jovens que nunca sofreram de violência, com o intuito de reduzir a incidência; (2) prevenção secundária, intervindo com indivíduos que estão em risco de se tornarem vítimas ou agressores; (3) prevenção terciária, com indivíduos que já foram vítimas de violência no namoro, procurando reduzir o impacto da violência e evitar uma nova vitimação (Matos et al., 2006; Santos & Murta, 2016). Assim, o Educador Social pode atuar como agente de transformação junto dos adolescentes e em contexto escolar, pelo que se torna essencial a sua integração em equipas multidisciplinares que implementam programas de prevenção da violência no namoro, sempre atento aos requisitos e as boas práticas neste tipo de intervenção. Especificamente, Nascimento (2019) refere que os programas de prevenção devem: (1) atuar nos vários domínios sociais do indivíduo como a família, o grupo de pares, a escola e a comunidade; (2) reconhecer o impacto social e do contexto no desenvolvimento dos jovens; (3) agregar fatores de risco e fatores de proteção e não optar apenas por uma destas dimensões na intervenção, pois os fatores de proteção moderam os efeitos negativos referentes aos fatores de risco.

Por outro lado, importa ressaltar que só se deverão implementar programas de prevenção depois de dar voz ao público-alvo envolvendo-o como agentes ativos, e neste caso, os adolescentes desta investigação foram ouvidos (Nascimento, 2019). Sendo essa uma das boas práticas que constam do *Guia de Requisitos Mínimos para Programas e Projetos de Prevenção Primária da Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica*, publicado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG, 2020), tomámos a opção metodológica de atuar em contexto escolar para ouvir os adolescentes através do *focus group*. Para além deste requisito,

estão plasmados neste instrumento mais seis, que devem ser cumulativamente cumpridos para garantir a eficácia e eficiência da intervenção: (1) os programas/projetos de prevenção primária da violência contra as mulheres e da violência doméstica dirigidos a crianças e jovens devem privilegiar a intervenção em contextos infantis e juvenis, destacando-se as creches, jardins de infância, escolas, instituições de Ensino Superior e associações juvenis; (2) estes programas/projetos devem implicar uma intervenção predominantemente prática assente em metodologias pedagógicas adequadas à idade, em espaços dentro ou fora da escola criados para o efeito, e com recurso a métodos ativos e participativos, sendo algumas das sugestões os debates, filmes, grupos de discussão, meios digitais e role-play, outros; (3) devem promover os Direitos Humanos, a igualdade e a não discriminação, ou seja, a intervenção com crianças e jovens deve assentar no respeito pela individualidade, diversidade e pelo desenvolvimento cognitivo e emocional desta população, promovendo relacionamentos saudáveis e não violentos, assentes em conteúdos de Direitos Humanos, igualdade e não discriminação; (4) devem intervir sobre a violência no namoro, isto porque, o período da adolescência é favorável a intervenções preventivas da violência pelo que a intervenção deve centrar-se nos relacionamentos positivos, assentes em princípios de cooperação, comunicação, empatia, resolução de conflitos através da não-violência, igualdade e não discriminação; (5) devem assegurar que a intensidade e a consistência da sua intervenção são ponderadas em função da idade e desenvolvimento cognitivo e sócio emocional das crianças e/ou jovens, sendo que uma intervenção intensiva deverá implicar um número mínimo de sessões entre 6 e 10 sessões, bem como uma execução temporal periódica, regular e previamente calendarizada; (6) devem integrar uma abordagem com base nos conhecimentos, atitudes e comportamentos das crianças e jovens, ou seja, a intervenção deve implicar um respeito pelas conceções das crianças e jovens e promover a sua desconstrução a partir dos seus próprios discursos e da análise das realidades em que vivem. Posteriormente deve centrar-se a abordagem na reconstrução coletiva de comportamentos e atitudes promotores da igualdade, não discriminação e não-violência (CIG, 2020).

Partindo desta reflexão, identificamos algumas das potencialidades desta dissertação, para além de ter recolhido os dados em contexto escolar, para que fosse possível identificar as perceções dos adolescentes sobre o fenómeno da violência no namoro e sobre a sua prevalência numa escola do interior norte do País, num contexto maioritariamente rural. Da pesquisa efetuada percebemos que não existem estudos diferenciados em função dos territórios, à exceção do conduzido por Magalhães em 2021, o que mais pertinente tornou esta investigação uma vez que a dimensão social e comunitária influencia a aquisição e construção de crenças sobre este fenómeno, como anteriormente explanado.

Outra inovação relativamente à metodologia adotada nesta dissertação refere-se à técnica de recolha de dados, através do *focus group*. Frequentemente este objeto de estudo é investigado através da aplicação de escalas de crenças e questionários de autorrelato, respondidos anónima e individualmente, isolando-se aqui a variável pares num fenómeno com uma grande componente social e cultural e numa faixa etária onde o grupo de pares e amigos assumem particular influência, pelo que nos fez sentido seguir um caminho diferente na recolha dos dados: o *focus group*.

Em suma, tendo alcançado resultados relevantes para a compreensão da violência no namoro em geral, e dos discursos dos adolescentes, em particular, esta dissertação contribuiu para clarificar o diagnóstico de necessidades e boas práticas na implementação de um futuro projeto de prevenção.

Referências bibliográficas

- Aguinha, R. (2013). *APTUS – Programa de Prevenção da Violência nas Relações de Intimidade Juvenil: da implementação à avaliação*. [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/7650>
- Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. (1.ª ed.). Universidade Alberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/2028>
- Aldrichi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6 (1), 105- 120. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v6n1/v6n1a09.pdf>
- Almeida, E. (2012). *Programa breve de sensibilização/Prevenção da violência no namoro*. [Trabalho de Licenciatura, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/3389>
- Almeida, T. (2008). Fatores que influenciam o desenvolvimento do namoro. *Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social*, 543-554. Departamento de Psicologia Clínica – IPUSP.
- Alves, M. (2011). *Violência contra a mulher nas relações de intimidade. Fatores cognitivos e culturais*. [Tese de mestrado em Ciências forenses]. Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/82845>
- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. (3.ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1390-1>
- António, R. & Arco, J. (2021). Educação social e desenvolvimento local: que contributos? O Projeto n(d)o Município de Almodôvar. In Barros, R., & Fragoso, A (Coords.). *Investigação em Educação Social – prática e reflexão*: (Pp. 101-115). *Vol. II*. Universidade do Algarve. <https://doi.org/10.34623/npza-sf56>
- Antunes, O. (2016). *Violência nos relacionamentos íntimos em estudantes universitários*. [Dissertação de mestrado, Escola De Psicologia e Ciências da Vida]. Repositório Científico Lusófono. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/7152>
- Araújo, H. (2013). *Violência nas relações de namoro: das motivações inerentes ao comportamento abusivo* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/3934>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2011). *Manual crianças e jovens vítimas de violência: compreender, intervir e prevenir* (2.ª ed.). APAV
- Baptista, A. (2012). *Estudo de caso de uma mulher sujeita a violência conjugal psicológica, com crenças de amor romântico e uma história de violência interparental*. [Tese de mestrado em Psicologia Clínica. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. Repositório do ISPA. <http://hdl.handle.net/10400.12/2258>

- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Barros, S. (2014). *Violência nas relações de namoro juvenis e ideação e comportamentos suicidas*. [Dissertação de mestrado, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar]. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77907/2/33939.pdf>
- Bittar, D., & Nakano, A. (2017). Violência simbólica entre adolescentes nas relações afetivas do namoro*. *Revista Da Escola De Enfermagem Da USP*, 51 (0). <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017003003298>
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação Uma introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto Editora.
- Caldeia, C. (2012). *Perfil Psicopatológico de Agressores Conjugais e Fatores de Risco*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas]. Repositório Digital da Universidade da Beira Interior. <http://hdl.handle.net/10400.6/3891>
- Canastra, F. & Malheiro, M. (2009). *O papel do educador social no quadro das novas mediações socioeducativas*. In Atas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, Universidade do Minho, Braga (pp. 2024-2033).
- Caregnato, R. & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto contexto enferm*, 15, (4), 679-684. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à Perpetração. *Análise Psicológica*, 24 (4), 485-493. <https://doi.org/10.14417/ap.541>
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Edições Almedina.
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). *Violência Sexual no Namoro: Relevância da Prevenção*. *Psicologia*. Vol. 32, nº 1, (Pp. 77-104).
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, XXVII(1), 91- 108.
- Caridade, S., Pereira, R., & Soeiro, C. (2018). O papel da escola no controlo da violência no namoro: perceções dos agentes educativos. *Revista Portuguesa De Investigação Educacional*, (18), 111-133. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2018.3456>
- Caridade, S., Saavedra, R., & Machado, C. (2012). Práticas de prevenção da violência nas relações de intimidade juvenil: Orientações gerais. *Análise Psicológica*, 30 (1), 131- 142.
- Carlomagno, M. & Rocha, L. (2016). Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista electrónica de Ciência Política*, 7 (1), 173188. <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45771>
- Carvalho, C. (2011). *Cyberstalking: Prevalência na população universitária da Universidade do Minho*. [Dissertação de mestrado, Escola de Psicologia]. Repositório da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/18638>

- Carvalho, R. (2010). *Amores em (des)construção. Práticas e representações de Jovens sobre o amor e as relações amorosas*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa]. Consultado em <https://tinyurl.com/y7los3lr>
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2020). *Guia de Requisitos Mínimos para Programas e Projetos de Prevenção Primária da Violência contra as Mulheres e Violência Doméstica* (1.ª ed., Pp. 44-48). CIG. Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade. https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/07/17220_GUIA_REQUISITOS_MINIMOS.pdf
- Correia, F. (2015). A Escola: Espaço de intervenção do Técnico Superior de Educação Social. *Praxis Educare Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social, Semestral* (2). <http://www.aptses.pt/wp-content/uploads/2019/12/PRAXIS-EDUCARE-n.%C2%BA-2-2015.pdf>
- Correia, F., Martins, T., Azevedo, S., & Delgado, P. (2014). A educação social em Portugal: novos desafios para a identidade profissional. *Interfaces Científicas - Educação*, 3(1), 113–124. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2014v3n1p113-124>
- Couto, J. (2013). *Crenças, distorções cognitivas e violência em relações de namoro*. [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/6245>
- Cristóvão, C. (2012). *Quanto mais me bates mais gosto de ti: um estudo exploratório sobre a violência no namoro* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. Repositório do ISPA. <http://hdl.handle.net/10400.12/2310>
- Direção Geral de Saúde. (2016). *Violência Interpessoal - Abordagem, Diagnóstico e Intervenção nos Serviços de Saúde* (2ª ed.). Lisboa: DGS. https://www.dgs.pt/accao-de-saude-paracrianças-e-jovens-em-risco/ficheiros-externos/violencia_interpessoal-pdf.aspx
- Dixe, M. A., Rodrigues, A. L., Freire, C., Rodrigues, G., Fernandes, M. & Dias, T. (2010). *A violência de género na relação de namoro em estudantes do ensino superior: práticas e comportamentos de violência*. In Comunicação apresentada no VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Leiria: Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Leiria. Repositório IPL <http://iconline-ipleiria.pre.rcaap.pt/handle/10400.8/334>
- Duarte, C. (2019). *Violência no Namoro: Taxa de incidência em estudantes universitários*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/8315>
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, 24, 213– 225. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>
- Espinar-Ruiz, E. (2007). Las raíces socioculturales de la violencia de género. *Escuela abierta: Revista de Investigación Educativa*, ISSN 1138-6908, Nº 10, 2007, (Pp. 23-48)
- Félix, D. (2012). *Crenças de legitimação da violência de género e efeitos de campanhas de prevenção: um estudo exploratório* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa]. <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6891>

- Ferreira, M. (2011). *A violência no namoro: estudo exploratório de caracterização das reações dos adolescentes face à violência* [Dissertação de mestrado, Escola de Psicologia]. Repositório da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/18651>
- Fonseca, C. (2015). *Violência no namoro e atitudes associadas: Estudo comparativo entre adolescente institucionalizados e adolescentes não institucionalizados*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra]. Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/31902>
- Freitas, C. (2015). *A submissão associada à violência no namoro um contributo para a promoção de competências sociais e emocionais*. [Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências da Educação]. Repositório da Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/3517>
- Galego, C., & Gomes, A. (2005). Emancipação, ruptura e inovação: o “focus group” como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, (5). <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1012>
- Garrido, F. (2020). *A relação entre as práticas parentais e a violência no namoro*. [Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia e Ciências da Educação]. Repositório das Universidades Lusíadas. <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/5826>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gomes, C., Fernando, P., Ribeiro, T., Oliveira, A. & Duarte, M. (2016). *Violência doméstica: Estudo aplicativo das decisões judiciais*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. <https://tinyurl.com/y8ywkj9e>
- Gomes, J., Ricardo, C., Figueiral, S., & Fonseca, M. (2015). Quais os fatores associados à violência no namoro? Conference: I Congresso Internacional de Investigação em Saúde da Criança ““Refletir o presente... Projetar o futuroRefletir futuro””, Braga. <https://www.researchgate.net/publication/305591929> Quais os fatores associados a violencia no namoro
- Gomes, L. (2017). *Violência no Namoro na Adolescência*. [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Saúde de Viseu]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu. <http://hdl.handle.net/10400.19/4531>
- Gonçalves, A. (2014). *Violência no namoro: uma investigação com alunos/as do 9º ano de escolaridade*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho Instituto de Educação]. Biblioteca da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/35875>
- Gonçalves, M. (2013). *Namoro na adolescência: atitudes de legitimação de violência e estratégias de resolução de conflitos em adolescentes nos Açores*. [Dissertação de mestrado, Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/2770>
- Guerra, P. & Gago, L. (2016). *Violência Doméstica implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno Manual Pluridisciplinar*. Centro de Estudos Judiciários.

- Guerreiro, A., Pontedeira, C., Sousa, R., Magalhães, M., Oliveira, E. & Ribeiro, P. (2015). *Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as jovens*. Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/78885>
- Guerreiro, D. (2016). *Violência no namoro: avaliação e as estratégias de enfrentamento de vítimas e agressores*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9051>
- Guimarães, S. P. & Campos, P. (2007). Norma Social Violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 188196. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000200003>
- Justo, J. (2005). O “Ficar” na adolescência e os paradigmas do relacionamento amorosos na contemporaneidade. *Revista do Departamento de Psicologia de UFF*. Vol.17, nº1 (Pp. 61-77)
- Leitão, M. (2013). Violência nas Relações de Intimidade. In M. Leitão, M. Fernandes, J. Fabião, M. Alegre de S, C. Veríssimo & M. Dixe (Coords.). *Prevenir a Violência no Namoro - n (amor) o (im) perfeito - Fazer diferente para fazer a diferença* (Pp. 23-42).
- Lopes, A. I. S. (2014). *Afetos, desafetos e abuso relacional na adolescência* [Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Viseu, Viseu]. <https://tinyurl.com/y992v3lo>
- Machado, L. (2010). *Crenças e Representações Sociais dos Adolescentes sobre a Violência Interpessoal*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária. Universidade Fernando Pessoa do Porto]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/1567>
- Magalhães, M (coord.). (2017). Violência no Namoro: Resultados Nacionais apontam a gravidade do problema. UMAR. http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/Relatorio_de_ImprensaFinal.pdf
- Magalhães, M (coord.). (2021). Resultados dos Distritos e das Regiões Autónomas do Estudo Nacional sobre Violência no Namoro. UMAR. http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/INFO_ARTEMIS_UMAR_2021.pdf
- Magalhães, M (coord.). (2019). Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro. UMAR. http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/Estudo_Nacional_VN_2019_da_UMAR.pdf
- Magalhães, M (coord.). (2020). Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro. UMAR. http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/VN_2020_NACIONAL.pdf

- Manita, C. Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir, Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio à Vítima*. Comissão para a cidadania e igualdade de género. Presidência do Conselho de Ministros. https://www.researchgate.net/publication/279920584_Violencia_Domestica_Compreender_para_Intervir_-_guia_de_boas_praticas_para_profissionais_de_instituicoes_de_apoio_a_vitimas
- Manzini, E. (2012). Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. *Revista Percurso*, v. 4, n. 2, p. 149-171. <http://hdl.handle.net/11449/114753>
- Martin, V. (2012). *Adolescents e Jóvenes de Castilla - La Mancha ante la violencia de género en las relaciones de pareja*. Castilla - La Mancha: Instituto de La Mujer, 2010. ISBN 978-84-692-5714-2.
- Martins, C. (2021). *Violência no namoro: estudo com adolescentes em escolas no concelho de Cascais*. [Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. Repositório Científico da Universidade Lusófona. <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/12127>
- Martins, E. (2013). A Pedagogia social/ Educação social nos meandros da comunidade e da escola. *Educare educere*, 1, 5-24. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco. <http://hdl.handle.net/10400.11/2654>
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (1), 55-75. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872006000100005
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C. & Gaspar, T. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência* (1.ª ed.). Lisboa: Coisas de Ler Edições
- Mendes, A. (2012). *O Educador Social em Contexto Escolar Testemunho Reflexivo*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação e Psicologia]. Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/15473>
- Mendes, E., & Cláudio V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho, 3219-3230. [Mestrado, Instituto Politécnico de Viseu]. <https://tinyurl.com/y992v3lo>
- Minayo, M. C. d. S. (2001). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 18. <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisasocial.pdf>
- Mirrado, A. (2014). *A Rutura das Relações Amorosas em Adolescentes e Estudante Universitários*. [Dissertação de mestrado, Escola de Ciências Sociais]. Universidade de Évora.

- Monteiro, A. (2015). *Avaliar Atitudes para Prevenir Comportamentos: As Atitudes dos Jovens Universitários acerca da Violência no Namoro* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/83267>
- Monteiro, M. (2013). *Prevenção da violência no namoro. Avaliação do workshop ver, pensar e agir - Projeto (O)usar & Ser laço branco* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra]. <https://tinyurl.com/y89fgyoq>
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22 (37), 7-32.
- Morais, C. (2013). *Investigação: Do problema aos resultados*. Instituto Politécnico de Bragança.
- Morais, L. (2015). *A Natureza do Amor Romântico*. [Dissertação de mestrado, Escola de Psicologia e Ciências da Vida]. Repositório Científico da Lusófona. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/7222>
- Moura, G. A. (2012). *Violência no namoro e estilos parentais na adolescência: Compreensão das atitudes face à violência nas relações de namoro em adolescentes e a relação com a sua percepção dos estilos parentais* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário das Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. Repositório do ISPA. <http://hdl.handle.net/10400.12/2280>
- Nardi, S. C. S. & Benetti, S. P. C. (2012). Violência conjugal: estudo das características das relações objetais em homens agressores. *Boletim de Psicologia*, 62 (136), 53-66. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0006-59432012000100006&lng=pt&nrm=isso
- Nascimento, M. (2019). *Violência nas relações de namoro: prevenção em contexto escolar*. [Dissertação de mestrado Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti]. Repositório da ESEPF. <http://hdl.handle.net/20.500.11796/2834>
- Neto, F. (2000). *Psicologia Social*. Lisboa: Universidade Aberta
- Neves, S., Ferreira, M., Abreu, A., Borges, J., & Topa, J. (2021). Observatório da Violência no Namoro – Resultados de 2020. Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade: Associação Plano i. https://drive.google.com/file/d/1udsjKrq_ulQWD7h1pMA5KBkM5aLxQncq/view
- Oliveira, J. (2011). *Violência no Namoro: Adaptação de um Programa de Prevenção em Jovens Universitários*. [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. Repositório Digital da Universidade da Beira Interior. <http://hdl.handle.net/10400.6/2728>
- Oliveira, M. (2009). *Violência intergeracional: da violência na família à violência no namoro*. [Dissertação de mestrado em Ciências Forenses]. Universidade do Porto.

- Oliveira, M., & Sani, A. (2009). *Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas*. Trabalho apresentado em VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia, In Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia, Braga.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2006). *Desenvolvimento Humano* (8.^a ed.). Artmed.
- Pereira, M. (2016). *A educação social e a violência doméstica: estudo exploratório na associação portuguesa de apoio à vítima* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação e Comunicação]. Repositório da Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/9987>
- Pérez Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projectos Sociais. Casos Práticos. Coleção Educação E Trabalho Social*, nº7. Porto: Porto Editora
- Pinheiro, I. (2016). *Vítimas de violência no namoro: dos fatores inerentes aos pedidos de ajuda* [Grau de Licenciatura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/5567>
- Pinheiro, I. (2019). *Pedido de ajuda em vítimas de violência no namoro: das barreiras, motivações e fontes de revelação*. [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/7522>
- Pinto, T. (2011). *Concepção de um Programa de Prevenção da Violência nas Relações de Intimidade Juvenis em Contexto Escolar* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/4546>
- Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. (2015). *Lei n.º 166/99, de 14 de setembro*.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (2012). *Manual SARAR - Sinalizar, Apoiar, Regista, Avaliar, Registrar: Uma proposta de Manual para profissionais de saúde na área da violência familiar / entre parceiros íntimos*. Coimbra: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. <https://www.cig.gov.pt/siic/wp-content/uploads/2015/01/Manual-SARARsite.pdf>
- Reforço, R. (2018). *Na escola... - uma estratégia na prevenção na violência no namoro*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Évora. <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23448>
- Ribeiro, M. & Sani, A. (2008). As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto. ISSN 1646-0502. 5 (2008) 176-186. <http://hdl.handle.net/10284/909>
- Ribeiro, M. C.O, & Sani, A. I. (2009). Risco, Proteção e Resiliência em situações de violência. *Revista da Faculdade de*

Ciências da Saúde, 6, 400-407. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/1294>

- Ribeiro, P. (2013). *A dimensão juspsicológica da violência no namoro: Um estudo*. [Dissertação de mestrado, Escola de Psicologia e Ciências da Vida]. Repositório Científico Lusófono. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/6016>
- Rodríguez-Santero, J.; M. A. García-Carpintero Muñoz y A. M. Porcel Gálvez. (2017). “Los estilos de amor en estudiantes universitarios. Diferencias en función del sexo - género”. *Revista Internacional de Sociología* 75 (3): e073. doi: <http://dx.doi.org/10.3989/ris.2017.75.3.15.171>
- Sá, M., Ventura, M. & Veríssimo, C. (2013). Intervenções de Prevenção Primária da Violência no Namoro. (Coords.) M. Leitão, M. Fernandes, J. Fabião, M. Alegre de S, C. Veríssimo & M. Dixe). *Prevenir a Violência no Namoro - n (amor) o (im) perfeito - Fazer diferente para fazer a diferença* (Pp. 43-69).
- Saavedra, V., & Machado, C. (2012). Programas de prevenção primária da violência nos relacionamentos íntimos: da prática internacional à prática nacional. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, 4(1): 65-93. http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/962/1/rpca_v4_n1_4.pdf
- Santos, A. (2014). *Violência no namoro em jovens que vivenciam pobreza e exclusão social*. [Dissertação de mestrado em Psicologia Escolar e da Educação]. Repositório Científico do ISMAI <http://hdl.handle.net/10400.24/343>
- Santos, A. (2019). *A Influência do Amor na Violência no Namoro em Estudantes do Ensino Superior*. [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.21/9901>
- Santos, E. (2015). *Intervenção Social na Violência no Namoro: Estratégias de Prevenção*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]. Repositório Científico Lusófona. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/6824>
- Santos, K. & Murta, S. (2016). *Influência dos pares e educação por pares na prevenção à violência no namoro*. *Psicologia: Ciências e Profissão*, 36 (4), 787-800. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000272014>
- Santos, R. C. da S., Silva, A. da C. T. e, & Jesus, M. P. de. (2016). O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa em educação: aspectos éticos e epistemológicos. *Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional*, 9(1). <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/2395>
- Santos, R., Custódio, L., & Dias, M. (2017). O amor e os relacionamentos na adolescência: considerações psicanalíticas. *O Portal Dos Psicólogos*, 1-15. <https://url.gratis/iJ9BV>
- Silva, G. R. F., Macêdo, K. N. de F., Rebouças, C. B. de A., & Souza, Â. M. A. e. (2006). Entrevista como técnica de

pesquisa qualitativa. *Online Brazilian Journal of Nursing*, 5(2), 246–257.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361453972028>

Silva, I. S., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, (26). <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4703>

Silva, M. (2017). *Violência no namoro: estudo com adolescentes de uma Escola Secundária de Bragança*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança]. Biblioteca Digital do IPB. <http://hdl.handle.net/10198/14680>

Silveira, D. T., & Gerhardt, T. E. (2009). *Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil-UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS*. Porto Alegre: Editora da UFRGS

Simões, M. (2015). *Namoro e violência no namoro: Concepções e percepções dos jovens em função do género* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra]. Repositório Científico da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. <http://repositorio.esenfc.pt/?url=8UooS4Ij>

Sousa, C. (2018). *A violência doméstica e as implicações sócio-laborais* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia e Gestão]. Repositório da Universidade dos Açores. <http://hdl.handle.net/10400.3/4821>

Teixeira, S. (2015). *Violência Física no Namoro em Jovens Universitários*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real].

Ventura, M. (2014). *Violência no Namoro: Crenças e Autoconceito nas Relações Sociais de Género. Modelo de Intervenção em Enfermagem*. [Tese de Doutoramento]. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. <https://hdl.handle.net/10216/78362>

Ventura, M., Ferreira, M. & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista da enfermagem referência*, III Série (11), 95-103.
<http://dx.doi.org/10.12707/RIII12120>

Viegas, I. (2015). A Escola: Espaço de intervenção do Técnico Superior de Educação Social. *Praxis Educare Revista da Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social, Semestral* (2). <http://www.aptses.pt/wpcontent/uploads/2019/12/PRAXIS-EDUCARE-n.%C2%BA-22015.pdf>

Xavier, C., Rodrigues, P., & Saraiva, S. (2014). *Igualdade + Qualidade e Igualdade em Contexto Escolar*. Associação Humanitária de Mulheres Empreendedoras. (Pp 55-68).

Anexos

Anexo I – Termo de consentimento livre e esclarecido dirigido ao Diretor do Agrupamento de Escolas



Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas:

Eu, Maria Clotilde Ferreira da Costa, aluna do 2º ano de Mestrado em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, encontro-me atualmente a desenvolver uma Dissertação de Mestrado intitulada “*Violência nas relações de intimidade: refletir a problemática com adolescentes*” sob orientação científica da Professora Mestre Teresa Fernandes.

A dissertação tem como principais objetivos: (1) Identificar as perceções que os adolescentes têm sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade; (2) Explorar as crenças que os adolescentes possuem acerca da perpetuação da violência; (3) Analisar os discursos dos adolescentes sobre as causas da violência nas relações de intimidade; (4) Sistematizar as perceções dos adolescentes sobre as consequências decorrentes da experiência de vitimação.

Venho por este meio solicitar a Vossa Excelência, autorização para proceder à aplicação de uma entrevista *focus group*, em contexto sala de aula, com os alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico, mais especificamente com duas turmas de 8.º anos, com o objetivo de recolher dados que me permitam concretizar o estudo empírico da minha Dissertação. A realização do *focus group* será gravada em formato áudio, as informações obtidas serão confidenciais, e exclusivamente para fins científicos e será assegurado o respeito pelos princípios éticos. A participação dos alunos na investigação é voluntária e devidamente autorizada pelo encarregado de educação.

Atendendo ao regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD – Regulamento 2016/679 de 27 de abril) sublinhamos que, nos trabalhos desenvolvidos, não serão divulgados quaisquer nomes e dados dos participantes. Agradeço desde já a colaboração prestada, e, disponibilizo-me para qualquer esclarecimento adicional através do contato: [REDACTED]

Bragança, ___ de _____ de 2021

Com os melhores cumprimentos,

(Professora Mestre Teresa Fernandes)

(Dra. Maria Clotilde Ferreira da Costa)

Anexo II – Termo de consentimento livre e esclarecido dirigido aos Encarregados de Educação



Exmo./a Sr./a Encarregado/a de Educação:

Encontro-me atualmente a desenvolver uma Dissertação de Mestrado intitulada “*Violência nas relações de intimidade: refletir a problemática com adolescentes*”.

Venho por este meio solicitar-lhe, autorização para a participação do seu educando na implementação de uma entrevista no grupo turma, em contexto sala de aula, e gravada em formato áudio. As informações obtidas através desta metodologia serão exclusivamente destinadas a fins científicos e a participação do seu/sua educando/a é voluntária e anónima. Será cumprido o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD – Regulamento 2016/679, de 27 de abril).

Agradeço a colaboração prestada, disponibilizo-me para qualquer esclarecimento através do contacto: [REDACTED]

Eu, _____, na qualidade de encarregado/a de educação, após ter sido devidamente informado/a sobre todos os objetivos e procedimentos do estudo científico intitulado “*Violência nas relações de intimidade: refletir a problemática com adolescentes*”, autorizo a participação do meu/minha educando/a _____ da turma de 8.º ano, na realização deste estudo através do método de uma entrevista no grupo turma, em contexto sala de aula, com gravação em áudio para que a mesma possa ser utilizada para futura análise do seu conteúdo, exclusivamente para fins académicos.

Assinatura



Parte I: Contextualizar a investigação e os objetivos; Certificação de confidencialidade; Solicitação de autorização para gravar a entrevista em áudio.

Bem-vindos a esta sessão. Antes de mais, gostaria de agradecer a vossa colaboração e participação na presente entrevista. O meu nome é Maria Costa e vou ser a moderadora da entrevista *focus group*, que foi elaborada no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida pelo Instituto Politécnico de Bragança, e tem como principais objetivos:

- (1) *Identificar as perceções que os adolescentes têm sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade;*
- (2) *Explorar as crenças que os adolescentes possuem acerca da perpetuação da violência;*
- (3) *Analisar os discursos dos adolescentes sobre as causas da violência nas relações de intimidade;*
- (4) *Sistematizar as perceções dos adolescentes sobre as consequências decorrentes da experiência de vitimação.*

A entrevista é anónima e confidencial e os dados fornecidos destinam-se exclusivamente a fins académicos. Antes de começar a entrevista devem autorizar a vossa participação e a gravação da mesma em formato áudio, para depois ser transcrita e analisada.

Parte II: Dados sociodemográficos do/as participantes

Gostaria de vos fazer algumas perguntas para uma caracterização individual dos participantes desta investigação.

1. Idade
2. Sexo
3. Ano de escolaridade
4. Tens ou já tiveste uma relação de namoro?

Parte III: Percepções dos adolescentes sobre a prevalência da violência nas relações de intimidade

1. Como descrevem a violência no namoro?
2. Na vossa opinião com que frequência acontece a violência no namoro? E porquê?
3. Que tipos de violência podem acontecer no namoro?
4. Desses tipos de violência que identificaram quais são os mais frequentes? E os menos?
5. Consideram que existe violência no namoro na vossa escola? Conhecem algum caso?

Parte IV: Crenças relativas à perpetuação da violência nas relações de intimidade

1. Na vossa opinião, há circunstâncias ou variáveis que podem justificar a violência no namoro?
2. O que pensa o agressor?
3. O que pensa a vítima?
4. Como são construídos estes pensamentos?

Parte V: Causas da violência nas relações de intimidade

1. Na vossa opinião, o que leva o adolescente agressor a usar a violência na sua relação de namoro?
2. E por outro lado, o que leva a vítima adolescente a manter a relação abusiva?

Parte VI: Consequências decorrentes da experiência de vitimação

1. Na vossa opinião quais são as consequências para as vítimas de violência no namoro?
2. E quais são as consequências para o agressor?

Parte VII: Questões de Finalização

1. Dando a entrevista por terminada, querem acrescentar alguma questão relacionada com este tema que considerem importante, e que não tenha sido abordada?

Mais uma vez, obrigada pela vossa colaboração.

Anexo IV – Tabela com as categorias das entrevistas

Tabela 2. *Categorias, Subcategorias, Indicadores e Excertos das entrevistas*

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Excertos
1. Percepções sobre a Violência no Namoro	<i>1.1. Conceito de violência no namoro</i>	<i>Conceptualizações e descrição dos adolescentes sobre a violência no namoro;</i>	<p>A1: “maltratos físicos, psicológicos e também chamar nomes, insultar e agredir fisicamente”</p> <p>A2: “no meu ponto de vista é agredir e podem ser agressões mútuas”</p> <p>A3; A4; A5: “agressão ao parceiro”</p> <p>A6: “desrespeito com o parceiro”</p> <p>A7: “é estar numa relação que não é saudável”</p> <p>B1: “é quando um rapaz maltrata uma rapariga no sentido de não aceitar a maneira de ela ser e agir”</p> <p>B2: “é quando o parceiro de namoro não aceita que o outro parceiro/parceira e não gosta com quem este anda”</p> <p>B3: “é quando o companheiro julga o outro companheiro”</p> <p>B4: “é quando um companheiro maltrata de qualquer das formas o outro e o subjuga”</p> <p>B5: “ciúmes e outros é pelas namoradas se vestirem de certa forma e não gostam”</p> <p>B6: “é quando não gostam da pessoa por exemplo, entram no namoro e depois não querem saber mais dela”</p> <p>B7: “é quando o companheiro se acha superior e subjuga por exemplo a cultura ou a religião da outra”</p> <p>B8: “é quando um companheiro não gosta das atitudes do outro e se sente com o poder de poder mandar no que o outro faz”</p>

			<p>B9: “é quando o companheiro não gosta da outra pessoa”</p> <p>C1; C2; C3: “é quando um companheiro maltrata ou julga o outro companheiro”</p> <p>C4: “é mau e pode trazer consequências negativas e podem ser agressões mútuas”</p> <p>C5: “é quando um dos companheiros não aceita o outro e lhe impõe regras”</p> <p>C6: “é quando um companheiro abusa fisicamente ou mentalmente do outro companheiro”</p> <p>D1: “é quando um companheiro independentemente do género tem atitudes más como a violência física ou verbal com o outro companheiro”</p> <p>D2: “é quando um companheiro maltrata fisicamente, verbalmente e psicologicamente o outro companheiro e pode ocorrer violência de forma mútua”</p> <p>D3: “tanto pode ser física como psicológica e nessa relação onde há violência não há confiança, não há respeito e um dos parceiros tenta minimizar o outro trazendo aspetos negativos para esse. Aspetos negativos de autoestima, confiança, entre outros”</p> <p>D4: “é quando se sente ciúmes pela outra pessoa”</p>
2. Prevalência	<i>2.1 Frequência da violência no namoro</i>	<i>Frequência percebida sobre a ocorrência de violência no namoro;</i>	<p>A1; A2; A4; A5; A6: “raramente”</p> <p>A3; A7; A8: “frequentemente”</p> <p>B1; B2; B6; B7: “raramente”</p> <p>B3; B4; B5; B8; B9; B10: “frequentemente”</p>

			<p>C1: <i>“tem tendência a subir cada vez mais”</i></p> <p>C2: <i>“acontece constantemente”</i></p> <p>C3; C4; C5; C6; C8; C10: <i>“acontece com frequência”</i></p> <p>C7: <i>“acontece mais ou menos em 1 em 10 pessoas ou até menos”</i></p> <p>C9: <i>“pode acontecer todos os dias”</i></p> <p>D1; D2; D3; D4; D6; D9; D10; D11: <i>“acontece frequentemente”</i></p> <p>D5: <i>“a violência física não é muito frequente, mas a violência psicológica pode acontecer mais vezes”</i></p> <p>D7; D8: <i>“acontece muitas vezes”</i></p>
	2.2 Fatores desencadeadores	Fatores de risco, acontecimentos ou variáveis que antecedem os atos violentos;	<p>A1: <i>“desentendimentos, ou depende das pessoas também, normalmente podem ser pessoas com personalidades mais agressivas”</i></p> <p>A2: <i>“ameaças ou insultos”</i></p> <p>A3: <i>“os parceiros podem ter ideias contrárias e um pode-se revoltar por não aceitar a ideia do outro”</i></p> <p>A4: <i>“insultos”</i></p> <p>A5: <i>“ciúmes”</i></p> <p>A6: <i>“traições”</i></p> <p>A7: <i>“pode ser por ciúmes ou porque o parceiro não confia nos amigos da namorada”</i></p>

			<p>A8: <i>“porque uma pessoa da relação pensa que tem poder sobre a outra”</i></p> <p>A9: <i>“por ciúmes, porque quando a pessoa está a falar com um amigo ele pode ficar com ciúmes”</i></p> <p>B1: <i>“não sei”</i></p> <p>B2: <i>“por ciúmes e pensar que manda na relação”</i></p> <p>B3: <i>“por algumas zangas e por exemplo as más influências de ambas as partes”</i></p> <p>B4: <i>“pelos exemplos que tenham por perto, imagine os pais batiam um no outro e ele recebe essa energia e faz isso com o parceiro”</i></p> <p>B5: <i>“traições”</i></p> <p>B6: <i>“ciúmes ou porque o parceiro ter uma opinião diferente da dele”</i></p> <p>B7; B8; B9: <i>“por desentendimentos, traições, ciúmes e possessões”</i></p> <p>B10: <i>“desentendimentos e o parceiro achar que tem um poder maior sobre a outra pessoa achando assim que lhe pode bater e fazer o que quiser dela e também por ciúmes e traições”</i></p> <p>C1; C2: <i>“acho que não devia acontecer porque devemos aceitar as outras pessoas como elas são”</i></p> <p>C3: <i>“as pessoas cada vez estão a maltratar mais os seus companheiros”</i></p> <p>C4: <i>“os companheiros maltratam-se uns aos outros”</i></p> <p>C5; C6: <i>“cada um é como é e depende das pessoas e como são as pessoas”</i></p> <p>C7: <i>“porque acham a outra pessoa inferior, assim subjugando-a e achando-se superior”</i></p>
--	--	--	---

			<p>C8: <i>“porque as pessoas sentem-se no poder de puder mandar nas outras”</i></p> <p>C9: <i>“acho que é quando um trai o outro”</i></p> <p>C10: <i>“porque um se acha superior ao outro”</i></p> <p>D1: <i>“porque um quer mudar a forma de ser e agir do outro”</i></p> <p>D2: <i>“porque as pessoas podem interpretar mal as coisas e pode acabar em discussão ou em violência”</i></p> <p>D3: <i>“porque às vezes chateiam-se e pode ser também pelo companheiro andar com outra companhia, podendo haver discussões, conflitos e aí é quando há violência”</i></p> <p>D4: <i>“as pessoas têm-se tornado muito controladoras com o companheiro e têm abusado do espaço pessoal”</i></p> <p>D5: <i>“a violência psicológica é menos difícil de se ver e pode-se abusar mais facilmente do que o resto”</i></p> <p>D6: <i>“um dos companheiros pode querer impor limites sobre o outro ou até mesmo não estar preparado para um namoro”</i></p> <p>D7: <i>“o companheiro tem ciúmes de que a parceira ou parceiro esteja com outras, por exemplo estar com um amigo, e pensa que pode ser outra coisa”</i></p> <p>D8: <i>“ciúmes”</i></p> <p>D9: <i>“a vítima acaba por se reservar principalmente na nossa idade em que a noção e maturidade ainda está em formação, já o porquê dessa situação é a falta de amor, falta de respeito e falta de confiança no outro”</i></p> <p>D10: <i>“porque algumas pessoas são muito agressivas e más e ficam assim pelo percurso de vida”</i></p>
--	--	--	--

			D11: “o companheiro pode interpretar mal o outro companheiro ou pensar de forma negativa”
3. Tipologias de violência na relação de namoro	3.1. Formas de violência	Tipos de atos violentos perpetrados nas relações de namoro;	<p>A1: “verbal”</p> <p>A2; A3: “física e verbal”</p> <p>A4; A6: “física e psicológica”</p> <p>A5: “física”</p> <p>B1; B2; B3; B4; B5: “física e verbal”</p> <p>C1: “agressões físicas e insultos”</p> <p>C2: “físicas e psicológicas”</p> <p>C3; C4; C5; C6; C7; C8; C9; C10: “violência verbal, violência psicológica e violência física”</p> <p>D1; D4; D5; D6; D7; D8; D9: “violência física, violência verbal violência psicológica”</p> <p>D2: “violência física e psicologia”</p> <p>D3: “violência física e violência verbal”</p> <p>D9; D10: “violência física, violência psicológica e controle”</p>
	3.2 Incidência das tipologias de violência	Formas de agressão mais e menos frequentes nas relações de namoro;	<p>A1: A2: A3: A4: A5: A6: A7: A8: A9: “violência física”</p> <p>B1: B2: B3: B4: B5: B6: B7: B8: B9: B10: “violência verbal”</p>

			<p>C1: C2: C3: C4: C5: C6: C7: C8: C9: C10: “violência psicológica”</p> <p>D1: D2: D3: D4: D5: D6: D7: D8: D9: D10: D11: “violência psicológica”</p> <p>A1: A2: A3: A4: A5: A6: A7: A8: A9: “perseguição”</p> <p>B1: B2: B3: B4: B5: B6: B7: B8: B9: B10: “perseguição”</p> <p>C1: C2: C3: C4: C5: C6: C7: C8: C9: C10: “violência física”</p> <p>D1: D2: D3: D4: D5: D6: D7: D8: D9: D10: D11: “violência física”</p>
4. Violência no namoro em contexto escolar	4.1 Ocorrência das agressões	<i>Perceção acerca da perpetuação deste comportamento no espaço escola;</i>	<p>A1: A2: A3: A4: A5: A6: A7: A8: A9: “sim conheço”</p> <p>B1: B2: B3: B4: B5: B6: B7: B8: B9: B10: “não conheço nenhum caso”</p> <p>C1: C2: C3: C4: C5: C6: C7: C8: C9: C10: “sim conheço”</p> <p>D1: D2: D3: D4: D5: D6: D7: D8: D9: D10: D11: “não conheço”</p>
5. Crenças e atitudes envolvidas na violência	5.1 Origem e desenvolvimento	<i>Construção de pensamentos e crenças associados à violência no namoro;</i>	<p>A1: “através das pessoas mais velhas, pais, irmãos, avós e tios”</p> <p>A2: “através dos amigos, porque os amigos podem influenciar o namoro entre aquelas pessoas”</p> <p>A3: “pode haver amigos que não gostam de ver essas duas pessoas juntas e inventam coisas para fazer com que elas se separem, e um dos parceiros pode acreditar e pode ameaçar o outro”</p> <p>A4: “amigos, familiares e também a sociedade”</p> <p>A5: “a sociedade pois ainda pensam que algumas raparigas ou mulheres são feitas para criar os filhos e ficar em casa a fazer as tarefas domésticas e que são menos que os homens”</p>

			<p>A6; A7; A8: <i>“influência das pessoas que nos rodeiam, amigos e familiares”</i></p> <p>A9: <i>“amigos, sociedade e familiares”</i></p> <p>B1; B2; B8: <i>“amigos e familiares “</i></p> <p>B3: <i>“sociedade “</i></p> <p>B4: <i>“amigos, familiares e sociedade”</i></p> <p>B5: <i>“amigos e sociedade em geral porque muitas pessoas ainda pensam que o homem tem um poder maior que a mulher”</i></p> <p>B6: <i>“amigos, familiares e sociedade, por exemplo, alguém que observa violência doméstica em casa, pode achar que isso é aceitável, ou que é algo natural, porque cresceu nesse ambiente”</i></p> <p>B7: <i>“castigos à base de violência, isso também poderá influenciar para a existência de crenças para que haja violência nas relações”</i></p> <p>B9: <i>“amigos, familiares, sociedade e pessoas mais velhas”</i></p> <p>C1; C3: <i>“podem surgir porque pode pensar que a vítima é infiel, através das desconfianças ou não querer que ela ande com os amigos e proíbe-a de andar com eles e também pode ser por ciúmes”</i></p> <p>C4: <i>“o agressor tem desconfiança e superioridade sobre o outro e a vítima sente medo ou opressão, raiva e desconfiança”</i></p>
--	--	--	--

			<p>C6: <i>“o agressor pode pensar que por o companheiro andar com amigos lhe pode fazer cenas de ciúmes ou o pode estar a trair”</i></p> <p>C7: <i>“acho que o que leva a estes pensamentos do opressor é a traição principalmente e a vítima poderá pensar no medo que sente e na insegurança de pensar, será que ele vai mudar ou não?”</i></p> <p>C8: <i>“o agressor fica com ciúmes e desconfiado das atitudes do parceiro e a vítima questiona-se por ele estar a agir assim e se houver agressões frequentemente, ela começa a sentir que aquilo é o habitual do dia-a-dia dela”</i></p> <p>C9: <i>“estes pensamentos podem vir de casa, querer bater na namorada, porque vê violência doméstica em casa”</i></p> <p>D1: <i>“em casa, no grupo de amigos e também pela sociedade, porque existem muitos casos e ele pode-se habituar com isso e começar a fazer também porque algumas pessoas da sociedade vêm a violência como algo normal”</i></p> <p>D2: <i>“em casa, entre amigos, na sociedade e às vezes também na escola”</i></p> <p>D3: <i>“não sei”</i></p> <p>D4: <i>“acho que vem de casa também, se houver violência doméstica e acho que nesta sociedade há muita liberdade, então eles podem pensar que o que fazem é correto”</i></p> <p>D5: <i>“conhecerem algum familiar ou amigo que faça o mesmo e que incentive também a fazer ou a achar que é normal”</i></p>
--	--	--	---

			<p>D6: “esses pensamentos vêm muitas vezes de casa porque os pais podiam ter muitas vezes discussões à frente dos filhos”</p> <p>D7: “esses pensamentos podem ser influenciados pelas pessoas de casa, ou até por exemplo os pais de um dos companheiros praticar agressões contra o outro ou um dos companheiros pode achar que é ele que manda na relação”</p> <p>D8: “esses pensamentos, podem vir de casa, da sociedade como do grupo de amigos”</p> <p>D9: “pode vir da violência doméstica, da sociedade e do grupo de amigos”</p> <p>D10: “podem vir da pessoa em si, ela pode ter uma certa perturbação, ódio, raiva, dentro de si e vai depositar isso na vítima. Pode vir do seu ambiente familiar, em que por exemplo, os pais sofrem episódios de violência e pode vir do grupo de amigos”</p> <p>D11: “de casa”</p>
	5.2 Motivações	<p>Circunstâncias ou variáveis percebidas como legitimação do comportamento abusivo;</p>	<p>A1; A2; A 3: “às vezes pode acontecer porque uma pessoa pode estar chateada com a outra e estar de tal maneira irritada que descarrega no seu parceiro”</p> <p>A4; A5: “quando existe a influência dos pais”</p> <p>A6; A7; A8: “religião, etnia e a cultura”</p> <p>A9:” não sei”</p> <p>B1; B2; B3; B4; B5; B6; B7; B8; B9; B10: “acho que não há nenhuma razão que leve a esse tipo de coisas tão graves”</p>

			<p>C1; C2: <i>“a pessoa pode pensar que o outro é infiel”</i></p> <p>C5: <i>“o agressor pode-se sentir traído, pode ter medo que a namorada pare de gostar dele e a vítima pode sentir medo e um bocado de raiva”</i></p> <p>C3; C4; C6; C7; C8; C9: <i>“não existem razões nem motivos para haver violência no namoro”</i></p> <p>C10: <i>“acho que o agressor se sente superior, sente-se trocado e tem desconfiança”</i></p> <p>D1; D2; D3; D4; D5; D6; D7; D8; D9; D10; D11: <i>“não existem motivos para que haja violência no namoro”</i></p>
	<p>5.3 Perfil de agressor</p>	<p>Pensamentos conceptualizados acerca do agressor;</p>	<p>A1: <i>“às vezes pode sentir que está numa relação em que não pode confiar na parceira ou parceiro e que este pode estar juntamente com outra pessoa ao mesmo tempo então pensa em vingar-se”</i></p> <p>A2: <i>“o agressor pensa que tem poder sobre o parceiro”</i></p> <p>A3: <i>“não sei”</i></p> <p>A4: <i>“desconfiança”</i></p> <p>A5; A9: <i>“ciúmes”</i></p> <p>A6: <i>“ciúmes e sentir-se trocado”</i></p> <p>A7: <i>“traições”</i></p> <p>A8: <i>“traição, sentir ciúmes e manipulação”</i></p> <p>B1; B2: <i>“traição e ciúmes”</i></p>

			<p>B3: <i>“traição e insegurança”</i></p> <p>B4; B7: <i>“insegurança”</i></p> <p>B5: <i>“ciúmes, traição e insegurança”</i></p> <p>B6: <i>“ciúmes”</i></p> <p>C1: <i>“ele pode não ter consciência como pode pensar que está a fazer bem e que só ele pode ter razão nesse aspeto”</i></p> <p>C2: <i>“o agressor acha-se superior e pensa que pode mandar na outra pessoa e comandar-lhe para onde quiser e com quiser”</i></p> <p>C3: <i>“acha-se superior e tenta controlar a pessoa ao máximo sendo que isso chega a maus caminhos”</i></p> <p>C4: <i>“o agressor pode pensar que é superior e por causa dos ciúmes pode chegar a bater dela ou por outros motivos”</i></p> <p>C5: <i>“acho que ele ou ela pode-se sentir às vezes que o outro parceiro ou parceira pode estar a trair e sente-se um bocado desafiado pelos outros e tem tentação em bater no parceiro ou na parceira”</i></p> <p>C6: <i>“acho que o agressor pode pensar que está a ser traído e fazer cenas de ciúmes e então o agressor pode pensar que pode ser superior a ela ou a ele”</i></p> <p>C7: <i>“acho que o agressor pensa que é superior e por isso acha que tem o direito de bater ou insultar a sua companheira e também por razões de ciúmes e traição”</i></p> <p>C8: <i>“acho que o agressor pensa ser superior ao outro com o poder de lhe puder impor regras aos comportamentos do parceiro, sendo que não pode e não manda nisso”</i></p>
--	--	--	--

			<p>C9: <i>“quando o agressor manda nela e pensa que só ele é que pode fazer as coisas”</i></p> <p>C10: <i>“o agressor pode pensar que é superior ou que está a ser traído”</i></p> <p>D1: <i>“acho que o agressor se acha superior ou é ciumento e quer que a pessoa seja como ele quer e deseja”</i></p> <p>D2: <i>“acho que ele se acha superior e ele manda no companheiro e pode causar danos ao companheiro”</i></p> <p>D3: <i>“o companheiro pensa que ele manda em tudo e em toda a gente e por isso começa a bater e por ciúmes”</i></p> <p>D4: <i>“o agressor pensa que está a ser substituído, pode ter ciúmes de outra pessoa ou então pode ser só por não ter consciência do que está a fazer e ter um problema mental”</i></p> <p>D5: <i>“quando o agressor pensa que tem algo tipo de poder sobre o companheiro e o maltrata”</i></p> <p>D6: <i>“que provoca essa tal violência são os ciúmes e quando faz violência esteja de cabeça quente”</i></p> <p>D7: <i>“o agressor independente do género age dessa forma pois pensa que está a ser trocado ou pode estar de cabeça quente e não ter noção do que está a fazer”</i></p> <p>D8: <i>“o agressor pode achar-se superior, ter ciúmes, e pensar de forma negativa”</i></p> <p>D9: <i>“pode pensar que está a ser traído ou substituído e pensa que está a fazer o bem naquele momento, mas está sem noção”</i></p> <p>D10: <i>“ao praticar violência o agressor pode ter certas inseguranças com a sua autoconfiança, com a falta de autoconfiança em si, também por traições vindas de relações passadas, falta de noção do que está a fazer à vítima e um certo controlo e ciúmes”</i></p>
--	--	--	--

			D11: <i>“ele pode pensar que está a ser trocado e não sabe o que faz depois”</i>
	5.4. Perfil de vítima	Pensamentos conceptualizados acerca da vítima;	<p>A1; A2: <i>“sente-se mal”</i></p> <p>A3: <i>“pensa que o seu parceiro não tem confiança nela. A vítima pode ter medo ou sentir-se pressionada pelo que o companheiro faz, porque pode obrigá-la a fazer coisas que ela não quer ou querer que ela deixe de andar com os amigos porque ele tem ciúmes, e obriga-a, lançando assim pressão”</i></p> <p>A4: <i>“sente-se mal com o que o parceiro lhe está a fazer”</i></p> <p>A5: <i>“sente-se mal, medo, insegurança e depressão”</i></p> <p>A6: <i>“medo, tristeza e insegurança”</i></p> <p>A7; A8: <i>“medo”</i></p> <p>B1: <i>“vai sentir-se mal porque não vai saber porque é que está a ser assim tratada porque pode não ter feito nada e o rapaz/rapariga está a tratá-la assim sem motivo”</i></p> <p>B2: <i>“sente medo”</i></p> <p>B3: <i>“sentir medo pelas ameaças”</i></p> <p>B4: <i>“medo pelos maus-tratos físicos”</i></p> <p>B5: <i>“receio dos atos do companheiro e baixa autoestima também”</i></p> <p>C1: <i>“ela pode ter medo porque quando é agredida, rebaixa-se com receio do que ele pode vir a fazer e fica calada”</i></p>

			<p>C2: <i>“fica com medo e acaba por se esconder”</i></p> <p>C3: <i>“ela sente medo, pensa que não vai conseguir escapar dessa violência que sofre”</i></p> <p>C4: <i>“pode sentir medo, receio e normalmente pode não denunciar o parceiro ou parceira porque já é um conhecido dele”</i></p> <p>C5: <i>“pode ter medo e às vezes pode-se sentir também culpada pois pode pensar que a culpa também foi dela e pode ter medo de acusar o companheiro ou companheira porque tem medo que lhe possa voltar a fazer o mesmo”</i></p> <p>C6: <i>“sente medo e pensar que ele lhe pode fazer ainda mais mal”</i></p> <p>C7: <i>“acho que sente medo e tenta arranjar desculpas para o porquê de ela ou ele o ter feito”</i></p> <p>C8: <i>“rebaixa-se e pode ficar com medo que se o denunciar ele possa fazer pior do que já fez”</i></p> <p>C9: <i>“ela fica com medo e também tem medo de o denunciar”</i></p> <p>C10: <i>“fica com medo, e tem receio de denunciar o parceiro e esconde-se das pessoas e pode pensar que o companheiro anda com alguém”</i></p> <p>D1: <i>“ter medo, ter influência dos outros, tentar ser melhor de acordo com o que diz ou faz o companheiro e tem medo de o denunciar, pois ele pode-lhe fazer pior”</i></p> <p>D2: <i>“medo, ficar rebaixada e ter medo de andar sozinha, deixar de andar com os amigos para que o namorado não pratique mais violência com ela”</i></p> <p>D3: <i>“fica com medo e fica triste”</i></p> <p>D4: <i>“ela sente medo de fazer alguma coisa e pensar que está errada e ser agredida por causa disso e fica com receio de fazer qualquer coisa que provoque isso”</i></p>
--	--	--	---

			<p>D5: <i>“a vítima fica amedrontada, deprimida e subjugada”</i></p> <p>D6: <i>“a vítima pensa para ela, porquê é que o agressor me está a fazer isto? O que é que eu fiz de mal para me estar a fazer isto? “</i></p> <p>D7: <i>“medo, muitas vezes oculta essas agressões, pois o companheiro pode já ter ameaçado, caso ela contasse”</i></p> <p>D8: <i>“a vítima pode estar com medo e pode pensar que se o denunciar, ou falar alguma coisa sobre ele, ele lhe possa fazer pior”</i></p> <p>D9: <i>“ela fica com medo e pensa que ele pode estar a ter algum problema”</i></p> <p>D10: <i>“a vítima tornar-se-á numa pessoa mais reservada, com maior número de inseguranças, falta de confiança e pode até sujeitar-se a novos episódios de violência se não procurar ajuda ou até passar uma vida de maus tratos”</i></p> <p>D11: <i>“medo e muito receio do que ele lhe possa fazer”</i></p>
<p>6. Fatores de manutenção de uma relação abusiva</p>	<p><i>6.1 Legitimação do agressor</i></p>	<p><i>Discursos usados pelo adolescente agressor para justificar a violência;</i></p>	<p>A1: <i>“pode pensar que a que a namorada está com outro, ou seja a traição”</i></p> <p>A2: <i>“desconfiança”</i></p> <p>A3: <i>“ciúmes”</i></p> <p>A4; A5: <i>“traição, desconfiança e ciúmes”</i></p> <p>A6: <i>“descontentamento com a relação e traição”</i></p> <p>A7: <i>“por ciúmes e desconfiança”</i></p> <p>A8: <i>“pode ser a base também de mentiras, imagine um amigo de um dos parceiros inventa que outro</i></p>

		<p><i>parceiro anda a traí-lo ou então quando os pais começam também a dizer que não gostam da/do parceiro”</i></p> <p>A9: <i>“ciúmes”</i></p> <p>B1: <i>“o agressor pensar que tem poder sobre a vítima, e desconfiança”</i></p> <p>B2: <i>“pensar que o parceiro o está a trair, não deixar que a pessoa ande com amigos, ou seja, desconfiança, ciúmes e pensar que pode mandar no parceiro e fazer tudo o que quiser”</i></p> <p>B3: <i>“desigualdade dos dois géneros”</i></p> <p>B4: <i>“desconfiança e ciúmes”</i></p> <p>B5: <i>“desconfiança, ciúmes, e as influências que teve também ao longo da vida”</i></p> <p>B6: <i>“algumas influências que ele possa ter ao seu redor como por exemplo os pais e alguns boatos que as pessoas criam”</i></p> <p>B7: <i>“ciúmes, raiva e tentar ter poder no parceiro, e sentir-se superior”</i></p> <p>C1; C2; C3: <i>“desconforto”</i></p> <p>C4: <i>“raiva”</i></p> <p>C5: <i>“achar que ele manda na relação”</i></p> <p>D1: <i>“uma forma de castigo para com o companheiro”</i></p> <p>D2: <i>“uma maneira de o repreender por algo ou por alguma atitude que ele tenha feito e o parceiro não tenha gostado”</i></p> <p>D3: <i>“a uma forma para libertar a raiva”</i></p>
--	--	--

			D4: <i>“uma forma de não ser inferior”</i> D5: <i>“achar que é normal”</i>
	6.2 <i>Legitimação da vítima</i>	<i>Discursos usados pela vítima para a continuidade da relação abusiva;</i>	A1: <i>“medo dos comportamentos que possa ter o ex-companheiro”</i> A2: <i>“medo de poder ser ameaçado/a e poder ser até espancado/a”</i> A3: <i>“maus tratos e medo”</i> A4; A6: <i>“medo das ameaças”</i> A5: <i>“ela ou ele tem receio que as ameaças possam vir a ser piores do que o que já são, por exemplo, agredir parentes”</i> A7: <i>“medo das ameaças e das consequências do fim do namoro”</i> A8: <i>“medo”</i> B1: <i>“medo de que a maltratem”</i> B2: <i>“medo das ameaças e medo do que possa fazer o parceiro se terminarem”</i> B3: <i>“medo das ameaças e traumas”</i> B4: <i>“medo da reação do companheiro, traumas e também acho que é mais pelo medo que os maus tratos venham a piorar e que ele um dia possa vir a persegui-la, ou até ameaçá-la”</i> B5: <i>“com medo do que o seu companheiro pode fazer por causa das ameaças, e também tem medo de acabar o relacionamento por causa de ser perseguida”</i>

			<p>B6: "perseguição, maus-tratos, ciúmes e medo"</p> <p>B7: "medo e perseguição"</p> <p>B8: "vergonha ou então esperança que aquilo passe, que ele pare de fazer isso ou então ele/a acha que só tem aquilo porque merece, pois, a vítima pode pensar que ela merece aquilo que esta a passar"</p> <p>B9: "medo de ameaças do parceiro ou parceira ou até mesmo com familiares e amigos próximos"</p> <p>B10: "por causa da manipulação, por exemplo, tu sem mim não és nada e ninguém mais te quer"</p> <p>C1; C2; C3; C4; C5; C6: C7: "medo"</p> <p>D1; D2; D3: "por gostar dele"</p> <p>D4: "receios"</p> <p>D5: "inseguranças"</p> <p>D6: "o parceiro ameaçar com mais agressões"</p>
7. Consequências da violência no namoro	7.1. Efeitos na vítima	Consequências biopsicossociais para a vítima;	<p>A1: "suicídio"</p> <p>A2: "a vítima pode vir a ter traumas quando crescer e depressão devido às ameaças e às coisas que o parceiro lhe dizia"</p> <p>A3; A6: "baixa autoestima, depressão e ansiedade"</p> <p>A4: "depressão e baixa autoestima"</p> <p>A5: "ansiedade"</p>

			<p>B1: <i>“depressão e baixa autoestima”</i></p> <p>B2: <i>“depressão, ansiedade e ter medo do género oposto”</i></p> <p>B3: <i>“depressão e medo”</i></p> <p>B4: <i>“depressão e traumas”</i></p> <p>B5: B6: <i>“traumas, depressão e problemas de autoestima e até ter medo de voltar a ter uma relação futuramente”</i></p> <p>C1: <i>“não sei”</i></p> <p>C2: <i>“baixa autoestima e depressão”</i></p> <p>C3: <i>“nódoas negras”</i></p> <p>C4: <i>“distúrbios”</i></p> <p>C5: <i>“danos corporais”</i></p> <p>D1: <i>“danos psicológicos”</i></p> <p>D2: <i>“dificuldades em relações no futuro”</i></p> <p>D3: <i>“depressão e ansiedade”</i></p> <p>D4: <i>“problemas de autoconfiança e problemas de se integrar na sociedade, no seu trabalho no futuro”</i></p> <p>D5: <i>“tentativa de suicídio”</i></p>
--	--	--	--

	7.2 Efeitos no agressor	Consequências biopsicossociais para o agressor;	<p>A1: <i>“ir preso”</i></p> <p>A2: <i>“não sei”</i></p> <p>A3: <i>“perder influência no grupo de amigos, pois pode causar medo em algumas pessoas pelo que fazia ao parceiro ou parceira, como também pode influenciar outras pessoas a fazer o mesmo”</i></p> <p>A4: <i>“ficar sem a pessoa que algum dia gostou realmente dele”</i></p> <p>A5: <i>“perder amigos”</i></p> <p>A6: <i>“os amigos dele ou dela ficarem com medo por causa do que fez ao parceiro”</i></p> <p>B1: <i>“ir parar a uma casa de correção”</i></p> <p>B2: <i>“podia ter algum reconhecimento e perder esse reconhecimento, como também perder amigos, e pode ser expulso de casa pelos pais, pois estes podem não aceitarem que criaram aquele filho ou filha”</i></p> <p>B3: <i>“pode perceber que está a fazer é errado e pode suicidar-se”</i></p> <p>B4: <i>“se souberem que o que ele fez foi violência no namoro, acho que fica com má reputação”</i></p> <p>B5: <i>“perder amigos e vai ser uma desilusão para a família”</i></p> <p>B6: <i>“acho que vai perder bastantes amigos os que pelo menos têm consciência e acho que vai perder a confiança dos familiares e a reputação”</i></p> <p>B7: <i>“vai perder os amigos os familiares vão se afastar e toda a gente vai ter medo dele ou dela”</i></p> <p>B8: <i>“provavelmente deixará de ter futura namorada ou namorado com medo de que ele faça o mesmo que</i></p>
--	-------------------------	---	---

			<p><i>fez a/o ex”</i></p> <p><i>B9: “as pessoas vão se começar a afastar dele e vai ser visto como uma decepção para família”</i></p> <p><i>C1; C2; C3; C4; C5; C6: “prisão”</i></p> <p><i>D1:D2: “ir preso”</i></p> <p><i>D3: “dificuldades em ter relações futuras porque as pessoas o podem julgar”</i></p> <p><i>D4: “dificuldade em ter outro parceiro”</i></p> <p><i>D5: “julgado pela sociedade”</i></p> <p><i>D6: “ficar agora ele inferior, porque antes ele fazia o companheiro ficar inferior, agora como a sociedade sabe, ele fica inferior por causa que agora virou-se o feitiço contra o feiticeiro”</i></p>
--	--	--	--

